



**BALANÇO DAS ACÇÕES DO GOVERNO
REALIZADAS NO ANO 2009**

**REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU
DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA**

18 de Novembro de 2009

Índice

Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China Balanço das acções do Governo realizadas no ano 2009 e Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2010

INTRODUÇÃO..... 7

PRIMEIRA PARTE

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau realizadas no ano 2009 9

1. Resposta à crise financeira internacional.....10
 - (1) Garantir a estabilidade económica.....10
 - (2) Garantir o emprego11
 - (3) Garantir a qualidade de vida.....11
2. Cumprimento de missões políticas de importância fundamental.....12
 - (1) Cumprimento da missão exigida pela Constituição – produção da “Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado”.....12
 - (2) Implementação da “Lei Básica de Macau”, conclusão dos importantes processos eleitorais13
3. Controlo do crescimento da indústria do jogo, diversificação adequada da economia..14
4. Aprofundamento generalizado da cooperação regional15
5. Reforma administrativa e optimização da eficiência dos serviços administrativos.....16
 - (1) Aperfeiçoamento da rede de prestação dos serviços públicos.....16
 - (2) Promoção das consultas públicas17
 - (3) Optimização das estruturas orgânicas e elevação da eficiência administrativa ...17
 - (4) Aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos...17
6. Elevação do nível de governação em todas as áreas.....17

SEGUNDA PARTE

Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2010..... 27

CONCLUSÃO 31

Índice

Balanço das Acções do Governo realizadas no ano 2009

———— Síntese ————

Área da Administração e Justiça.....	35
Área da Economia e Finanças.....	57
Área da Segurança.....	69
Área dos Assuntos Sociais e Cultura	85
Área de Transportes e Obras Públicas.....	97
Comissariado contra a Corrupção	111
Comissariado de Auditoria.....	115

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
da República Popular da China
Balanço das acções do Governo realizadas
no ano 2009 e Programa Orçamental para o
Ano Financeiro de 2010**

**Governo da Região Administrativa
Especial de Macau
da República Popular da China
Balanço das acções do Governo realizadas no
ano 2009 e Programa Orçamental para o Ano
Financeiro de 2010**

**Chefe do Executivo Ho Hau Wah
18 de Novembro de 2009**

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa,
Excelentíssimos Senhores Deputados:

INTRODUÇÃO

Participando, hoje, neste plenário da Assembleia Legislativa da Região Administrativa Especial de Macau, quero, em primeiro lugar, apresentar as minhas saudações aos senhores deputados desta nova legislatura. Estando prestes a terminar o meu 2º mandato à frente do Governo da RAEM, quero, em cumprimento da Lei Básica e em nome do Governo da Região Administrativa Especial de Macau submeter à apreciação desta Assembleia, o balanço das acções do Governo realizadas no ano 2009 e o programa orçamental para o ano financeiro de 2010.

Primeira Parte

Balanço das acções do Governo da Região Administrativa Especial de Macau
realizadas no ano 2009

Senhor Presidente e senhores deputados, permitam-me que comece por fazer um breve balanço do trabalho realizado pelo Governo da RAEM ao longo de 2009.

1. Resposta à crise financeira internacional

No decorrer deste ano, Macau continuou sob os efeitos da crise financeira internacional. No primeiro semestre do ano, o PIB decresceu 12,8% relativamente ao período homólogo do ano passado, situação que criou dificuldades aos cidadãos. Neste contexto, o combate a esta crise grave, por forma a garantir a estabilidade económica e a qualidade de vida da população, tem sido a principal prioridade das acções do Governo.

(1) Garantir a estabilidade económica

A promoção da estabilidade da economia da RAEM constitui uma condição fundamental para assegurar a tranquilidade e harmonia da sociedade. O Governo, tendo em consideração as especificidades desta crise e em estreita cooperação com os sectores sociais, tem acompanhado com atenção os movimentos do mercado financeiro internacional e mantido uma boa comunicação com as autoridades do Interior da China e das regiões vizinhas. O Governo empenhou-se em elevar a sua capacidade de resposta e de tomada de decisão com celeridade e conseguiu neutralizar em tempo oportuno os factores de instabilidade, contribuindo, deste modo, para a redução do impacto negativo causado pela crise financeira internacional em Macau e assegurar o desenvolvimento racional, seguro e estável do sistema financeiro.

O Governo tem dedicado grande atenção e acompanhado a situação relativa aos procedimentos e métodos de comercialização dos produtos financeiros. Ainda este ano, o Governo reforçou as acções de monitorização e fiscalização do sector financeiro e intensificou o controlo de riscos deste mercado. O Governo empenhou-se, também, em assegurar a existência de reservas financeiras e liquidez suficientes no sector bancário e a prestação de garantia em pleno (100%) sobre os depósitos em bancos de Macau. O Governo fortaleceu a supervisão das seguradoras e intensificou as acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Relativamente às reservas cambiais e ao Fundo de Reserva da RAEM, o Governo definiu estratégias de investimento adequadas, de forma prudente, segura e firme.

A economia mundial em fase de ajustamento e o surto da Gripe A (H1N1) foram alguns dos factores que causaram um impacto significativo nos sectores predominantes da economia de Macau. Em resposta à quebra registada no sector de turismo, o Governo da RAEM esforçou-se em impulsionar a elevação da qualidade dos serviços prestados pelo sector e em promover a cooperação regional neste âmbito. Além disso, o Governo lançou e alterou atempadamente planos de dinamização económica, dando particular apoio ao turismo de lazer, sector de comércio, convenções e exposições e sector de aviação, esperando assim captar mais visitantes a Macau com vista a aumentar o nível da sua despesa e a salvaguardar a competitividade do turismo local. Estes planos incluem também acções que reflectem o nosso apoio ao sector de turismo de Sichuan.

O Governo reforçou significativamente o seu apoio às pequenas e médias empresas. Os planos em vigor que visavam dar apoio às pequenas e médias empresas foram actualizados para responder às dificuldades de conjuntura. No “Plano de Apoio às Pequenas e Médias Empresas”, o limite máximo da verba de apoio foi aumentado e o fundo de maneo da empresa passou a estar incluído no âmbito de aplicação da verba de apoio; quanto aos “Planos de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas”, a percentagem e o montante máximo da garantia de créditos aumentaram significativamente. A par disso, o Governo, através do grupo especializado do Gabinete para os Recursos Humanos, acelerou os trabalhos relacionados com o tratamento e aprovação dos pedidos de autorização de mão-de-obra apresentados pelas pequenas e médias empresas. Ainda, este ano, o Governo elevou, uma vez mais, a eficiência e a qualidade dos serviços administrativos, optimizou as condições de investimento e de exploração comercial e estimulou o dinamismo das pequenas e médias empresas, apoiando a sua participação nos projectos de cooperação regional, com vista a oferecer-lhes uma oportunidade de crescimento.

(2) Garantir o emprego

A estabilidade no emprego e a promoção do emprego foram as prioridades das acções do Governo ao longo deste ano. Sendo a construção civil o sector onde a situação do emprego tem atravessado maiores dificuldades, o Governo criou um significativo número de postos de trabalho através do lançamento de mais de 100 projectos de obras públicas de pequena, média e grande dimensões; o Governo tem vindo sempre a estimular e exortar as empresas para dar prioridade à contratação de trabalhadores locais, e ao mesmo tempo, a desenvolver esforços no sentido de controlar a proporção dos trabalhadores locais dispensados; as autoridades foram resolutas na decisão de reduzir em grande escala o número de trabalhadores não residentes. Assim, o número de trabalhadores não residentes registado nos finais de Setembro do corrente ano diminuiu em mais de 27 mil em relação ao mesmo período do ano transacto, o que representa um decréscimo superior a um quarto do número total do último ano; conseguimos salvaguardar com eficácia a oportunidade de emprego dos trabalhadores locais através do combate implacável da contratação ilegal de mão-de-obra e da conclusão do processo legislativo da Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes; prestámos, ainda, fortes apoios aos desempregados através de um conjunto de medidas promotoras da sua integração e reintegração no mercado de trabalho, nomeadamente através do apoio ao emprego, colocação profissional, formação, estágio, entre outros; pela primeira vez, graduados universitários foram subsidiados para estagiarem em empresas no Interior da China, minimizando as dificuldades de emprego encontradas pelos mesmos e, também, dando-lhes uma oportunidade para melhor conhecer a cooperação regional. Além disso, individualidades da sociedade local contribuíram também para o apoio aos desempregados com a criação das “empresas sociais”. Assim, graças aos esforços de todos, a taxa de desemprego, este ano, deve manter-se a um nível relativamente baixo.

(3) Garantir a qualidade de vida

O Governo continua a atribuir grande atenção aos problemas relacionados com a qualidade de vida da população e tem procurado criar melhores condições de vida para os seus

cidadãos. Este ano, o Governo aumentou o valor da comparticipação pecuniária, por forma a elevar a capacidade de resposta da população em situação de risco; lançámos o programa de vales de saúde e promovemos a construção de infra-estruturas da rede de serviços médicos, como forma de reduzir os encargos de saúde aos cidadãos; reforçámos o investimento de recursos na educação, aumentámos os montantes do Subsídio de Ensino Gratuito e do Subsídio de Propinas, criámos o Subsídio para Aquisição de Manuais Escolares, procurando aliviar os encargos dos encarregados de educação; demos continuidade à atribuição do Subsídio Especial para a Manutenção da Vida visando ajudar as camadas mais vulneráveis para superar as suas dificuldades; lançámos o Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo com vista a apoiar os mais carenciados; ainda, este ano, entrou em funcionamento o primeiro lar de terceira idade construído pelo Governo e entregue à gestão privada, elevando o nível dos serviços prestados aos idosos; foi igualmente criado o primeiro Centro de Serviços Gerais à Família. Esperamos que, através desta cooperação entre o Governo e o sector privado, se possa prestar serviços comunitários de melhor qualidade aos cidadãos. Acelerámos o programa de construção de habitações públicas, anunciámos o plano de urbanização de Seac Pai Van na Ilha de Coloane, demos início ao processo de candidatura para atribuição de habitação social, com vista a melhorar as condições de habitação da população. Em relação às pessoas que não reúnem os requisitos para obtenção de habitações públicas, lançámos o Regime de Bonificação ao Crédito para Aquisição de Habitação Própria e o Plano de Garantia de Créditos para Aquisição de Habitação Própria, procurando responder às necessidades de habitação dos cidadãos de diferentes estratos sociais. Ainda este ano, impulsionámos os trabalhos tendentes à implementação do 2º nível do Regime de Segurança Social de Dois Níveis, decorrente do regulamento administrativo sobre as “Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central”. Esta medida tem merecido largo acolhimento da sociedade.

É importante realçar que, ao longo deste ano, o Governo Central tem acompanhado sempre de perto as medidas adoptadas pela RAEM em resposta à crise financeira internacional, tendo-nos prestado, em tempo oportuno, o seu total e eficaz apoio. As seis orientações e nove medidas definidas pelo Governo Central foram essenciais para a promoção da estabilidade socioeconómica. Tudo isto serviu para criar um ambiente de confiança e condições indispensáveis para que o Governo, à frente da sua população, se munisse de meios necessários para superar as dificuldades.

2. Cumprimento de missões políticas de importância fundamental

(1) Cumprimento da missão exigida pela Constituição – produção da “Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado”

Produzir, por si própria, uma lei que salvaguarde a segurança do Estado é, de facto, uma iniciativa indispensável para a RAEM implementar de forma plena a sua “Lei Básica”, e naturalmente, uma responsabilidade constitucional a que o Governo da RAEM não se pode

subtrair. Neste sentido, nos finais do ano transacto, o Governo deu início ao processo legislativo da “Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado”.

O Governo da RAEM desenvolveu este importantíssimo trabalho de produção legislativa, em estreita colaboração com a Assembleia Legislativa, no estrito cumprimento da Lei Básica, do ordenamento jurídico de Macau e dos princípios do sistema jurídico, tendo sempre em conta a realidade local. O Governo realçou, por várias vezes, que a sua intenção consistia em encontrar um adequado equilíbrio entre a salvaguarda da segurança do Estado e a protecção dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na Lei Básica de Macau, nomeadamente, a liberdade de expressão, de imprensa e de edição. Com vista à recolha de forma abrangente das opiniões do público, o Governo lançou actividades de consulta em larga escala e cada uma delas com características diferentes, tendo as mesmas merecido grande apoio e adesão por parte da população, que contribuíram com suas propostas e sugestões.

Logo após a Assembleia Legislativa ter aprovado na especialidade a “Lei relativa à defesa da segurança do Estado”, nos finais de Fevereiro do corrente ano, o Governo deu, de imediato, início à campanha e acções de divulgação e sensibilização, com vista a salvaguardar a implementação com eficácia e a aplicação correcta desta Lei.

(2) Implementação da “Lei Básica de Macau”, conclusão dos importantes processos eleitorais

De acordo com o estipulado na “Lei Básica de Macau”, este ano, foram realizadas com sucesso na RAEM, as eleições para o Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa, tendo sido, respectivamente eleito o 3º Chefe do Executivo e eleitos e nomeados os deputados da 4ª Assembleia Legislativa.

A Comissão de Assuntos Eleitorais do Chefe do Executivo e a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa desenvolveram os seus trabalhos de forma ordenada e nos termos da lei. Contando com a colaboração total dos diversos serviços públicos, a Administração desenvolveu várias actividades no âmbito do processo eleitoral e de divulgação, tendo introduzido várias medidas de aperfeiçoamento no processo eleitoral. O uso de meios electrónicos, a nova distribuição dos locais de votos nas eleições da Assembleia Legislativa, entre outros, contribuíram para a elevação da eficiência, a economia de recursos e a conveniência dos eleitores. O Comissariado Contra a Corrupção desenvolveu, de forma empenhada e atempada, acções de divulgação e educação sobre o combate à corrupção eleitoral, e envidou esforços para consciencializar a população da importância de umas eleições limpas, tendo, deste modo, contribuído para que as eleições para a 4ª Assembleia Legislativa tivessem decorrido de forma justa, ordenada e íntegra.

O sucesso das eleições do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa nos termos da lei, veio a demonstrar que o processo da implementação do princípio de “um País, dois Sistemas” na RAEM está a conhecer um progresso contínuo, garantindo, deste modo, um cenário político estável à RAEM. Acreditamos que este cenário irá consolidar as bases para o desenvolvimento sustentável da RAEM nos tempos vindouros.

3. Controlo do crescimento da indústria do jogo, diversificação adequada da economia

Em conformidade com as necessidades reais do desenvolvimento sustentável da RAEM, o Governo intensificou o controlo do crescimento da indústria do jogo e tomou medidas para acelerar a diversificação adequada da economia.

O Governo tem vindo a adoptar, de forma progressiva, medidas de ajustamento e controlo da dimensão e do ritmo de desenvolvimento deste sector, designadamente, limitar rigorosamente o número de casinos novos e de mesas de jogo, fixar o limite máximo das comissões atribuídas aos promotores de jogo, acompanhar a concretização da saída gradual das salas de máquinas de jogo dos locais com elevada densidade populacional, produzir diplomas regulamentares das actividades dos promotores, promover estudos sobre a implementação do regime de licenciamento dos croupiers e dos quadros superiores na área de administração dos casinos, elaborando activamente normas sobre os requisitos para a verificação da idoneidade dos mesmos. O Governo tem mantido uma cooperação estreita com as instituições académicas e as associações cívicas, na divulgação do conceito de “jogo responsável”, procurando, assim, minimizar os efeitos negativos resultantes da indústria do jogo.

O Governo continua a promover de forma adequada um desenvolvimento económico diversificado. A indústria de convenções e exposições tem tido, este ano, um bom ritmo de desenvolvimento. O Governo, para dar continuidade à promoção do desenvolvimento deste sector, tem prestado todo o apoio à realização de exposições em Macau, à organização de exposições locais de referência, à atracção de entidades para aqui organizarem exposições e convenções, à formação de profissionais para esta área e à dinamização de relações de intercâmbio com o exterior. Este ano, dezenas de convenções e exposições de dimensão significativa tiveram lugar em Macau, o que permitiu reafirmar o papel de Macau como plataforma de serviços do comércio regional, bem como apresentar uma perspectiva optimista de desenvolvimento futuro. A recente edição da Feira Internacional de Macau, que teve lugar no mês passado, foi, até hoje, aquela que teve a maior dimensão, contou com o maior número de países e territórios participantes e teve uma maior abrangência, em comparação com as edições anteriores. Os sectores de logística, de desenhos animados e banda desenhada, de medicina e medicamentos chineses e a indústria de protecção ambiental, entre outros, também deram sinais de um maior crescimento.

O Governo tem investido esforços para promover a reconversão da indústria transformadora tradicional. Para o efeito, o Governo tem incentivado as empresas a adoptarem técnicas adequadas que possibilitem uma resposta rápida e que permitam divulgar a originalidade no design dos seus produtos, para assim criarem as suas próprias marcas, promovendo a valorização das indústrias. Através do auxílio à certificação do ISO e do fornecimento atempado das informações económicas e comerciais do estrangeiro, o Governo tem ajudado as empresas exportadoras a ultrapassarem as barreiras não-alfandegárias.

Após um longo período de estudo aprofundado, o Governo chegou à conclusão de que a indústria cultural é um sector de actividade emergente com potencialidades de desenvolvimento na próxima etapa de crescimento da RAEM. Neste sentido, o Governo tem promovido um conjunto de iniciativas destinado ao apoio deste sector emergente, designadamente a aprovação, a breve trecho pelo Conselho Executivo, do regulamento administrativo sobre a criação do Conselho Consultivo do Património Cultural. Estamos convictos de que com a continuação desta política de apoio pelo próximo Governo, a indústria cultural de Macau conhecerá novos horizontes de desenvolvimento.

4. Aprofundamento generalizado da cooperação regional

No decurso do ano, com o intuito de dinamizar a coordenação e o aperfeiçoamento da integração regional, promover o processo de diversificação adequada da economia e acelerar a afirmação do papel de plataforma de serviços comerciais de Macau, o Governo duplicou os esforços em matéria de cooperação regional. Com o grande apoio do Governo Central e a colaboração da Província de Guangdong e das regiões vizinhas, a cooperação regional obteve um novo progresso.

“As Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, publicadas no princípio do corrente ano, vieram a consagrar, a nível do desenvolvimento estratégico nacional, as exigências do aprofundamento generalizado da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Com vista a contribuir para a concretização das Linhas Gerais, o Governo da RAEM decidiu participar em projectos de cooperação nas seguintes quatro áreas: promoção da interconexão de infra-estruturas de grande relevo, fomento da cooperação no sector de serviços, promoção da inovação dos sistemas e do desenvolvimento da zona nova da Ilha da Montanha e da zona de cooperação transfronteiriça Zhuhai-Macau, bem como a criação de uma zona habitacional de qualidade. Para o efeito, o Governo criou um grupo especializado no sentido de melhor conduzir os trabalhos neste âmbito.

No mês passado, representantes dos Governos de Guangdong, Hong Kong e Macau, em conjunto, divulgaram os resultados do “Estudo do Plano de Desenvolvimento Coordenado do Conjunto das Cidades do Grande Delta do Rio das Pérolas”, tendo sido apresentadas estratégias favoráveis ao desenvolvimento regional de forma integrada e ao desenvolvimento dos espaços destinados à harmonização social e à melhoria do ambiente. No que respeita à interconexão de infra-estruturas da região, verificou-se, este ano, um aceleração notável dos projectos. A ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau conseguiu um avanço relevante e as três partes estão a empenhar-se para que a primeira pedra das obras seja lançada no final do corrente ano. As negociações e os estudos respeitantes à criação de correspondência e ligação directa entre o sistema ferroviário interurbano Guangzhou-Zhuhai e o metro ligeiro de Macau, bem como o projecto de ligação directa entre a rede rodoviária de alta velocidade de Guangdong e a rede rodoviária de Macau conheceram avanços. As obras de ampliação do edifício do posto transfronteiriço das Portas do Cerco estão quase concluídas. A cooperação regional noutros domínios também está a decorrer de forma satisfatória.

O “Plano de Desenvolvimento Geral da Ilha da Montanha”, aprovado recentemente pelo Conselho de Estado, anunciou formalmente a abertura da Ilha para acolhimento de projectos de desenvolvimento em todas as vertentes. Este facto constitui uma base essencial para o aprofundamento da cooperação entre Guangdong, Hong Kong e Macau, representando também um elemento fundamental para suportar a política de diversificação económica. Em Junho passado, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional decidiu delegar poderes na RAEM para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau a instalar na Ilha da Montanha. Este facto é demonstrativo da atitude de total apoio do Governo Central aos interesses de Macau, assim como reflecte a colaboração da Província de Guangdong em relação a este projecto. Tudo isto constitui um marco da nova etapa da cooperação regional. Aproveitando estas propícias oportunidades, o Governo da RAEM começou a acelerar a formação de recursos humanos e a aprofundar a cooperação Guangdong-Macau e Zhuhai-Macau. Podemos informar também que, presentemente, o processo de cooperação Zhuhai-Macau está a ser desenvolvido a um ritmo acelerado, tendo ambas as partes chegado a consenso quanto à interconexão das infra-estruturas, ao acesso transfronteiriço facilitado, à cooperação das indústrias e à uniformização dos serviços, com o objectivo comum de promover a integração urbana Zhuhai-Macau.

A celebração do VI Acordo Suplementar do CEPA contribuiu para um maior aperfeiçoamento e consolidação dos projectos de cooperação comercial e económica. Neste âmbito, Guangdong passou a assumir um papel pioneiro no quadro do CEPA e tanto a RAEM como o Interior da China vão sair beneficiados, particularmente no intercâmbio e cooperação económica e comercial com Guangdong.

A par da participação no conjunto de actividades de cooperação da Região do Pan-Delta do Rio das Pérolas que teve lugar em Guangxi, o Governo da RAEM aproveitou esta oportunidade para atrair as empresas da Região do Pan-Delta a utilizar Macau como porta de acesso ao mercado estrangeiro, assim como incentivar as empresas estrangeiras, incluindo as da ASEAN, a utilizar Macau como porta de entrada para a Região do Pan-Delta. Constatamos que a cooperação Fujian-Macau e Hong Kong-Macau a todos os níveis está a conhecer um grande progresso.

5. Reforma administrativa e optimização da eficiência dos serviços administrativos

(1) Aperfeiçoamento da rede de prestação dos serviços públicos

Estamos a acelerar os trabalhos de instalação do terceiro centro de prestação de serviços ao público e a conclusão deste projecto irá otimizar a rede de prestação de serviços por zonas. No edifício de prestação de serviços públicos gerais, que entrará em funcionamento no final do ano, estão congregados 14 delegações de organismos públicos que oferecem um total de 143 tipos de serviços aos cidadãos. A complementaridade entre a prestação de serviços públicos por zonas e a prestação de serviços centralizada é essencial para a construção de um mecanismo de coordenação interdepartamental no âmbito dos assuntos relativos à qualidade de vida da população.

(2) Promoção das consultas públicas

O Governo tem envidado esforços para aumentar a transparência das suas políticas. Dirigentes e chefes dos serviços públicos deslocam-se cada vez mais frequentemente aos bairros comunitários para entrar em contacto directo com as associações e cidadãos ali residentes, auscultar as opiniões do público e divulgar as políticas. Tudo isto contribuiu para alargar o universo das entidades e pessoas auscultadas e aprofundar o nível das consultas. As “palestras comunitárias” motivam os cidadãos a exprimir directamente as suas opiniões, constituindo um mecanismo de comunicação regular entre o Governo e a sociedade civil. Os Conselhos Consultivos de Serviços Comunitários que são formados por individualidades que prestam serviços à comunidade, têm-se empenhado em transmitir, de forma global e oportuna, as aspirações da população em relação às suas condições de vida, o que evidencia a utilidade das consultas públicas.

(3) Optimização das estruturas orgânicas e elevação da eficiência administrativa

Face às necessidades de desenvolvimento social, o Governo criou a Direcção dos Serviços de Protecção Ambiental e reestruturou os Serviços de Polícia Unitários e o Comissariado contra a Corrupção. O Governo recorreu à tecnologia e técnicas de gestão modernas para implementar o projecto do Governo Electrónico e aumentar a eficiência administrativa. Alargámos o âmbito de aplicação da Carta de Qualidade. O Governo lançou vários serviços segundo o modelo *one-stop* na área das obras públicas e adoptou medidas para otimizar os procedimentos, elevando a eficiência e respondendo às preocupações do sector nesta área. Alargámos o âmbito de utilização do Bilhete de Identidade do tipo “cartão inteligente” e iniciámos a emissão dos documentos de viagem electrónicos no sentido de facilitar a deslocação ao exterior dos cidadãos.

(4) Aperfeiçoamento do regime de gestão dos trabalhadores dos serviços públicos

O Governo procedeu à revisão dos regimes jurídicos do pessoal de direcção e chefia e dos trabalhadores dos serviços públicos e aperfeiçoou as normas sobre as carreiras da função pública. Para além da reforma do desenvolvimento profissional dos trabalhadores, introduzimos um mecanismo de acesso interno como medida de incentivo. O Governo tem continuado a realizar acções de formação destinadas ao aperfeiçoamento profissional dos trabalhadores e incentivá-los a participar no Plano sobre a Criatividade dos Funcionários Públicos.

6. Elevação do nível de governação em todas as áreas

A cooperação reforçada entre os serviços responsáveis pela redacção legislativa e os serviços competentes contribuiu para a conclusão célere de trabalhos de produção jurídica. Este ano, foram aprovadas 19 leis e publicados 31 regulamentos administrativos e as actividades de divulgação jurídica têm sido prosseguidas de forma aprofundada e contínua.

O Governo, para garantir que o processo eleitoral para a 4ª Assembleia Legislativa se realizasse longe da sombra de corrupção, adoptou um conjunto de medidas rigorosas para

garantir a aplicação correcta das leis e, para isso, promoveu uma divulgação alargada da legislação. Com a aprovação da lei “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, o Commissariado contra a Corrupção passou a poder exercer a sua função de fiscalização sobre o sector privado. Continuamos a implementar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a divulgar a noção de integridade, a concretizar a política de impugnação administrativa, a incentivar os trabalhadores dos serviços públicos a elevar a sua deontologia profissional e a promover o valor de honestidade junto da sociedade.

No que diz respeito aos serviços de auditoria, reforçámos as auditorias de resultados, auditorias às contas e auditorias específicas. Lançámos, a título experimental, a auditoria sistemática, elaborámos um conjunto de regras mais razoáveis e propusemos a auditoria de valor acrescentado. O “Seminário sobre Desenvolvimento de Técnicas de Auditoria”, promovido em Macau pela Organização das Instituições Supremas de Controlo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, contribuiu para o reforço de intercâmbio multilateral e a elevação do nível dos serviços de auditoria.

Tendo em conta as necessidades resultantes do desenvolvimento da sociedade, o Governo empenhou-se no reforço da comunicação com os cidadãos, na promoção da cooperação regional, na actualização sistemática das políticas de segurança e na optimização da gestão interna, no sentido de consolidar o sistema de controlo de segurança. Reforçámos a capacidade de intervenção em situações de emergência, a consciência das empresas e da população relativamente ao combate a incêndios, bem como o nível da protecção civil.

A par da adopção de medidas dissuasoras para a prevenção de crimes graves, reforçámos o controlo e combate à pequena criminalidade. Simplificámos os trâmites burocráticos para a participação de crimes. Continuamos a sensibilizar a população em relação aos efeitos nefastos resultantes do consumo da droga, combater o seu tráfico, o tráfico de pessoas e actos criminosos ligados ao jogo e reforçar as medidas preventivas em relação à nova criminalidade, nomeadamente os que recorrem à Internet para a sua prática.

O Governo tem elevado o nível do controlo alfandegário e a eficiência de desalfandegamento, no sentido de proteger a propriedade intelectual e fomentar a logística e o comércio externo.

Continuamos a promover a estratégia de “prioridade dos transportes públicos”, a aperfeiçoar a gestão de oferta e procura de transportes públicos e a melhorar a prestação dos serviços nesta área. Iniciámos as obras da 1ª fase do sistema do metro ligeiro e a construção da rede integrada de transportes públicos. Quanto à aplicação da Lei do Trânsito Rodoviário, o Governo reforçou a autuação das infracções, nomeadamente a condução em estado de embriaguez, de modo a garantir a segurança rodoviária.

No plano do ensino superior, o Governo empenhou-se na produção de legislação reguladora do ensino superior, procedeu ao ajustamento de diversos cursos superiores, promoveu o ensino com um conteúdo mais abrangente, reforçou o corpo docente e estabeleceu um mecanismo de avaliação da qualidade do ensino. Iremos elevar o nível do ensino supe-

rior de Macau tirando partido da instalação do novo *campus* da Universidade de Macau na Ilha da Montanha.

O Governo continua a apoiar os estabelecimentos de ensino não superior, aprofundando o programa de escolaridade gratuita. Mediante a optimização das instalações físicas de ensino e dos recursos humanos, bem como a atenção e apoio aos docentes nos seus trabalhos profissionais e vida privada, procurámos incentivar as escolas a elevar a qualidade do seu ensino. O Governo envidou esforços no programa de crescimento dos jovens, colocou à disposição dos mesmos mais estabelecimentos e instalações, promoveu o amor pela Pátria e o espírito de servir a comunidade, a fim de formar uma geração de jovens inteligentes e virtuosos, com potencialidades para se desenvolverem em todas as áreas.

Face ao surto da Gripe A (H1N1) em Macau e em todo o Mundo, activámos o mecanismo de coordenação para situações de emergência, reforçando em todas as vertentes as acções preventivas e encomendando imediatamente vacinas em doses suficientes. Oferecemos apoio financeiro aos estabelecimentos de ensino no âmbito de prevenção e controlo desta epidemia, no sentido de que toda a comunidade esteja em condições para resistir esta doença epidémica.

Iniciámos o processo tendente à construção de um hospital de urgência nas Ilhas, desenvolvemos a medicina electrónica, reforçamos os serviços de cuidados de saúde, prolongámos, a título experimental, o horário de funcionamento dos serviços médicos e criámos e pusemos a funcionar a Comissão de Prevenção e Controlo das Doenças Crónicas. Intensificámos as acções tendentes ao controlo do tabagismo e desenvolvemos os trabalhos preparatórios necessários à aprovação e aplicação da legislação reguladora desta matéria. Promovemos a cooperação entre as instituições de saúde governamentais e não-governamentais, melhorando os serviços médicos prestados pelas redes comunitárias de saúde.

O Governo procedeu à integração das vantagens competitivas resultantes da classificação de Macau como Património Mundial, da singularidade da sua cultura e da realização de eventos de grande escala, com vista ao aperfeiçoamento dos itinerários turísticos do programa “Excursões com Qualidade”, à captação de mais turistas do Interior da China e do estrangeiro e à promoção do conceito de turismo diversificado e de qualidade.

Através da promoção alargada do Festival Internacional de Música de Macau e do Festival de Artes de Macau, procurámos criar um marco cultural. O Governo tem apelado às associações de artistas para elevar a componente criativa das suas obras, encorajando o espírito de criatividade junto dos artistas locais e incentivando o hábito de leitura. Esperamos que a nossa política cultural possa criar mais oportunidades para os artistas locais.

Por ocasião do 60.º aniversário da implementação da República Popular da China e do 10.º aniversário de criação da RAEM, o Governo tem vindo a dar apoio às associações na realização de diversas actividades no sentido de enriquecer a vida cultural dos cidadãos e divulgar o conceito “Amor pela Pátria e por Macau”. A aceleração dos trabalhos de instala-

ção do Pavilhão de Macau na Exposição Mundial de Shanghai e a sua conclusão com sucesso irão contribuir para consolidar a imagem global de Macau.

Os trabalhos desenvolvidos para a preservação do património cultural do Centro Histórico de Macau constituem uma estratégia integrada de protecção do património cultural. Com o empenho conjunto da Província de Guangdong, Hong Kong e Macau, a Ópera Cantonense conseguiu ser classificada como um património cultural intangível da Humanidade pelas Nações Unidas. Desenvolvemos trabalhos tendentes à candidatura de 3 matérias para classificação como Património Cultural Nacional Intangível.

O número de instalações desportivas abertas ao público é cada vez maior. O Governo, para além de organizar um grande conjunto de actividades de manutenção física, tem promovido a prática desportiva e generalizado o conceito de desporto para todos. Intensificámos a formação dos atletas de alta competição, através de programas de aprendizagem e intercâmbio com o exterior e da participação activa em eventos desportivos internacionais.

Projectámos construir um parque de esculturas das comunidades étnicas, otimizar as zonas de lazer nos Bairros da Barra e Tamagnini Barbosa e pôr em funcionamento a pista de ciclismo localizada no COTAI, de modo a colocar à disposição dos cidadãos mais instalações municipais benéficas à saúde.

No âmbito da protecção ambiental, intensificámos as acções de divulgação, produção legislativa, planificação e fiscalização. O Governo tem garantido o abastecimento energético seguro e estável, promovendo a poupança no consumo de energia. Para fazer face ao impacto da salinidade da água, temos prestado grande apoio ao Interior da China na construção de um sistema de abastecimento de água para Macau e envidámos esforços para educar a sociedade sobre a necessidade de economizar o consumo de água. Além disso, estabelecemos três níveis de alerta de *storm surge*, acelerámos as obras de remodelação do sistema de drenagem de água, de modo a minimizar o impacto das inundações para a população.

Para além de apoiar e financiar a investigação científica, o Governo lançou um programa de prémio de ciência e tecnologia. As universidades de Macau alcançaram um nível de reconhecimento internacional no âmbito de investigação científica na área de projectos da ciência microelectrónica. O sucesso na investigação científica relativa à medicina chinesa obteve atribuição de patentes pelas autoridades nacionais. Temos avançado na concretização dos projectos de televisão digital e satélite e na construção de redes de banda larga sem fios. Com o Centro de Ciência de Macau a ser inaugurado em breve, iremos reforçar o trabalho de generalização científica e promover o espírito de pesquisa.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Tem sido prática habitual do Governo todos os anos aproveitar o momento de apresentação das Linhas de Acção Governativa para fazer o balanço do que tem sido feito ao longo do ano. Uma vez que estamos a aproximarmo-nos da data da celebração do 10º aniversário

do estabelecimento da RAEM, permitam-me que faça, também, uma retrospectiva em relação a tudo o que se tem sido feito nestes últimos dez anos.

Ao longo destes dez anos, sob a correcta liderança e o forte apoio dispensados pelo Governo Central, e ainda, graças à colaboração activa de toda a população, o Governo da RAEM tem desenvolvido empenhadamente as suas acções no escrupuloso cumprimento da “Lei Básica de Macau”, investindo todas as suas energias na sedimentação das políticas “um País, dois Sistemas” e “Macau governado pelas suas gentes” com alto grau de autonomia. O Governo da RAEM tem vencido inúmeros desafios, desenvolvido novos projectos, impulsionado o crescimento da economia, dedicado esforços no aperfeiçoamento da qualidade de vida da população e promovido a participação cívica da população, alcançando, assim, os primeiros sucessos do grandioso conceito “um País, dois Sistemas”. Os primeiros resultados desta estratégia conquistados pelo Governo, são hoje visíveis e representam uma parte fundamental do percurso de desenvolvimento da RAEM. Entretanto, devemos admitir que neste processo existem ainda muitos aspectos que exigem ser aperfeiçoados.

Ao longo destes dez anos, o Governo tem aplicado a “Lei Básica de Macau” em toda a sua plenitude, defendendo sem vacilação o princípio de predominância do Poder Executivo e cumprido com fidelidade e rigor, as políticas definidas pelo Governo Central para Macau. O Governo tem conseguido manter a ordem e a segurança na sociedade, superado os maiores desafios e garantido o bem-estar da população, contribuindo para o desenvolvimento harmonioso da RAEM. O Governo tem mantido uma relação de colaboração sincera com a Assembleia Legislativa, submetendo a sua acção à fiscalização deste órgão, e assegurado o exercício do poder judicial independente, incluindo o de julgamento em última instância.

O Governo da RAEM tem envidado esforços na protecção dos direitos e liberdades fundamentais dos residentes. Temos sempre adoptado uma atitude aberta face às diversas opiniões e aspirações da população e procurado, através de medidas eficientes, atenuar as suas dificuldades e resolver as conflitualidades sociais. Temo-nos empenhado no combate ao crime e na melhoria da segurança, com vista à harmonia e estabilidade social. Além disso, temos procedido às reformas administrativa e jurídica para otimizar os nossos serviços e elevar a eficiência administrativa. Temos reforçado os trabalhos no âmbito do combate à corrupção, o que permitiu a elevação do nível de integridade no seio do corpo dos trabalhadores da função pública. Temos incrementado o grau de transparência das acções de governação, tornando o nosso Governo mais responsável perante o público. Temos intensificado a cooperação com as associações dos diversos sectores e a Imprensa, a fim de desenvolver acções de recolha de opiniões sobre as políticas do Governo e promover uma maior participação dos cidadãos na vida pública da RAEM. Em cumprimento das disposições da “Lei Básica”, o Governo tem vindo a impulsionar, gradualmente, o processo de democratização em Macau.

A par da promoção de outras acções políticas, o Governo, de forma prudente e cautelosa, lançou-se, progressivamente, à procura de soluções para resolver os diversos conflitos sociais profundos legados pela História. Neste processo, o Governo conseguiu encontrar

um ponto de equilíbrio entre a resolução dos conflitos profundos e a salvaguarda da estabilidade social e promoção do crescimento económico. O Governo soube retirar ensinamentos e acumular experiências a partir da resolução de conflitos específicos, para, de forma empenhada, cautelosa, firme e adequada, promover a resolução de outros conflitos mais profundos. Ao longo destes dez anos de desenvolvimento, o Governo tem vindo a acumular experiências que irão contribuir para resolver conflitos profundos que possam surgir no futuro.

Desde a implementação da política de liberalização adequada da indústria do jogo, o desenvolvimento do sector dominante de Macau conheceu novas transformações, a economia registou um maior crescimento e os ramos de actividade conexos a esta indústria ganharam maior dinamismo. Estes factos vieram a contribuir para o incremento das nossas capacidades e a melhoria da situação de emprego e da vida dos cidadãos. Todos reconhecemos que, devido ao fraco desenvolvimento da economia de Macau no passado, existia um significativo número de famílias dos estratos sociais mais baixos em situação de indigência. Todavia, com o rápido desenvolvimento do sector dominante e dos ramos de actividade conexos, um grande número de jovens e pessoas de média idade passou a conseguir emprego de remunerações mais atraentes, aumentando, em grande escala, os rendimentos das suas famílias. Este fenómeno contribuiu para que o fosso entre os pobres e os ricos tivesse sido reduzido e que a situação de “pobreza intergeracional” fosse atenuada na RAEM. Por outro lado, com o aumento das receitas do Governo, foi-nos possível criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento sociocultural da RAEM, especialmente no que respeita à melhoria da qualidade de vida da população. O Governo, em estreita colaboração com a sociedade civil, adoptou fortes medidas de apoio com características diversificadas, com vista a ajudar as camadas mais fragilizadas, e envidou maiores esforços no aperfeiçoamento do regime de segurança social. Podemos afirmar que, o crescimento económico da RAEM consolidou condições favoráveis para o futuro desenvolvimento concertado e sustentável da RAEM.

A rápida expansão do sector do jogo tem trazido um conjunto de novos problemas à RAEM. Perante esta realidade, o Governo adoptou um pacote de medidas de controlo e outras medidas necessárias, nomeadamente a gestão racional do uso de terras, a elevação dos requisitos para o exercício de actividade neste sector, como forma de controlar a dimensão do desenvolvimento desta indústria. Além disso, o Governo passou a exercer uma fiscalização mais rigorosa e orientada sobre as operadoras do jogo, envidando esforços para fomentar um desenvolvimento adequado e progressivo deste sector. A par disso, o Governo, em estreita cooperação com a sociedade civil, empenhou grandes esforços nos trabalhos de prevenção e controlo do jogo compulsivo, procurando atenuar os seus efeitos negativos e reduzir os custos para a sociedade.

O Governo tem sempre dado particular atenção à questão da natureza homogénea da estrutura económica de Macau, trabalhando com todo o empenho para promover a sua diversificação adequada. Neste sentido, o Governo procurou, com todos os esforços, promover a optimização dos sectores principais, com destaque para o sector do turismo, es-

perando conseguir uma diversificação gradual dos produtos oferecidos e da proveniência dos turistas. Presentemente, o turismo integrado está ganhando força, com mais pessoas a optarem por umas férias descontraídas e de lazer. O Governo, em conjunto com o sector, tem redobrado esforços no sentido de consolidar uma plataforma de serviços nos campos económico e comercial, tendo o emergente sector de convenções e exposições registado grandes progressos, tanto em termos de realizações como de qualidade das mesmas. Através dos esforços envidados na optimização das condições de investimento e de exercício de actividades, e em nome de uma maior diversificação, reforçámos os apoios prestados às pequenas e médias empresas locais, estimulámos as indústrias tradicionais, impulsionámos o desenvolvimento estável de outros ramos de actividade e assistimos ao surgimento de novas indústrias com potencialidades.

Em consonância com as tendências de desenvolvimento internas e externas do País, e tomando em consideração a realidade local, o Governo tem prosseguido uma estratégia denominada “estabelecer relações com territórios e países distantes e consolidar a integração com países e territórios vizinhos”, participando activamente no quadro da cooperação regional, no sentido de dar maior vitalidade à economia e promover o desenvolvimento das diversas causas sociais, nomeadamente, a qualidade de vida da população, cultura e desporto, entre outras. Através desta experiência, ficámos a conhecer que o processo de diversificação adequada da economia não depende apenas do impulsionamento da diversificação das indústrias locais, pois interessa, também, tirar partido da cooperação regional para criar novas oportunidades às nossas indústrias, atenuando as dificuldades resultantes da escassez de recursos em terrenos e de recursos humanos da RAEM. É por este motivo, que o Governo está empenhado em aumentar o investimento nesta área e na participação activa e planeada nos projectos de integração económica Guangdong – Hong Kong – Macau.

O Governo tem sempre colocado na primeira linha das suas preocupações uma solução que harmonize as necessidades de crescimento económico e a edificação de uma sociedade de valores humanistas. Em relação à segunda vertente, implementámos a política de escolaridade gratuita para o ensino não superior e promovemos a reforma e a modernização do sistema educativo. A candidatura de Macau a Património Mundial e as necessidades de conservação do nosso património cultural serviram para alertar a população sobre a singularidade da cultura local, bem como para o carácter único da nossa identidade. Procurámos proporcionar à população oportunidades para conviver com a arte, a cultura e a prática de actividades desportivas e recreativas, com vista a oferecer uma vida cultural diversificada aos nossos cidadãos. Fizemos esforços para criar um ambiente favorável à aprendizagem e auto-qualificação contínua. A edificação de valores humanistas constitui um empreendimento de valor incalculável para a sociedade, mesmo que os seus resultados não sejam visíveis dentro de um curto espaço de tempo. No entanto, com o decurso do tempo, os frutos dos nossos esforços serão sedimentados e assimilados pela população, justificando plenamente todos os investimentos feitos pelo Governo para atingir esta meta.

Tomámos medidas para apoiar e incentivar os nossos cidadãos a deslocarem-se com maior frequência ao Interior da China para desenvolver todo o tipo de projectos de inter-

câmbio e estudo, com vista a aumentar os seus conhecimentos sobre a realidade do nosso País e reforçar os seus laços de afectividade em relação à Pátria. Encorajámos os funcionários e a população a visitar diferentes regiões do nosso País e países estrangeiros, a fim de viverem experiências novas e úteis para os interesses de Macau. Macau, hoje, é uma sociedade cada vez mais aberta e tolerante, com um sentido de pertença nacional sedimentado na cultura da nossa população e dotada de uma visão internacional. A formação de cidadãos locais com potencialidades e talentos especiais constitui uma prioridade governativa. Temos apostado na organização de acções de formação cívica e de divulgação de conhecimentos sobre as realidades do nosso País, por forma a que o patriotismo e o amor a Macau ganhem raízes profundas nesta terra e que estes valores sejam transmitidos às gerações futuras.

Não obstante os sucessos da RAEM, estamos cientes de que ao longo dos últimos dez anos de desenvolvimento, existem ainda insuficiências na governação e que muitos aspectos podem ser melhorados. A qualidade de prestação de serviços públicos, a eficiência administrativa e até os resultados da reforma do sistema jurídico ainda estão aquém de corresponder às necessidades do progresso social e das expectativas dos nossos cidadãos e as contradições sociais latentes exigem um maior investimento de esforços para a sua resolução adequada. Devemos admitir que os esforços que temos desenvolvido para promover uma maior diversificação económica ainda não produziram resultados visíveis e o crescimento acelerado socioeconómico que tem caracterizado Macau nestes últimos anos tem pecado por uma coordenação deficiente, resultando num desenvolvimento desequilibrado das indústrias locais. No capítulo de oferta e procura de recursos humanos, emprego, condições habitacionais, transportes, desenvolvimento das pequenas e médias empresas e problemas sociais resultantes do crescimento da indústria do jogo, há ainda margem para melhorar as nossas políticas. Constatámos também que os nossos esforços para a construção de uma sociedade mais humanista, dotada de valores éticos, não acompanharam o ritmo do crescimento económico. Admitimos, também, que devemos investir mais recursos para apoiar as indústrias culturais locais.

A construção de habitação pública está na primeira linha das preocupações da nossa população. Esta é uma problemática que envolve vários aspectos. Em termos objectivos, a RAEM não dispõe de terrenos suficientes e as flutuações bruscas do mercado imobiliário, passando, num curto espaço de tempo, de uma situação de estagnação para um cenário de crescimento desenfreado, levou a que o Governo e o mercado tivessem dificuldade em responder adequadamente a esta realidade. Em termos subjectivos, devemos reconhecer que as nossas capacidades de previsão e avaliação das flutuações do mercado imobiliário não estão à altura das necessidades e a eficiência administrativa e as políticas definidas não têm acompanhado esta evolução. Atendendo a esta realidade, o Governo acolheu as ideias e sugestões da sociedade civil, reservando terrenos para a construção de mais habitação pública num curto espaço de tempo. De acordo com o planeamento das obras em curso, temos condições de afirmar que até 2012, 19 000 unidades de habitação pública estarão disponíveis para os cidadãos necessitados.

Estes anos de experiência governativa ensinaram-nos que o cerne de toda a acção política do Governo deve fundamentar-se, sempre, na afirmação do valor de integridade. O que sucedeu no passado fez-nos ter mais consciência da gravidade do fenómeno de corrupção e os seus custos elevados ainda hoje se fazem sentir, com consequências profundas. Temos a obrigação de ter sempre presente que o combate à corrupção é uma missão permanente e de importância fundamental. O Governo tem de estar munido de uma vontade firme para dar continuidade a todas as acções de combate à corrupção, sem desfalecimentos. O órgão responsável pelo combate à corrupção deve reforçar todas as acções de fiscalização para punir com severidade as infracções e intensificar as actividades pedagógicas tendentes a disseminar o valor de honestidade, com vista a sedimentar as noções de integridade em todo o tecido social. O corpo de funcionários públicos, em especial os quadros superiores, deve ter sempre presente, um sentido de alerta sobre o que é correcto em cada momento. As acções de divulgação da integridade devem estender-se a todas as escolas e instituições de educação cívica, com vista a promover gradualmente a qualidade cívica da nossa população, em especial, a das gerações jovens. Acreditamos que, os esforços desenvolvidos para alcançar a meta desta missão de passagem de testemunho de uma geração para outra, irão contribuir para a consolidação de uma cultura de integridade na RAEM.

O Governo, durante estes anos, tem-se empenhado na construção de uma Administração moderna e vocacionada para a prestação de serviços. Queremos deixar sedimentadas no nosso sistema administrativo as noções de melhor servir o público e a racionalidade das decisões políticas fundamentadas em estudos científicos. Entendemos que, alicerçados a estes valores, seremos capazes de ser exigentes em relação ao nosso desempenho pessoal. Devemos generalizar esses valores em todos os regimes, políticas e medidas, por forma a ampliar os seus efeitos positivos em todas as vertentes de governação, elevando a eficácia das nossas acções políticas e reduzindo as falhas.

Nestes dez anos, a RAEM viu-se obrigada a enfrentar um conjunto de provações, desde a estagnação económica, a pneumonia atípica, a epidemia de gripes, as transformações socioeconómicas bruscas até aos desafios de graves consequências resultantes da crise financeira internacional. Contando com o apoio incondicional do Governo Central, o Governo, em comunhão de esforços com toda a população, empenhou-se em concentrar energias para enfrentar os desafios com serenidade, tendo conseguido superar as dificuldades e aperfeiçoado aspectos menos conseguidos das suas políticas. A experiência que acumulámos ao longo destes anos, com os seus sucessos e insuficiências, constitui um legado de valor inestimável para a concretização do princípio “um País, dois Sistemas” e para a promoção do desenvolvimento sustentável da RAEM no futuro.

Segunda Parte

Programa Orçamental para o Ano Financeiro de 2010

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Permitam-me que faça em seguida uma breve apresentação sobre o programa orçamental para o ano financeiro de 2010.

Após uma ampla troca de opiniões com o 3º Chefe do Executivo, Doutor Fernando Chui Sai On, chegámos a um consenso quanto ao programa orçamental para o ano financeiro de 2010. Ambos entendemos que, embora a elaboração do Relatório das Linhas de Acção Governativa para o Ano Financeiro de 2010 caiba ao próximo Governo, o presente Governo deve preparar as bases do orçamento referente ao próximo ano, a bem da estabilidade e desenvolvimento da RAEM, do normal funcionamento dos serviços públicos, e em cumprimento das exigências previstas na lei. No primeiro trimestre do próximo ano, o Doutor Fernando Chui Sai On irá apresentar à Assembleia Legislativa o Relatório sobre as Linhas de Acção Governativa referente ao Ano Financeiro de 2010. Hoje, vou apresentar as bases do programa orçamental para o próximo ano. O programa orçamental para o ano financeiro de 2010 contempla, essencialmente, as despesas administrativas indispensáveis para o normal funcionamento dos serviços públicos, os encargos assumidos pelo Governo para serem realizados no próximo ano, e as dotações de verbas para as obras públicas referentes ao primeiro trimestre do próximo ano. O Governo decidiu, também, manter as medidas de isenção e redução de taxas e impostos adoptadas nestes últimos anos, com o intuito de ajudar as empresas e os cidadãos a enfrentar as pressões e dificuldades resultantes da crise financeira internacional.

O Governo irá manter as medidas de isenção e redução de taxas e impostos implementadas em 2009: O Governo irá dar continuidade à redução em 25% do imposto profissional a toda a população activa, mantendo o limite de isenção deste imposto em 120 000 patacas (anteriormente era de 95 000 patacas); dar continuidade à política de isenção do pagamento da contribuição industrial, da taxa de licença de exploração dos vendilhões, da renda das bancas dos mercados, do imposto do selo sobre os seguros, incluindo o seguro de vida, e do imposto do selo sobre os trâmites bancários; dar continuidade à política de isenção da taxa da licença de reclamos e tabuletas das unidades comerciais (à excepção da publicidade ao tabaco) e do imposto de turismo dos estabelecimentos de restauração; dar continuidade à política de isenção da contribuição predial até 3 500 patacas; manutenção do valor de 200 000 patacas de matéria colectável a beneficiar de isenção do imposto complementar sobre rendimentos (anteriormente era de 32 000 patacas); e os residentes permanentes de Macau que não possuam imóveis e que venham a comprar a primeira habitação, continuarão a beneficiar da isenção do pagamento do imposto do selo sobre a transmissão do imóvel até 3 milhões de patacas do valor da propriedade (aplicável apenas a unidades habitacionais). Com a aplicação destas medidas, o Governo deixará de receber receitas fiscais de valor superior a 900 milhões de patacas.

O Governo irá, também, manter os planos de subvenção das tarifas de autocarros destinados a beneficiar os idosos, estudantes e cidadãos em geral, assim como, dar continuidade à política de subvenção das tarifas de energia eléctrica domésticas e à política de subsídio

aos trabalhadores por conta de outrem, a tempo inteiro, de baixos rendimentos. O Governo dará também continuidade ao programa de distribuição de vales de saúde lançado em 2009 e que ainda não chegou ao seu termo.

O Governo irá concretizar a implementação do Regime de Segurança Social de Dois Níveis. Para isso, no primeiro trimestre de 2010, o Governo irá proceder à abertura de contas individuais no Regime de Poupança Central a favor de todos os residentes de Macau que reúnam os requisitos. Tendo o saldo de execução orçamental do ano 2008 atingido o valor de 25 100 milhões de patacas, decidimos transferir 3 300 milhões de patacas para estas contas, dotando cada uma delas com uma verba de activação no montante de 10 mil patacas.

O Secretário para a Economia e Finanças, doutor Francis Tam, irá, por sua vez, em nome do Governo da RAEM, apresentar a esta Assembleia, de forma detalhada, a proposta da Lei do Orçamento referente ao ano financeiro de 2010.

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Com os nossos esforços conjuntos, os saldos financeiros da RAEM conheceram um crescimento considerável. Estimamos que, o saldo de execução orçamental do ano 2009 poderá vir a ultrapassar os 10 mil milhões de patacas. Assim, por ocasião das celebrações comemorativas do décimo aniversário do estabelecimento da RAEM, contando com a dedução dos 3 300 milhões de patacas destinadas à abertura de contas individuais no Regime de Poupança Central, os saldos financeiros acumulados e o Fundo de Reserva da RAEM irão totalizar o valor de 100 mil milhões de patacas, constituindo uma base financeira sólida para apoiar o futuro desenvolvimento da RAEM.

Conclusão

Senhor Presidente e Senhores Deputados,

Ao longo destes dez anos, o processo de crescimento da RAEM tem sido marcado por momentos de grande dinamismo e espírito empreendedor, e tempos de regozijo e alegria pelos sucessos colectivos, mas também houve períodos de maiores dificuldades e faltas, conflitos e desafios. Contudo, é de saudar que, hoje, estamos perante uma situação em que a dinâmica de desenvolvimento da RAEM se mantém imparável, com reflexos na elevação sustentada da nossa competitividade em todas as vertentes. As medidas tendentes ao aperfeiçoamento do sistema jurídico estão a ser progressivamente concretizadas, a sociedade em geral vive num ambiente de estabilidade e tranquilidade, a qualidade de vida dos cidadãos tem vindo a ser melhorada, os residentes podem usufruir dos benefícios de novas infra-estruturas e o panorama cultural e ético tem apresentado resultados que nos deixam satisfeitos. Pessoalmente, o que me tem causado mais satisfação e gratificação tem sido o facto de, muito embora nos últimos dez anos os nossos cidadãos terem apresentado críticas e expectativas pontuais em relação à actuação do Governo, chegando até a manifestar, em diferentes fases, insatisfação em relação a alguns fenómenos sociais e políticas governamentais específicas, eles sempre se mantiveram firmes e solidários no seu apoio às linhas traçadas no âmbito do princípio “um País, dois Sistemas”, e em nenhum momento deixaram de amar com fervor a sua Pátria e a sua terra, Macau.

A capacidade da RAEM em superar os desafios, mantendo o rumo de um desenvolvimento estável e conquistando êxitos que não estão ao alcance de todos, depende, em primeiro lugar, do apoio incondicional do Governo Central, bem como da excelência de um quadro institucional criado à luz do princípio “um País, dois Sistemas” e da vitalidade desta concepção política, das garantias jurídicas consagradas na Lei Básica e ainda, da dedicação empenhada e esforços contínuos de toda a população, na qual se incluem os trabalhadores da função pública.

Olhando para o futuro, antevejo no horizonte a coexistência de oportunidades e desafios. Cabe-nos rever sempre as nossas acções, retirar ensinamentos das nossas experiências, trabalhar com afincamento para conquistar novos êxitos e acompanhar sempre a evolução dos tempos, no sentido de assegurar o pleno triunfo na concretização do princípio “um País, dois Sistemas.”

Estamos convictos que, sob a correcta orientação e forte apoio do Governo Central, o 3º Governo liderado pelo Doutor Fernando Chui Sai On, saberá trabalhar com maior coesão e solidariedade, conduzindo a grandiosa causa “um País, dois Sistemas” a um patamar superior na RAEM.

Por último, quero deixar aqui expresso o meu sincero agradecimento ao Governo Popular Central e aos seus organismos sediados em Macau pela atenção e sólido apoio que têm dispensado à RAEM ao longo dos anos.

Quero agradecer, também, à Assembleia Legislativa, aos trabalhadores dos serviços públicos e à população pelo grande apoio dado às acções do Governo.

Dou por terminada a minha intervenção. Os meus agradecimentos ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados.

**Governo da Região
Administrativa Especial de Macau
Balço das Acções do Governo Realizadas
no ano 2009**

Área da Administração e Justiça

Desde o retorno de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem empenhado todos os esforços para promover a reforma da Administração e a construção do sistema jurídico, sempre sob a orientação dos princípios “melhor servir a população” e “desenvolvimento na modernidade”. Neste âmbito, conseguimos construir bases sólidas e alcançar resultados positivos no domínio da prestação de serviços públicos, processo de definição das políticas, funcionamento das organizações, gestão dos funcionários, produção legislativa e divulgação jurídica. O sucesso dessas acções é fundamental para a concretização com êxito dos conceitos “um país, dois sistemas”, “Macau governado pelas suas gentes”, com alto grau de autonomia e a criação de condições para garantir o desenvolvimento sustentado desta terra.

1. No domínio da Administração

1) Concretização do programa geral de reforma

O Programa da Reforma da Administração Pública propôs a criação de uma estrutura central de coordenação da reforma da administração pública. Por outro lado, o Observatório da Administração Pública foi remodelado, passando a ser o Conselho Consultivo para a Reforma da Administração Pública.

Efectuámos a conjugação da Comissão de Coordenação da Reforma da Administração Pública com os grupos de trabalho para a reforma da administração pública dos organismos públicos, ao nível da execução das acções, no intuito de coordenar os trabalhos de auscultação, definir os planos de execução e assegurar a sua concretização. A Comissão de Coordenação já estabeleceu um mecanismo de reuniões regulares, intensificou a cooperação interserviços e nas várias áreas, bem como impulsionou a concretização do Programa da Reforma com eficácia. Lançámos também um conjunto de projectos de reforma de forma ordeira e de acordo com o planeamento definido no Programa da Reforma. Até finais de Outubro deste ano, do total de 34 projectos da área da administração, 33 foram concluídos e um recém-iniciado. Conseguimos terminar também quatro projectos que não faziam parte do plano.

2) Processo de aperfeiçoamento das políticas e da prestação de serviços ao público

(1) Alargamento do mecanismo de consulta e promoção

Desde o retorno de Macau até Outubro de 2009, através da fusão ou criação de raiz, estabelecemos 17 organizações consultivas. Além disso, reestruturámos as organizações consultivas existentes, nomeadamente o Conselho de Ciência e Tecnologia, o Conselho Superior de Viação e o Conselho do Desporto. Promovemos a distribuição das organizações consultivas pelos bairros comunitários, estabelecendo para o efeito os conselhos consultivos dos serviços comunitários nas zonas Norte, Central e das Ilhas.

As reuniões mensais abertas ao público do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e as sessões de diálogo com os moradores passaram a constituir um mecanismo permanente de comunicação e intercâmbio entre a Administração, as associações e as organizações comunitárias, o que permitiu aos dirigentes e chefias dos serviços públicos de diferentes áreas manter um contacto directo com as associações e os residentes dos bairros e elevar a amplitude e profundidade dos trabalhos de consulta, contribuindo para a oferta de serviços que respondam às necessidades reais dos residentes.

Concluimos a elaboração dos seguintes documentos: Estudo sobre a Reforma do Sistema de Consulta de Políticas Públicas, Relatório de Análise e Avaliação sobre a Criação de Organizações Consultivas do Governo e Proposta para o Aperfeiçoamento do Sistema de Consulta de Políticas Públicas. Tal contribuiu para melhorar ainda mais os regimes de consulta política e a criação de organizações consultivas.

(2) Criação de uma rede de prestação de serviços públicos acessível e eficiente

Logo após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, o Governo investiu grandes esforços na promoção do modelo de serviço “one stop”. Até finais de Outubro de 2009, contabilizámos 13 organismos da Administração a oferecer 33 serviços segundo o modelo “one stop”.

Os centros de prestação de serviços ao público da zona Norte e das Ilhas, respectivamente, abriram as portas à população em Novembro de 2007 e Julho de 2008, oferecendo serviços que abrangem áreas como administração e justiça, economia e finanças e transportes e obras públicas, totalizando 56 serviços. Até finais de Outubro de 2009, os balcões de atendimento e informação dos dois centros deram tratamento a mais de 100 mil processos. Por outro lado, o Centro de Prestação de Serviços ao Público da zona Central encontra-se em fase de instalação.

O Edifício de Prestação de Serviços Públicos Gerais, localizado na zona Norte, entrará em funcionamento a partir dos finais deste ano, oferecendo uma vasta gama de serviços de alta qualidade aos cidadãos num espaço único. A inauguração dos três centros de prestação de serviços ao público e do Edifício de Prestação de Serviços Públicos Gerais aliado ao Centro de Serviços do Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e aos Postos de Atendimento e Informação do mesmo Instituto e dos diversos organismos espalhados pelos bairros contribuiu para a concretização da política de integração dos serviços públicos nas várias zonas da cidade e a sua concentração num espaço único, segundo o modelo “one stop”. Desta forma, a população pode usufruir esta rede de serviços de alta qualidade.

Em termos da forma de prestação de serviços, evoluímos de um modelo passivo e de sentido único para um modelo activo de interacção, fazendo penetrar os serviços nas comunidades e nos bairros. O nosso objectivo é prestar serviços mais personalizados e acessíveis que vão ao encontro das verdadeiras necessidades das pessoas. Por exemplo, no âmbito da substituição dos Bilhetes de Identidade do tipo “cartão inteligente”, oferecemos o serviço de marcação prévia por via telefónica ou *online*. Também temos destacado pessoal para se

deslocar às associações, organismos, escolas e lar de idosos para prestar assistência no tratamento das formalidades. O processo de substituição dos Bilhetes de Identidade teve início em finais de 2002 e terminou com sucesso em princípios de 2007.

Investimos grandes esforços para aperfeiçoar os sistemas de consulta e tratamento de queixas, criando para o efeito o Sistema Interserviços Electrónico de Tratamento de Queixas e o Sistema Sonoro de Informações de Contacto dos Serviços Públicos. O Centro de Informações ao Público entrou em funcionamento desde Novembro de 2008, oferecendo informações ao público, recepção de queixas e sugestões e serviço de venda de publicações oficiais. Este Centro adoptou o sistema integrado de serviços de atendimento e a base de dados sobre procedimentos administrativos do Portal do Governo. O Centro também oferece informações oficiais completas e correctas segundo o modelo “one stop”, assumindo funções de auscultação de opinião e transferência de processos.

3) Consolidação do regime de avaliação da execução das políticas

O projecto “Carta de Qualidade” foi lançado em 1999 e em 2003 todos os organismos públicos que prestavam serviços aos utentes aderiram a este projecto. Um total de 42 organismos da Administração foram sujeitos à avaliação e reconhecimento pela Comissão de Avaliação dos Serviços Públicos.

A partir de 2001, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau começou a introduzir na Administração a certificação internacional de qualidade ISO. Até hoje, dez organismos públicos e 63 subunidades orgânicas já obtiveram a referida certificação. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais e a Imprensa Oficial candidataram e obtiveram a certificação ISO14001 do sistema de gestão ambiental, integrando as noções de protecção ambiental nas actividades quotidianas, representando um bom exemplo de assunção de responsabilidade social. O Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais investiu esforços para conquistar a certificação ambiental para a gestão dos sanitários públicos, com vista a providenciar à população estruturas físicas higiénicas e limpas, contribuindo para promover a imagem de Macau enquanto Cidade de Turismo. Os Serviços de Identificação concluíram em Março deste ano o processo de certificação ISO9001:2008 em relação aos serviços que oferecem e a certificação ISO10002:2004 em relação ao sistema de gestão de queixas, com vista a que fossem alargados cada vez mais os serviços prestados com Certificação Internacional de Qualidade ISO. A Imprensa Oficial está a preparar a candidatura para efeitos de obtenção da certificação ISO27001 respeitante à segurança das informações (Norma Internacional de Inspecção da Segurança das Informações), pelo que ainda este ano irá fortalecer as funções do sistema de segurança interna, de modo a estar em condições para entregar a candidatura no próximo ano.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau implementou, desde 2001, o projecto Inquérito sobre o Grau de Satisfação dos Cidadãos. E, até finais de Outubro de 2009, 45 organismos públicos foram objecto do inquérito para avaliar o grau de satisfação dos cidadãos.

4) Reforço da gestão interna da Administração

(1) Aperfeiçoamento gradual dos regimes da função pública

Em 2003, concretizámos a política de integração dos funcionários no universo de contribuintes do imposto profissional e em 2005 entrou em vigor o novo regime de avaliação de desempenho, com vista a qualificar de forma efectiva o mérito do trabalho dos funcionários, levantando o seu moral. Em 2007, entrou em vigor o Regime dos prémios e incentivos ao desempenho, tornando mais eficaz o regime de avaliação de desempenho.

Em 1 de Janeiro de 2007 entrou em vigor o Regime de Previdência que beneficiou os trabalhadores contratados além do quadro que optaram por não aderir ou não puderam inscrever-se no regime de aposentação e de sobrevivência, os trabalhadores em comissão de serviço sem lugar de origem, os trabalhadores assalariados e os recrutados em regime de contrato individual de trabalho, totalizando 6 500 pessoas. Devido aos problemas causados pela crise financeira, efectuámos, em 2009, a revisão do Regime de Previdência, prolongando o prazo de liquidação das contas dos contribuintes que pretendem cessar as funções, que passou de 90 dias para cinco anos.

Procedemos à actualização salarial de todos os funcionários, incluindo os contratados, os aposentados e os pensionistas, em 2005, 2007 e 2008, passando cada ponto indicário a valer 59 patacas em vez das 50 antes do retorno de Macau.

Para melhor assegurar os direitos dos trabalhadores da função pública de categorias mais baixas, alterámos em 2007 o Decreto-Lei n.º 25/96/M, determinando que os familiares do pessoal dos níveis 1 a 4 que falecem terão o direito de receber a compensação pecuniária prevista neste Decreto-Lei. Em 2008, efectuámos a revisão do Estatuto dos Beneficiários do Sistema da Acção Social Complementar da Função Pública, integrando os trabalhadores contratados segundo o regime de Direito Privado e os seus familiares no universo de beneficiários.

Aperfeiçoámos as carreiras dos trabalhadores. As carreiras da área de segurança foram revistas e entraram em vigor. Os diplomas Ajustamento dos Quadros de Pessoal das Forças e Serviços de Segurança e Alteração do Regime de Ingresso e Acesso nas Carreiras do Pessoal Alfandegário já entraram em vigor. Concluímos a revisão do Regime da Carreira de Enfermagem e o respectivo diploma já entrou em vigor. Concluímos também a revisão do Estatuto do Gabinete do Chefe do Executivo e dos Secretários.

O recém-alterado Regime das Carreiras dos Trabalhadores dos Serviços Públicos entrou em vigor a partir de Agosto de 2009, actualizando a estrutura das carreiras. Estamos também a implementar gradualmente o recrutamento e acesso centralizados e estamos a acelerar os trabalhos da revisão do regime de contratos.

O novo Estatuto do Pessoal de Direcção e Chefia entrou em vigor a partir de Agosto deste ano. Este diploma veio a clarificar as competências e obrigações dos titulares de car-

gos, reforçando o regime de responsabilização, definindo parâmetros científicos e objectivos de punição e reconhecimento de mérito e estabelecendo um mecanismo de mobilidade. Por outro lado, criámos uma Comissão de Ética para a Administração Pública sob a alçada do Chefe do Executivo.

Realizámos estudos aprofundados e alargados sobre os regimes aplicáveis ao Chefe do Executivo e titulares dos principais cargos e os trabalhos de redacção legislativa sobre esta matéria têm continuado sem interrupção. A proposta da lei relativa a esta matéria já está concluída e encontra-se neste momento em sede do Conselho Executivo para efeitos de discussão.

Temos colaborado activamente com as acções do Comissariado contra a Corrupção e o Comissariado da Auditoria, continuando com esforços para sedimentar o valor de integridade e a aplicação adequada dos recursos públicos. Cooperámos com o Comissariado contra a Corrupção na organização de cursos de formação para trabalhadores recém-ingressados na função pública e realizámos seminários dedicados a temáticas diferentes destinados a divulgar noções correctas na aplicação da lei e a propagar valores positivos.

Aperfeiçoámos o regime de aquisições. Os organismos da Administração elaboraram códigos internos de integridade com base nas Orientações para uma Conduta Íntegra dos Trabalhadores da Administração Pública e Propostas para Elaboração do Código de Integridade para os Serviços/Instituições Públicas do Comissariado contra a Corrupção. No âmbito do funcionamento administrativo, aplicámos com determinação estes regimes, por forma a prevenir e combater infracções à legislação administrativa. Dedicámos também aos trabalhos de redacção legislativa relativos à aplicação em Macau da Convenção contra a Corrupção das Nações Unidas.

(2) Reforço de diálogo e solidariedade

O novo regime de avaliação de desempenho, que entrou em vigor em 2005, instituiu o mecanismo de reuniões de avaliação. Nestas reuniões, os dirigentes, chefias e trabalhadores têm a oportunidade de definirem em conjunto as metas de trabalho através do diálogo e da troca de opiniões.

Em 2008 tomámos medidas para melhorar o Plano de Criatividade, transformando-o em Plano sobre a Criatividade dos Trabalhadores da Função Pública. Antes, no âmbito do Plano, os funcionários eram incentivados a apresentar sugestões para aperfeiçoar o funcionamento do organismo a que pertenciam ou o seu próprio trabalho. Esta fase evoluiu para um patamar mais elevado em que trabalhadores de diferentes organismos públicos constituem equipas para analisar a reforma da administração pública e apresentar propostas de optimização.

Em 2007 foi criado o *Website* para os Funcionários Públicos da Região Administrativa Especial de Macau, que se tratava de uma plataforma de intercâmbio e diálogo e aprendiza-

gem *online*, proporcionando informações para aliviar a pressão de trabalho e uma oportunidade para a partilha de experiências de vida e de trabalho. Acompanhámos com atenção a saúde mental e física dos trabalhadores da função pública e a segurança no trabalho e apoiamos a organização de cursos que ensinam técnicas para aliviar o *stress*. Em 2007, criámos o Centro de Exame Médico da Aptidão Física dos Trabalhadores da Função Pública, oferecendo serviços no âmbito da saúde mental e física e segurança no trabalho aos funcionários. Até Outubro de 2009, 6 mil trabalhadores foram sujeitos a exame médico.

(3) Prioridade nas acções de formação

Desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau até finais de Outubro deste ano, organizámos 3 482 acções de formação, contando com a participação de 81 172 pessoas. Realizámos uma série de cursos dedicados a temas nucleares, incluindo acções em colaboração com o Civil Service College da Singapura, designadamente, o Programa de Gestão para Executivos destinado aos dirigentes e chefias, o Programa de Desenvolvimento das Técnicas de Gestão para Funcionários Públicos de Nível Intermédio, designadamente, para chefes de secção, chefias funcionais e técnicos superiores, contribuindo para elevar as capacidades de gestão e liderança deste pessoal, renovar as suas mentalidades e promover o espírito de equipa. Organizámos em colaboração com o Instituto Politécnico de Macau o Programa de Formação Essencial para os Trabalhadores da Administração Pública que ensinava conhecimentos básicos úteis para elevar o nível de prestação de serviço dos funcionários e promover a consciência de servidor público. Também organizámos em colaboração com o Instituto Nacional da Administração, os Cursos de Estudo e Aperfeiçoamento sobre a Tomada de Decisões Públicas destinados aos Quadros Superiores da Região Administrativa Especial de Macau, com vista à realização de projectos de aprendizagem prática aplicáveis no trabalho quotidiano e ao aumento da capacidade de decisão.

(4) Desenvolvimento do Projecto “Governo Electrónico”

O Relatório de Estudo Estratégico sobre o Governo Electrónico e as Bases de Desenvolvimento do Projecto de Governo Electrónico (2005–2009) elaborados, respectivamente, em 2001 e 2005, definiram as linhas de evolução e estratégia de desenvolvimento do projecto de Governo Electrónico. Em 2001, constituímos um grupo de trabalho dedicado a este projecto. E a Lei da Protecção de Dados Pessoais e os diplomas relativos a Documentos e Assinaturas Electrónicas aprovados e em vigor desde 2005 ofereceram o suporte jurídico necessário para a concretização desse projecto.

No capítulo da informatização dos serviços públicos, lançámos a prestação de serviços *online* que abrange vertentes como a emissão de busca, o pagamento de multas, a inscrição em cursos superiores, o arrendamento de instalações desportivas, o recenseamento eleitoral e a disponibilização de 614 impressos electrónicos para o público. Os meios necessários

para a implementação do projecto “ePass” estão basicamente constituídos, daí estarem em condições para ser utilizados.

Em 2003 foi criado um Banco de Dados e Informações sobre Formalidades Administrativas. Instalámos três máquinas de informação “one stop” que oferecem serviços de disponibilização de impressos oficiais e a sua impressão. Em 2005, introduzimos o equipamento de leitura dos Bilhetes de Identidade do tipo “cartão inteligente” e criámos o Portal do Governo, oferecendo serviços e informações para responder às diferentes necessidades dos cidadãos.

Todos os organismos da Administração aderiram ao Sistema de Expediente Electrónico, com vista a assegurar uma comunicação sem recurso a papéis.

(5) Simplificação dos procedimentos administrativos

Em relação a uma área que tem atraído maior atenção do público como os serviços relacionados com a qualidade de vida da população, nomeadamente nas vertentes de emissão de licenças para estabelecimentos de comida e bebida, licença de condução, assistência social, declaração de rendimentos e pagamento de impostos pelas empresas, crédito e financiamento de empresas, importação de mão-de-obra e apoios sociais em caso de acidente laboral ou doença profissional e os seus procedimentos, fizemos um estudo detalhado da matéria e tomámos medidas para otimizar os trabalhos.

Com base na experiência adquirida nesta área, lançámos em 2007 um Projecto de Estudo para Otimizar os Procedimentos Comuns (área de administração e finanças), dando prioridade aos trâmites comuns dos diversos serviços públicos na área de administração e finanças. Na sequência da revisão da legislação reguladora da habitação pública e a sua consequente entrada em vigor, envidámos esforços para otimizar o circuito de tratamento dos pedidos de habitação e os procedimentos relativos às listas de espera. Lançámos o regime sistematizado de consultas no âmbito das obras públicas, no sentido de otimizar os procedimentos nesta área.

(6) Otimização da estrutura orgânica

Desde o retorno de Macau à Pátria até finais de Outubro de 2009, o Governo criou 24 entidades e serviços públicos e simultaneamente extinguiu 16. De 2000 a Outubro de 2009, 38 entidades e serviços públicos foram objecto de reestruturação. Por outro lado, reforçámos o mecanismo de cooperação e resposta permanente interserviços, criámos o Grupo Coordenador para os Assuntos Fronteiriços, o Grupo de Coordenação sobre a Segurança dos Produtos Alimentares, o Grupo de Intervenção contra a Salinidade da Água, o Grupo de Trabalho para a Construção de uma Sociedade Economizadora de Água, o Grupo de Trabalho de Prevenção Contra a Febre de Dengue, o Centro de Coordenação da Gripe (H1N1) e a Comissão Coordenadora da Região Administrativa Especial de Macau para o Apoio à Reconstrução das Zonas Afectadas Pós-Terramoto em Sichuan, entre outros.

2. No domínio da Justiça

1) Desenvolvimento e aperfeiçoamento gradual do ordenamento jurídico da Região Administrativa Especial de Macau com base nos princípios “um país, dois sistemas” e “administração segundo a lei”

Após o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau, procedemos de forma ordenada à inovação e reorganização dos organismos públicos na estrutura da Administração, aos quais compete realizar as acções específicas da área jurídica para impulsionar eficientemente a reforma do sistema jurídico, permitindo deste modo a concepção e constituição, na máquina administrativa da Região Administrativa Especial de Macau, das estruturas de trabalho e dos mecanismos que permitem tanto a distribuição de funções como a adaptação recíproca, com o intuito de lançar as bases para o aprofundamento da reforma jurídica da Região Administrativa Especial de Macau.

Com os esforços conjugados dos vários sectores, tornou-se possível publicar, desde o retorno de Macau até finais de Outubro de 2009, um total de 460 diplomas legais, nomeadamente 141 leis, das quais 127 propostas de lei foram aprovadas pela Assembleia Legislativa. Além disso, foram publicados 319 regulamentos administrativos, o que representa uma média mensal de 3,83 diplomas concluídos, caso se efectue o cálculo com base nos 120 meses deste período de dez anos após o retorno de Macau. Tais diplomas aprovados não incluem as ordens executivas, os despachos e avisos do Chefe do Executivo, entre outros, que foram promulgados pelo Governo.

Com o rápido desenvolvimento social e económico verificado após o retorno de Macau, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau concentrou os esforços na elaboração prioritária dos diplomas relacionados com a economia e a vida quotidiana dos cidadãos com o intuito de satisfazer as exigências da sociedade e da população. Assim sendo, foi elaborado um total de 235 desses diplomas nos últimos dez anos, o que equivale a 51,1% dos diplomas concluídos.

Muitos dos diplomas publicados tiveram grande importância para o desenvolvimento da Região Administrativa Especial de Macau, tendo deixado também influências profundas. Foram implementados a Lei relativa à Defesa da Segurança do Estado de acordo com o artigo 23.º da Lei Básica, a Lei do Recenseamento Eleitoral, a Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa, a Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, o Regime Jurídico de Enquadramento das Fontes Normativas Internas, a legislação sobre a Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado, a legislação sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais, a legislação sobre a Prevenção e Repressão dos Crimes de Terrorismo, a Lei de Combate à Criminalidade Informática, a legislação sobre a Declaração de Rendimentos e Interesses Patrimoniais, a legislação sobre o Regime Geral de Avaliação do Desempenho dos Trabalhadores da Administração Pública, entre outros.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem atribuído muita importância ao planeamento da produção legislativa. Através de uma ampla auscultação das opiniões e

sugestões da sociedade civil, realizámos dois planeamentos de maior envergadura, nomeadamente:

(1) Em Abril de 2002, publicou-se o Plano de Produção/Revisão Legislativa a Curto e Médio Prazo (desde 1 de Janeiro de 2002 até finais de Setembro de 2004). Do planeamento inicial com um total de 179 projectos legislativos, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau efectuou de forma atempada os devidos ajustamentos em função das alterações da situação real e das necessidades do desenvolvimento social, conduzindo-se assim à conclusão de 154 leis e regulamentos administrativos. Entre eles, existiam 80 projectos de diplomas abrangidos pelo planeamento e 74 incluídos adicionalmente, para além de ter sido determinada a suspensão de outros 30 projectos de diplomas após consultas e estudo.

(2) Em Junho de 2007, publicou-se também o Programa da Reforma da Administração Pública de 2007 a 2009, no qual foram incluídos 38 projectos legislativos, baseando-se nas experiências acumuladas no passado. Até finais de Outubro de 2009, concluíram-se 25 projectos de um total de 38 projectos de reforma jurídica, tendo sido iniciados os restantes 13 projectos. De entre os 25 projectos concluídos, contavam-se 71 subprojectos e dez projectos de carácter permanente. Além disso, foram ainda concluídos 39 projectos não abrangidos pelo Programa.

Os diplomas publicados não só permitiram basicamente a cobertura das diversas vertentes dos assuntos da Região Administrativa Especial de Macau, como também permitiram aperfeiçoar e concretizar cada vez mais o sistema jurídico da Região Administrativa Especial de Macau no enquadramento da Lei Básica, com vista a que fossem constituídos os fundamentos legais para a implementação dos princípios “administração segundo a lei” e “um país, dois sistemas”.

2) Impulso da participação da sociedade civil nas acções de consulta jurídica e auscultação ampla das opiniões dos cidadãos

O modelo das acções de consulta inicialmente com o carácter de declaração da intenção legislativa, passou a ser gradualmente baseado na consulta sobre os princípios legislativos. De igual modo, as consultas sobre o conteúdo esquemático das propostas de lei acabaram por ser consultas sobre o articulado em concreto. Além disso, aquele modelo inicial que se fazia de forma passiva de aguardar as consultas, passou a ser dirigido à população em geral através das acções de consulta interactiva, nomeadamente a organização de sessões de esclarecimentos, colóquios e sessões públicas para a auscultação dos cidadãos das classes de base. O âmbito das consultas também passou das consultas aos organismos públicos a nível interno para as consultas à população em geral.

Todos os cidadãos têm actualmente à sua disposição vários meios para a veiculação de opiniões e a participação na reforma jurídica promovida pelo Governo, entre os quais a utilização de telefone, o correio postal, o correio electrónico, as páginas especializadas na *internet*, as sessões de esclarecimentos, os seminários e os meios de comunicação social.

Por outro lado, o Governo continuou a envidar esforços para aperfeiçoar os mecanismos de consulta jurídica e seu funcionamento nos diversos domínios, aumentar a representatividade dos vários órgãos consultivos, melhorar as redes consultivas, alargar os meios de consulta da opinião pública e impulsionar a participação da população em geral.

3) **Maior empenho na realização de formação jurídica e constituição de quadros qualificados da área do Direito na Região Administrativa Especial de Macau**

Para que fosse possível a formação desses quadros com melhor qualidade, nomeadamente os magistrados, os oficiais de justiça, os advogados e os trabalhadores da área do Direito na Administração Pública, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau empenhou-se na criação do Centro de Formação Jurídica e Judiciária, visando o desenvolvimento das respectivas acções de formação específica. Desde a sua entrada em funcionamento em 2002 até finais de Outubro de 2009, o Centro de Formação Jurídica e Judiciária organizou 280 cursos de formação, nos quais participou um total de 15 513 pessoas; procedeu à realização de acções de formação destinadas a 25 magistrados, quer aqueles que tenham concluído ou estejam a frequentar o respectivo curso de formação; e colaborou na formação de um total de 315 oficiais de justiça, dos quais 169 participaram na acção de formação estipulada para o ingresso na carreira de oficial de justiça e 146 na formação para o acesso nessa carreira.

Foram organizadas várias actividades de formação no âmbito da produção jurídica, nomeadamente o Curso sobre o Desenvolvimento do Processo Legislativo na China, em cooperação com a Comissão de Assuntos Legislativos do Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional, e o Curso Avançado de Produção Legislativa – Práticas Legislativas e Judiciais na China Contemporânea, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Pequim. Além disso, organizaram-se ainda o Curso Aprofundado de Produção Legislativa (realizado em Portugal) e o Curso Aprofundado de Produção Legislativa e Técnicas Jurídicas, em colaboração com a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra de Portugal e a Universidade Católica Portuguesa, respectivamente. Organizámos a palestra sobre Direito Internacional e o *workshop* sobre a elaboração dos relatórios sobre o cumprimento das Convenções Internacionais na área dos Direitos Humanos, em colaboração com a Direcção dos Serviços de Tratados e Leis do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China. Também foi possível a participação de delegações compostas por funcionários públicos da Região Administrativa Especial de Macau nas negociações sobre os tratados internacionais.

Através do mecanismo central da reforma jurídica, implementou-se, respectivamente, o Plano de Formação dos Trabalhadores da Área do Direito da Administração Pública e o Plano de Formação Prática na Área da Produção Jurídica em 2006 e 2008.

Foi criada, em 2006, uma Base de Dados dos Juristas da Administração Pública. No início do ano de 2009, prosseguiu-se ainda a aplicação de um novo sistema de gestão das informações, permitindo deste modo a disponibilização de informações mais minuciosas e precisas através da Base de Dados.

Até à presente data, procedemos à formação de 288 advogados-estagiários, estando previsto proporcionar, a pedido da Associação dos Advogados de Macau, novas acções de formação destinadas aos advogados-estagiários em finais do ano de 2009. Decorrido entre Setembro de 2005 e Março de 2006, o Curso Especial Para Admissão ao Estágio de Advocacia contou com a participação de 32 formandos designados pela Associação dos Advogados de Macau e licenciados em Direito que pretendiam candidatar-se ao estágio de advocacia.

4) Criação de uma plataforma de divulgação jurídica e aprofundamento da difusão de informações jurídicas

(1) Criação de uma rede de cooperação para a divulgação da Lei Básica

No intuito de reforçar a divulgação da Lei Básica, particularmente durante o período das actividades comemorativas anuais da promulgação da Lei Básica, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau tem organizado em conjunto com diversas associações uma vasta gama de actividades, as quais foram incluídas no programa tradicional de animação para a divulgação e promoção dessa Lei, com vista a que os cidadãos dos diferentes grupos etários conhecessem cada vez mais a Lei Básica por diversos meios.

Os vários organismos públicos da Região Administrativa Especial de Macau realizam anualmente a exposição fotográfica “O Ponto de Viragem Histórico” no Interior da China desde 2003, em colaboração com as autoridades competentes chinesas, tendo percorrido e reforçado o estreitamento de laços com 13 diferentes cidades e províncias, divulgando-se deste modo os conhecimentos sobre a Lei Básica aos cidadãos do Interior da China.

(2) Modelo da rede de generalização do Direito adequado aos vários sectores

Em 2003, alargámos a rede escolar dos estabelecimentos de ensino secundário aos estabelecimentos de ensino primário para a realização de palestras alusivas ao tema, palestras estas que, neste período de dez anos, somaram a um total de 1 580 sessões e contaram com mais de 143 mil participantes. Lançámos a actividade denominada “Conhecer a lei e as normas de cortesia – uma acção de formação jurídica para a prevenção da criminalidade juvenil”. Desde o seu início até hoje, esta iniciativa conduziu à organização de um total de 500 palestras e actividades de generalização do Direito, as quais contaram com a participação de mais de 14 250 pessoas, nomeadamente professores, pais e alunos, tendo merecido o apoio dos estabelecimentos de ensino e tendo sido bem acolhido pelos encarregados de educação. Paralelamente, editámos o respectivo material didáctico para os alunos do ensino secundário e primário.

Envidámos esforços para a organização de colóquios e *workshops* sobre diversas temáticas jurídicas para os cidadãos, de tal modo que as palestras realizadas neste período de dez anos somaram a mais de 280 sessões e contaram com um número superior a 9 800 participantes.

(3) Intensificação do leque de actividades de generalização do Direito e lançamento de diversos serviços de divulgação jurídica

Os organismos públicos competentes realizaram ao longo de cada ano diversas actividades de divulgação jurídica de grande envergadura, com o intuito de divulgar a legislação mais importante, a saber: a Lei Básica, os diplomas laborais, as leis sobre os direitos e interesses das mulheres, os direitos da criança, os regimes matrimoniais de bens, entre outros. No ano de 2009, foram realizados nove eventos de maior dimensão para a generalização do Direito e cerca de 40 programas nesta matéria.

Criámos, em 2005, um serviço *hotline* de generalização do Direito. Esta linha telefónica directa destinava-se às consultas efectuadas pelos cidadãos a respeito dos assuntos jurídicos, cuja resposta lhes era disponibilizada por jurista. A partir de 2008, procedemos à redução do prazo de resposta às consultas – de três dias para o próprio dia da consulta, sendo que o número de respostas foi de 1 671 no ano passado, somando a um total de 6 064 até hoje.

(4) Reforço da rede de comunicação social para uma maior eficácia da divulgação jurídica

Os serviços competentes têm fornecido, nos últimos dez anos, mais de 3 700 artigos, quer para publicação em jornais, quer para divulgação pelos meios de comunicação social.

Desde 2006, temos procedido à elaboração de um total de 178 programas na rádio, entre os quais “A alegria de saber Direito” e “Conhecedor do amplo círculo do Direito”. No que toca aos programas televisivos, foram produzidas mais de 520 sessões de “Consultas e Respostas” neste período de dez anos, para além de 7 400 anúncios pela rádio e 3 700 pela televisão.

Para que o conteúdo da divulgação jurídica seja mais atraente, procedemos de forma activa à reforma recentemente, no sentido de seleccionar notícias da actualidade úteis para a transmissão de informações jurídicas ao público interessado, através da elaboração de artigos e colunas nos jornais e de programas radiofónicos.

(5) Aperfeiçoamento da rede de disponibilização das informações de divulgação jurídica

Nestes últimos dez anos, os organismos públicos competentes publicaram diversos panfletos e brochuras de divulgação jurídica para distribuição gratuita aos cidadãos. Este material impresso aumentou de mais de dez variedades diferentes no ano de 2000 para 128 agora existentes, que incidem essencialmente sobre os aspectos jurídicos relevantes do quotidiano social dos cidadãos, a saber: a Lei Básica, os direitos fundamentais dos residentes, o matrimónio, as relações laborais, os assuntos sobre trânsito rodoviário, a legislação comum em matéria civil e comercial, os assuntos da área do notariado e dos registos, entre outros. Nos últimos dez anos, foram distribuídos mais de 2 900 mil desses impressos, o que revela o bom acolhimento por parte do público interessado.

Efectuada a reorganização necessária, os cidadãos podem agora consultar facilmente na página electrónica da Imprensa Oficial e do Portal Jurídico de Macau as seguintes informações jurídicas que propiciam o estudo e a divulgação do Direito, nomeadamente:

- (1) os diversos diplomas legais e actos normativos promulgados desde o estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau;
 - (2) as leis e os decretos-lei promulgados desde 1976 até ao retorno de Macau;
 - (3) as informações sobre os tratados internacionais publicados e em vigor em Macau;
 - (4) mais de dez mil diplomas legais e actos normativos actualmente existentes que se encontram reunidos no *website* respeitante com cerca de 200 mil visitas em média por mês;
 - (5) os discos ópticos sobre a legislação de Macau produzidos em cada ano pela Imprensa Oficial desde o início do ano de 2000 até hoje, os quais constituem um total de nove colecções actualmente, estando nelas incluídos os grandes Códigos e todos os diplomas legais promulgados desde o retorno de Macau.
- 5) Maior articulação com as acções do órgão legislativo e dos órgãos judiciais de acordo com as disposições da Lei Básica sobre o sistema político**

Nos termos da Lei Básica, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau deve manter uma relação de estreita colaboração com o órgão legislativo. Desde o retorno de Macau até finais de Outubro, o Governo submeteu à apreciação da Assembleia Legislativa 128 propostas de lei, tendo participado nas respectivas sessões de esclarecimento e colaborado no processo de apreciação. De entre aquelas propostas, o diploma relativo à alteração do regime de imputabilidade penal foi retirado pelo Governo, após a auscultação das opiniões da Assembleia Legislativa, com vista ao aprofundamento dos estudos.

Entre o retorno de Macau e a conclusão da terceira legislatura da Assembleia Legislativa em meados de Outubro de 2009, o Governo recebeu 2 185 interpelações escritas feitas pelos deputados e, conseqüentemente, redigiu um total de 2 117 respostas às interpelações (taxa de resposta 96,9%). Além disso, o Governo participou num total de 25 reuniões da Assembleia Legislativa para responder às interpelações orais dos deputados.

Concluiu-se, em 2004, o 1.º Curso de Formação e Estágio para Ingresso nas Magistraturas Judicial e do Ministério Público, através do qual foram formados dez magistrados. E o 2.º Curso de Formação terminou a 17 de Junho de 2009, tendo sido formados outros seis magistrados. De um total de 16 magistrados formados nos referidos cursos, dez foram nomeados como magistrados judiciais, e seis como magistrados do Ministério Público. Por outro lado, mais nove estagiários foram admitidos ao 3.º Curso de Formação que se iniciou a 29 de Junho do corrente ano, estando prevista a conclusão da fase correspondente à formação prática em Junho de 2011.

Organizámos, a pedido do Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância e do Gabinete do Procurador, dois cursos de habilitação para ingresso nas carreiras de oficial de justiça judicial e de oficial de justiça do Ministério Público em 2004, tendo sido aprovado um total de 169 formandos. Em relação ao ingresso daquele pessoal aprovado nessas carreiras, caberá aos tribunais e ao Ministério Público efectuar o recrutamento gradual, de acordo com as suas necessidades, do pessoal constituído reserva de recrutamento no prazo de validade estipulado para tal, com o intuito de melhorar o funcionamento dos órgãos judiciais e aumentar a sua eficiência.

Além disso, procedemos à criação do Juízo de Pequenas Causas Cíveis em Janeiro de 2005, lançando um modelo de funcionamento judicial com procedimentos simplificados, o que permitiu uma maior facilidade na interposição de acção judicial pelos cidadãos.

6) Empenho total no impulso do desenvolvimento das acções de cooperação judiciária

Com o apoio e a colaboração do Governo Central, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau empenhou-se, nos termos da Lei Básica, no desenvolvimento das acções relacionadas com a interacção e cooperação judiciária.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau criou, em Junho de 2000, o Grupo de Trabalho para a Cooperação e Interacção Judiciária Inter-regional e Internacional tutelado pelo Chefe do Executivo. Até Outubro de 2007, concluímos basicamente os acordos de cooperação judiciária em matéria civil e comercial estabelecidos com o Interior da China, entre os quais: o Acordo sobre os Pedidos Mútuos de Citação e Notificação de Actos Judiciais e de Obtenção de Provas em Matéria Civil e Comercial, assinado em Agosto de 2001; o Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos de Decisões Judiciais em Matéria Civil e Comercial, assinado em Fevereiro de 2006; e o Acordo sobre o Reconhecimento e Execução Recíprocos de Decisões Arbitrais, assinado em Outubro de 2007. Por outro lado, celebrou-se com a Região Administrativa Especial de Hong Kong o Acordo sobre a Transferência de Pessoas Condenadas em Junho de 2005.

Em Abril de 2002, elaborou-se o Procedimento relativo à Notificação de Pedido no âmbito da Cooperação Judiciária, de modo a assegurar, com base no princípio “um país, dois sistemas”, o desenvolvimento eficaz das acções de interacção judiciária na Região Administrativa Especial de Macau, para além de se tornar num dos fundamentos legais para o referido desenvolvimento. Também se elaborou, em Julho de 2006, a Lei de Cooperação Judiciária em Matéria Penal que regulamenta as formas de cooperação judiciária desenvolvidas entre a Região Administrativa Especial de Macau e os países estrangeiros. Esta lei visa não só aplicar de forma eficaz a legislação em matéria penal, mas também contribui para auxiliar a reintegração social das pessoas que cumprem pena de prisão.

Assinámos, em Janeiro de 2001, o Acordo de Cooperação Jurídica e Judiciária com Portugal; e, em Outubro de 2003, foi assinado o Acordo relativo à Readmissão de Pessoas que

Residem Sem Autorização, com os representantes da União Europeia. Em Outubro de 2005, assinou-se também o Acordo de Readmissão de Pessoas que Permanecem Sem Autorização, com a Confederação Suíça. Além disso, realizou-se, em Novembro de 2008, a assinatura de um acordo de cooperação jurídica e judiciária com Timor-Leste.

Foi elaborada, em Abril de 2002, a Lei relativa ao Cumprimento de Certos Actos de Direito Internacional, para satisfazer as exigências dos instrumentos de Direito Internacional e Convenções Internacionais, envidando esforços para cumprir os deveres internacionais.

O Governo da Região Administrativa Especial de Macau elaborou, em Abril de 2006, a Lei sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Branqueamento de Capitais e a Lei sobre a Prevenção e Repressão do Crime de Terrorismo e, posteriormente, a Lei de Combate ao Tráfico de Pessoas em Junho de 2007. Estas leis revelaram-se de grande importância para responder às necessidades da sociedade internacional, no que respeita ao combate e prevenção eficazes desses crimes transfronteiriços no plano internacional, com vista a defender em conjunto a segurança e a ordem na sociedade internacional.

Até finais de Outubro de 2009, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau publicou 112 resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, 195 tratados multilaterais e 82 acordos bilaterais.

Nos últimos dez anos após o retorno de Macau, participámos na qualidade de membro da delegação chinesa na apreciação de vários acordos internacionais, nomeadamente a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou contra a Dignidade Humana, a Convenção sobre os Direitos das Crianças, os “Relatórios de Apreciação Especiais” do Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas.

7) Impulso dos estudos jurídicos e sua organização

Procedemos à tradução para chinês de algumas obras portuguesas úteis e de qualidade para as áreas jurídica e judiciária. Além disso, foi concluída gradualmente a gestão das informações sobre as acções de formação, com vista a criar uma mini-biblioteca para maior conciliação dessas informações com os objectivos dos diversos cursos de formação.

No início de 2005, editámos a versão revista do Glossário Jurídico Chinês-Português/Português-Chinês, cujo número total de termos e expressões foi aumentado para mais de 15 mil, sendo também disponibilizada para consulta através da *internet*, para maior conveniência dos trabalhadores da área do Direito e dos cidadãos. Após a recolha de opiniões dos diversos sectores, iniciámos ainda acções destinadas à publicação da Colectânea da Legislação da Região Administrativa Especial de Macau, as quais estão a ser realizadas activamente.

Com base no mecanismo central de reforma jurídica, procedemos gradualmente, a propósito das publicações com valor de referência para a elaboração e publicação dos diplomas jurídicos, ao esclarecimento das principais questões e normas encontradas nesses diplomas. Actualmente, está em curso a compilação dos “Esclarecimentos sobre a Lei do Trânsito Rodoviário”.

3. No domínio dos Assuntos Cívicos e Municipais

As diversas acções neste domínio foram desenvolvidas, aperfeiçoadas e alargadas continuamente, pelo que procedemos à prestação de serviço de forma mais eficaz, conveniente e humana aos cidadãos e melhorámos cada vez mais a qualidade de vida da população e da sociedade em geral.

No tocante à segurança alimentar e melhoramento do ambiente comercial nos mercados, assinámos, em 2004, o Protocolo de Cooperação no Âmbito de Análise Laboratorial, Inspeção Sanitária e Segurança Alimentar com a Direcção-Geral de Controlo de Qualidade e Inspeção Sanitária da República Popular da China, assim como criámos, em Setembro de 2008, o Grupo de Coordenação para a Segurança Alimentar da Região Administrativa Especial de Macau. Liberalizou-se, desde 2005, o exercício da actividade grossista de frutas no Mercado Abastecedor, tendo este procedido à diminuição das rendas, despesas de admissão e de condomínio dos seus estabelecimentos em 10% a 20% e à redução das taxas de inspeção sanitária em 20%. Em 2008 e 2009, registou-se a isenção das despesas de inspeção sanitária para produtos frescos e vivos e, em finais de 2002, iniciou-se a importação de carnes refrigeradas para serem vendidas em Macau.

No que respeita aos equipamentos urbanos, desenvolvemos gradualmente cerca de 50 espaços desportivos e recreativos, assim como instalámos mais de 800 desses equipamentos nos vários parques públicos e zonas de lazer por toda a cidade de Macau. O Mercado de S. Domingos, o Mercado de Tamagnini Barbosa e o Mercado de Iao Hon dispõem de sala de leitura e centro de actividades, estando ainda disponibilizado em alguns mercados campo de futebol no terraço. Por outro lado, a reconstrução do Mercado de S. Lourenço foi bem acolhida pelos moradores desse bairro, o que nos leva a acreditar também que, após a conclusão das obras do Complexo Municipal do Mercado de S. Lourenço e do Edifício para os Vendilhões do Mercado de Iao Hon, será possível proporcionar aos cidadãos ainda mais espaços nessas zonas para a realização de actividades culturais, recreativas e desportivas, para além de satisfazer as suas necessidades na compra de produtos alimentares.

Registaram-se melhorias nas condições de saneamento ambiental nas diversas zonas, após a construção dos depósitos de lixo cobertos para substituir os contentores de lixo nas vias públicas. Até finais de 2009, foram instalados mais de 120 desses depósitos de lixo pelas ruas de Macau, assim como o número de contentores de lixo diminuiu de 1 500 no período anterior ao retorno de Macau para cerca de 650 existentes actualmente. Efectuámos a limpeza de mais de 3 400 locais críticos e a remoção de mais de 32 mil toneladas de resíduos sólidos, o que contribuiu fortemente para a prevenção de doenças transmissíveis.

Também nos foi possível efectuar a trituração mecânica de mais de 380 mil dos pneus acumulados até hoje, prevendo-se a conclusão do tratamento de todos os pneus usados em finais de 2010. Cerca de 300 diferentes associações, instituições privadas e organismos públicos aderiram ao programa de recolha separada de lixo. Actualmente, estão estabelecidos mais de 210 locais de recolha públicos e mais de 290 edifícios habitacionais participaram no programa de recolha separada de resíduos domésticos.

Com os esforços envidados nestes últimos anos, a maioria dos colectores pluviais unitários existentes em Macau foi substituída por colectores pluviais separativos, o que conduziu a melhorias significativas do problema das inundações nos locais mais afectados. Os locais críticos em matéria de inundações reduziram-se de um máximo de 51 no passado para nove actualmente existentes em Macau.

No âmbito do embelezamento urbano e dos espaços verdes, efectuaram-se, em 2002, as obras de embelezamento e reordenamento do Centro Histórico de Macau, centrando-se nos pontos turísticos das zonas classificadas como Património Mundial, partindo-se dos monumentos de marca da nossa cidade que estão ligados às ruas embelezadas e irradiando-se às artérias adjacentes, com vista a que formassem uma esfera de acção que permitisse a irradiação dos efeitos do património mundial desde aqueles pontos turísticos ao Centro Histórico à sua volta. Assim, criámos com sucesso uma rota turística principal que abrange as zonas onde se encontra localizado o património mundial na Península de Macau.

Para além da plantação de árvores, promovemos novas formas de espaços verdes, entre os espaços verdes criados nos patamares dos edifícios e a utilização de terraços para zonas ajardinadas, com vista a que fossem disponibilizados mais espaços verdes em Macau. Em 2002 e 2009 organizaram-se duas edições da Exposição Nacional da Flor de Lótus. E concluímos de forma activa os equipamentos turísticos complementares.

Em relação à educação cívica, criámos, em 2004, um centro de recursos sobre a educação cívica, servindo-se como uma base educacional vocacionada para a realização de diversas actividades de educação cívica. Desde a sua entrada em funcionamento até finais de Outubro de 2009, o centro recebeu mais de 87 mil utentes. Iniciou-se a actividade denominada “Conhecer Macau” que visa reunir os cidadãos interessados para efectuarem uma visita aos organismos públicos. Procedeu-se também ao reforço da difusão e educação referentes a turistas e trabalhadores não-residentes em Macau, com vista a auxiliar os estrangeiros no conhecimento e observância da legislação de Macau e dos seus usos e costumes, aumentando-lhes assim o sentimento de pertença.

Realizámos mais actividades de divulgação para aprofundar o espírito de vizinhança, assim como tomámos a iniciativa de promover o diálogo com as associações e a assembleia geral dos proprietários das fracções autónomas, com vista a que fosse possível colaborar na organização das actividades de convívio, culturais e recreativas destinadas aos proprietários das fracções autónomas dos edifícios e, a partir daí, intensificaria o fomento

do conhecimento mútuo e o diálogo entre eles e criaria um ambiente mais fraterno para os moradores.

No que respeita à vertente cultural e tempos de lazer, foram construídos equipamentos culturais diversificados, nomeadamente as instalações do Museu das Ofertas sobre a Transferência de Soberania de Macau, a Casa Cultural do Chá, o Museu da História da Taipa e Coloane, Biblioteca Wong Ieng Kuan na Taipa e a Biblioteca de S. Lourenço, com vista a que fosse promovida a educação sobre os valores patrióticos, as tradições culturais chinesas, a herança histórica local, para além do desenvolvimento do interesse pela leitura para enriquecimento da vida intelectual.

O Museu de Arte de Macau tem procedido de forma activa à organização de exposições e eventos, enquanto o Centro Cultural de Macau tem organizado programas de espectáculos artísticos de alta qualidade para a população e os turistas, empenhando-se no impulso da criação artística local e do respectivo intercâmbio e cooperação entre Macau e os países estrangeiros. Além disso, temos organizado anualmente os diversos cursos de aprendizagem nas vertentes cultural e recreativa, as acções de formação e treino e os cursos de formação artística, com o objectivo de enriquecer os tempos de lazer dos cidadãos e melhorar a sua qualidade de vida.

4. Outros domínios

1) Assuntos eleitorais

Neste período de dez anos após o retorno de Macau, assistimos, depois do sucesso alcançado na constituição do primeiro mandato do Chefe do Executivo e da primeira legislatura da Assembleia Legislativa em 1999, às eleições para dois mandatos do Chefe do Executivo em 2004 e 2009 e às eleições para três legislaturas da Assembleia Legislativa em 2001, 2005 e 2009.

Procedemos, em 2008, à revisão da Lei do Recenseamento Eleitoral, Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa e Lei Eleitoral para o Chefe do Executivo, nomeadamente no que se refere ao cancelamento do cartão de eleitor, ao aumento dos requisitos das associações para que sejam pessoas colectivas com capacidade eleitoral, ao aperfeiçoamento do regime de reconhecimento dos diversos colégios eleitorais, ao reforço do combate à corrupção eleitoral, à intensificação das funções da Comissão de Assuntos Eleitorais, bem como à antecipação do recenseamento dos cidadãos com capacidade eleitoral que tenham completado 17 anos de idade, cujas propostas foram implementadas após aprovação pela Assembleia Legislativa.

No que toca ao recenseamento eleitoral, a legislação revista em 2008 permitiu não só o cancelamento do cartão de eleitor, como também proporcionou aos cidadãos com capacidade eleitoral que não estejam recenseados a possibilidade de fazer a inscrição pela apresentação do bilhete de identidade do tipo “cartão inteligente”, visto que permite certificar, através da leitura do *chip* electrónico, a identificação do seu titular. Além disso, o recensea-

mento eleitoral não dispõe de período de suspensão e a exposição dos cadernos de recenseamento é fixada para Janeiro de cada ano, com vista a que os candidatos interessados possam efectuar antecipadamente os trabalhos preparatórios.

Para uma maior articulação da eleição da Comissão Eleitoral do Chefe do Executivo com as eleições do Chefe do Executivo e da Assembleia Legislativa, utilizaram-se novos sistemas informáticos de certificação da identificação dos eleitores e de registo nos cadernos destinados às operações eleitorais, em substituição dos anteriores sistemas manuais.

2) Passaporte e título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau

Com o forte apoio do Governo Central, obtivemos, até Outubro de 2009, o privilégio da isenção de visto ou da obtenção do visto à chegada concedido por 78 países e regiões diferentes aos portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, ou seja, 60 países e 15 regiões acordaram em conceder o privilégio da isenção de visto reciprocamente e três países o privilégio de obter o visto à chegada. Por outro lado, nove países acordaram em conceder o privilégio da isenção de visto ou da obtenção do visto à chegada aos portadores do título de viagem da Região Administrativa Especial de Macau. Estas acções desenvolvidas não só facilitaram aos residentes de Macau a entrada em países estrangeiros nas suas deslocações ao exterior, como também permitiram aumentar o estatuto da Região Administrativa Especial de Macau a nível internacional. Além disso, efectuámos de forma contínua a divulgação junto dos residentes de Macau, portadores do passaporte da Região Administrativa Especial de Macau, do direito a usufruírem de protecção consular e a recorrerem aos serviços de embaixadas chinesas, quando se encontram no estrangeiro.

3) Acções dos registos e do notariado

Os organismos competentes dos registos e do notariado implementaram, desde Outubro de 2002, a prestação do serviço “one stop”, nomeadamente no que respeita à compra e venda de imóveis, ao registo de sociedades, ao cancelamento de hipotecas e a cessão de quotas, sendo que o número de pessoas que solicitaram esses serviços no último ano foi de 638 em média por cada mês.

Instalaram-se postos de registo civil no Centro Hospitalar Conde de S. Januário e no Hospital Kiang Wu e sala de cerimónias de casamento na anterior biblioteca sita no Largo do Carmo na Taipa. Neste momento, esta sala de cerimónias de casamento recebe em média mais de 40 pares de noivos mensalmente.

Foi lançado o Ficheiro Central dos Registos e do Notariado para disponibilizar a ligação entre os notários públicos e privados através da *internet*, de maneira a que os notários fossem obrigados, de acordo com as orientações, a introduzir atempadamente as informações sobre os actos notariais, colmatando assim as eventuais lacunas a nível do sistema e evitando a ocorrência de situações de “venda múltipla” de uma mesma fracção autónoma.

Desde Outubro de 2006, procedemos ao lançamento do serviço de emissão de “buscas” simplificadas. Em Outubro de 2007, também desenvolvemos o sistema informático das “buscas electrónicas” para que outros organismos públicos e os sectores estreitamente relacionados com a transacção imobiliária pudessem solicitar a versão informática das “buscas” através da *internet*, o que reduziu, para além do tempo de espera dos utentes desse serviço, a pressão sentida pelos organismos em relação aos recursos humanos.

4) Acções de reintegração social e recuperação dos delinquentes juvenis

A partir de 2001 foram lançados programas de apoio destinados aos reclusos antes da sua libertação, o que permitiu prestar um serviço eficaz a mais de 600 dos mesmos ao longo destes anos e impulsionar as respectivas acções de apoio à reintegração social posteriormente. As residências temporárias para os reclusos libertados receberam cerca de 300 reclusos nos últimos dez anos. Além disso, desde 2007, facultámos aos residentes provisórios a opção de avaliação dos serviços prestados nessas residências com vista a manter a prestação de serviços com qualidade.

Temos desenvolvido, desde 2005, acções de divulgação sobre as medidas correcionais nos diversos bairros comunitários, no sentido de sensibilizar a população em geral para a prestação de maior atenção aos reclusos libertados. Desde 2006 lançámos os programas de apoio para a correcção - “O arco-íris da vida” e “Carinho na acção”, tendo contado com a participação de 400 reclusos libertados.

O Regime Tutelar Educativo dos Jovens Infractores entrou em vigor em 2007, através do qual foi acrescida a medida de “advertência policial”, de modo a que fosse possível atenuar, por um lado, a pressão sentida pelos órgãos judiciais através da divisão de trabalho nas acções judiciais, e por outro, evitar a punição judicial antecipada dos jovens. Nos últimos dez anos após o retorno de Macau, temos elaborado periodicamente (em cada três anos) relatórios de estudo sobre os delinquentes juvenis incluídos nos programas de correcção, tendo-se produzido três edições do Relatório de Estudo sobre as Características dos Jovens Infractores em 2001, 2004 e 2007, respectivamente.

A partir do ano de 2000, desenvolvemos junto das instituições e associações que se dedicam ao serviço dos jovens a realização de visitas ao Instituto de Menores e o intercâmbio de experiências de trabalho. Até Outubro de 2009, um total de 152 associações e instituições efectuaram visitas ao Instituto de Menores, tendo contado com a participação de 3 192 pessoas. O Instituto de Menores realizou várias obras de menor dimensão para a remodelação das suas instalações e planos de melhoramento dos seus equipamentos, nomeadamente: a renovação do edifício das salas de aula, a instalação do sistema de extracção de ar, a renovação e suplemento do sistema de câmaras de vigilância em circuito fechado, o aumento das salas de apoio, entre outros.

Área da Economia e Finanças

Em 2009, devido aos impactos conjunturais económicos vindos do exterior, o território de Macau apresentou alguns ajustamentos no seu tecido económico, tendo os seus principais indicadores económicos registados quedas ao longo do corrente ano, prevendo-se o surgimento de um ligeiro decréscimo real do Produto Interno Bruto local no ano em curso.

Desde o retorno da soberania de Macau à Pátria, o Governo da RAEM tem persistido e defendido com firmeza o sistema económico de mercado livre, empenhando-se na promoção plena do princípio “um país, dois sistemas” e na valorização das suas potencialidades enquanto porto franco, implementando uma série de medidas tendentes à promoção do desenvolvimento económico local, mantendo o crescimento relativamente rápido da sua economia e submetendo a respectiva estrutura económica ao caminho da diversificação industrial adequada. Além disso, foram registadas, em todos os anos, saldos positivos nos resultados do exercício das contas públicas, e melhoria notória na situação de desemprego, proporcionando uma grande transformação do panorama económico do território.

1. Ponto de situação sobre a execução das linhas de acção governativa do ano de 2009

Manutenção da estabilidade da situação económica e financeira. Face aos impactos provocados pela crise financeira internacional, a missão prioritária da governação deste ano, na área da economia e finanças, consistiu na concretização dos objectivos enquadrados nos seguintes quatro aspectos: (1) *Assegurar o desenvolvimento estável da economia.* Aumento adequado dos montantes inscritos nos orçamentos afectos ao investimento público de modo a assegurar o lançamento de uma amplitude apropriada de projectos de obras públicas. Prestação de elevada atenção e acompanhamento à evolução do sector do jogo e as actividades com ele relacionadas, e envio de esforços máximos para manter o seu desenvolvimento estável, a par da intensificação das acções de acompanhamento e de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas (PMEs), prestando-lhes assistência para ultrapassarem as dificuldades económicas encontradas. (2) *Assegurar a estabilidade e solidez da situação financeira.* Prestação de intenso acompanhamento da situação do mercado financeiro internacional; reforço e aperfeiçoamento dos trabalhos de monitorização e da supervisão financeiras; reforço da supervisão dos bancos e dos agentes seguradores através da realização de inspecções “on-site”, “off-site” e outras; intensificação das acções de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento de terrorismo e empenho no seguimento activo dos casos dos mini-bonds do “Lehman Brothers”. (3) *Assegurar o emprego dos residentes.* Supervisão das empresas quanto à preferência dada na contratação de trabalhadores residentes (TRs) e na progressão destes dentro da sua carreira profissional, e prestação de acompanhamento da evolução dos casos de despedimento, proporcionando apoio no tratamento de assuntos relacionados com os mesmos; ajustamento do número de trabalhadores não residentes (TNRs) de acordo com a situação de oferta e procura no mercado de trabalho (até finais de Agosto do corrente ano, havia 78.536 TNRs, representando uma redução de aproximadamente de 25%, contra 104.281 TNRs existentes no período auge ocorrido em finais de Setembro de 2008); desencadeamento de trabalhos em articu-

lação com a implementação da nova “Lei das Relações de Trabalho”, garantindo os direitos e interesses de emprego dos TRs e mantendo a harmonia nas relações laborais; reforço e aperfeiçoamento das acções de colocação e aconselhamento profissionais; intensificação e melhoria das acções de formação, realizando-se, pela primeira vez e em colaboração com as entidades interessadas, cursos no âmbito do “Plano de formação para pescadores no período de suspensão de pesca marítima” e do “Curso de Técnicos Estagiários de Obras e Casino”; implementação, em Junho do ano em questão, do “Plano de formação no posto de trabalho e de contratação”. (4) *Assegurar a estabilidade das condições de vida da população*. Implementação de medidas provisórias destinadas à atribuição de um subsídio complementar aos trabalhadores a tempo inteiro e com rendimentos de trabalho reduzidos e dos planos de comparticipação nas despesas de consumo da energia eléctrica das unidades residenciais e de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico, a par de outras inúmeras medidas de isenções e reduções fiscais.

Prestação de apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. (1) Implementação e aperfeiçoamento dos três planos de apoio financeiro às PME. O Plano de Apoio a Pequenas e Médias Empresas revisto no início do corrente ano, foi bem acolhido pelas empresas, tendo registado um aumento notável no número de candidaturas, com mais de cem pedidos apresentados mensalmente. Até finais de Outubro deste ano, a DSE já recebeu 1 397 pedidos, dos quais foram aprovados 1 228, envolvendo um montante de apoio de 330 milhões de patacas. (2) Empenho na aceleração do processo de tratamento e apreciação dos pedidos de importação de TNRs apresentados, procurando aliviar atempadamente as dificuldades das PME devido à falta de mão-de-obra. (3) Valorização das funções do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) e do Núcleo de Serviços às PME (SMEC). (4) Promoção do franchising/franquia comercial, apoiando as empresas locais na reestruturação e inovação das suas actividades exploradas. (5) Prestação às PME de serviços de informação sobre o comércio do Interior da China, envidando esforços na organização e prestação de apoio às empresas para a sua participação nas actividades empresariais e em feiras e exposições, com vista à procura de oportunidades de negócios. Reforço do serviço de Bolsas de Contacto a favor das PME; prestação de apoio às empresas para a implementação de gestão sistematizada e a obtenção de certificação internacional, dando-lhes assistência para reforço da capacidade de gestão financeira; encorajamento às associações comerciais e entidades para promoverem a organização de actividades de apoio às PME.

Promoção da diversificação adequada da economia. (1) Promoção do desenvolvimento do sector de convenções e exposições. As principais acções desenvolvidas nesse sentido foram as seguintes: apoio na organização de convenções e exposições em Macau; execução de trabalhos destinados a atrair a vinda de entidades organizadoras estrangeiras do sector de convenções e exposições a Macau para a realização de eventos desta natureza; prestação de apoio às empresas estrangeiras do sector para o desenvolvimento das suas actividades em Macau; formação e importação de profissionais da mesma área; promoção da cooperação e intercâmbio com o exterior, no âmbito de convenções e exposições; e empenho na criação de marcas de qualidade do sector. (2) Promoção do desenvolvimento do

sector logístico, com esforços concentrados principalmente na prestação de apoio aos operadores na conquista de mercados das regiões vizinhas. (3) Promoção da reconversão da indústria tradicional e do desenvolvimento de novas indústrias, incentivando as empresas a criarem, de forma gradual, designs e marcas próprios para os seus produtos, impulsionando a reconversão da indústria do vestuário em direcção a uma indústria de alto valor acrescentado e prestando apoio às empresas de exportação para ultrapassarem as barreiras não-alfandegárias. (4) Estudo do desenvolvimento da indústria de animação, organizando delegações de profissionais deste sector para realizarem visitas de estudo a localidades vizinhas, no sentido de fomentar o intercâmbio entre os profissionais da dita indústria de Macau e do Interior da China, a par da promoção do desenvolvimento da produção de medicamentos tradicionais chineses e produtos destinados à protecção de saúde. (5) Intensificação da formação profissional em articulação com a política de diversificação adequada da economia. Nos primeiros 9 meses do corrente ano, a DSAL organizou um total de 445 cursos de formação, tendo contado com a participação de 11.061 pessoas (físicas). Nos primeiros 8 meses de 2009, o CPTTM organizou 620 cursos e conferências, contabilizando 12.448 formandos (pessoas físicas). (6) Ajustamento e controlo da dimensão e da velocidade do desenvolvimento do sector do jogo. Para o efeito, as tarefas desencadeadas foram o seguinte: estudo e definição de medidas efectivas, mediante a auscultação das opiniões da sociedade e das operadoras de jogo, no sentido de limitar a amplitude de expansão do sector, impulsionando o seu desenvolvimento apropriado e regular; elaboração de diplomas legais que visam delimitar rigorosamente a localização das salas de máquinas de jogos, por um lado, e elevar a idade mínima de entrada em casinos, por outro; regulamentação das comissões pagas aos promotores de jogo; realização de estudos sobre o regime de licenciamento dos croupiers e dos quadros superiores de gestão dos casinos e elaboração dos requisitos para a respectiva verificação de idoneidade.

Reforço da cooperação económica regional. (1) Implementação com sucesso do CEPA. Foram aumentados o valor global e o número de itens de mercadorias locais com isenção de direitos aduaneiros, exportadas ao mercado do Interior da China, a par da elevação gradual do número de empresas locais que exploram actividades de prestação de serviços no Interior da China. Com a assinatura do Suplemento VI ao CEPA, foi alargado o âmbito da liberalização concedida a Macau nos três domínios seguintes: alargamento do âmbito do comércio de serviços, promoção da facilitação do comércio e investimento e do reconhecimento mútuo de habilitações profissionais, traduzindo-se em 31 medidas específicas. (2) Coordenação na implementação das Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas (abreviadamente designada por Linhas Gerais) e intensificação e aperfeiçoamento da cooperação e intercâmbio entre Guangdong, Hong Kong e Macau. Assim, foram criados os respectivos grupos de trabalho para a promoção e concretização dos projectos traçados no âmbito das Linhas Gerais. Por outro lado, realizaram-se, em colaboração com a Província de Guangdong, 6 trabalhos de investigação específica que tinham por objectivo o estreitamento da cooperação Guangdong-Macau e a promoção do desenvolvimento contínuo, estável e próspero da economia de Macau. (3) Optimização do papel de Macau como plataforma para intensificar os laços e

intercâmbios entre as províncias e territórios localizados na Região do Grande Delta do Rio das Pérolas. (4) Realização das acções de cooperação Fujian-Macau nas áreas empresarial, das PME, do turismo e dos serviços, e participação nas actividades alusivas à comemoração do 10º aniversário da constituição da Associação de Promoção Económica Fujian-Macau, que teve lugar nesta província. (5) Reforço contínuo das relações estabelecidas com os Países de Língua Portuguesa; empenho na divulgação activa do papel de plataforma assumido por parte de Macau e na prestação de apoio ao Secretariado Permanente do Fórum na implementação de todos os projectos traçados com vista à promoção do intercâmbio e da cooperação entre a China e os PLP nas áreas económicas e comerciais. (6) Aceleração dos trabalhos preparativos para a participação na Exposição Mundial de Xangai de 2010. (7) Participação nos trabalhos relacionados com a Organização Mundial do Comércio e cumprimento das obrigações enquanto membro desta Organização.

Aperfeiçoamento da administração das finanças públicas. A situação das finanças públicas da RAEM tem apresentado basicamente um comportamento favorável, estando previsto o apuramento contínuo de um saldo financeiro positivo para todo o ano corrente. Relativamente à administração das finanças públicas, os trabalhos realizados em prol do melhoramento dos respectivos procedimentos foram o seguinte: revisão do Regime de Administração Financeira Pública e do Regulamento do Imposto do Selo; conclusão da elaboração da lei relativa à Troca de Informações em Matéria Fiscal; assinatura com o Interior da China do Protocolo de Alteração ao Acordo para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento; desencadeamento dos trabalhos de estudo sobre a revisão dos Regulamentos da Contribuição Industrial, do Imposto Complementar de Rendimentos e da Contribuição Predial Urbana.

Aperfeiçoamento do sistema de segurança social. No decurso deste ano, com base nos melhoramentos introduzidos à “Proposta da Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, o Governo da RAEM procedeu à elaboração da legislação e diplomas legais correspondentes. Em Setembro, no seio da reunião do Conselho Executivo, foram debatidos e aprovados os diplomas e regulamentos relacionados com o Sistema de Segurança Social de Dois Níveis, incluindo o projecto de lei sobre a revisão do “Regime de Segurança Social”, primeiro nível da protecção consagrado no referido sistema, e o projecto de regulamento administrativo quanto às “Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central”, diploma preparativo para a concretização do segundo nível de protecção. Relativamente ao projecto de lei sobre a revisão do “Regime de Segurança Social”, este será remetido para a apreciação da Assembleia Legislativa. Em relação ao diploma legal “Regras Gerais de Abertura e Gestão de Contas Individuais do Regime de Poupança Central”, já foi publicado o respectivo Regulamento Administrativo. Além disso, a elaboração da legislação sobre o “Fundo de Garantia Salarial” encontra-se na fase de utlimação, cujo processo legislativo será oportunamente iniciado logo após a implementação dos novos diplomas legais relacionados com o sistema de segurança social.

Aperfeiçoamento do sistema de indicadores estatísticos. Divulgação do “Índice de Preços no Consumidor” com o novo período base de 2008/2009; disponibilização trimestral

das “Estatísticas do Sector das Convenções e Exposições” e publicação trimestral dos dados estatísticos mais pormenorizados relativos à situação do emprego, a partir do 1º trimestre do corrente ano; conclusão da versão preliminar chinesa da “Classificação das Actividades Económicas Rev. 2”; aperfeiçoamento contínuo do conteúdo das páginas web, bem como desenvolvimento de novos sistemas informáticos; e execução dos trabalhos preparatórios do inquérito piloto dos “Censos 2011”.

Reforço da protecção dos direitos e interesses dos consumidores. Foram desenvolvidos trabalhos de tratamento atempado das queixas, consultas e pedidos de informações apresentadas. Desenvolveram-se ainda acções para a promoção, alargamento e reforço da fiscalização das “Lojas Aderentes” e das “Lojas Certificadas”, tendo sido registado um aumento crescente do número de estabelecimentos comerciais aderentes a estes dois planos, além de terem sido iniciados os trabalhos de avaliação, de forma global e sistemática, desses planos. Foram organizadas actividades de sensibilização da defesa dos direitos de consumo, por forma a elevar a capacidade e a consciência de autodefesa dos consumidores, procedendo-se aos trabalhos de testes a diferentes tipos de produtos a fim de proteger a saúde e a segurança da vida da população.

2. Breve retrospectiva sobre as acções governativas desenvolvidas após o retorno da soberania de Macau à Pátria

Definição clara do posicionamento do desenvolvimento económico. Após o retorno da soberania de Macau à Pátria, o Governo da RAEM, definiu o posicionamento do desenvolvimento económico local, estipulando como linha orientadora: “desenvolvimento económico liderado pelo sector do jogo e turismo, seguindo-se o dos serviços em coordenação com outros, transformando Macau numa cidade de jogo e turismo com ofertas diversificadas multidisciplinares, servindo-se ainda de plataforma de serviços comerciais”. Posteriormente, devido à mudança conjuntural verificada, foi ajustada aquela linha orientadora: “Além de manter o crescimento dos sectores com potencialidades de desenvolvimento, tais como o sector do jogo e turismo, entre outros, serão envidados esforços para a promoção do desenvolvimento e elevação da qualidade das actividades do sector dos serviços com ele relacionadas, adoptando medidas tendentes a fomentar efectivamente a diversificação adequada da economia e reforçando a participação na cooperação económica regional, para que a economia global local cresça sustentável e saudavelmente, transformando Macau num centro de lazer e turismo internacional e uma plataforma regional de serviços comerciais”.

Promoção do desenvolvimento sustentável da economia. Neste perspectiva, as medidas aplicadas incidiram-se sobre o seguinte aspecto: aproveitamento do desenvolvimento do sector do turismo para servir de plataforma para impulsionar a recuperação económica; reforma do regime de exclusividade para a exploração de jogos de fortuna ou azar e liberalização adequada do mercado do jogo; aumento dos investimentos públicos e reforço das acções tendentes à captação de investimentos estrangeiros; fomento da cooperação

económica com o exterior e assinatura, mediante negociações com o Interior da China, do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais, no sentido de estreitar as relações económicas e comerciais entre as duas partes. Após a transferência da soberania, a economia de Macau tem mantido o seu crescimento rápido. Entre os anos financeiros de 2000 e 2008, a taxa média de crescimento anual do PIB situou-se, em termos reais, na ordem dos 14%, invertendo assim, a situação desfavorável de crescimento económico negativo registada no período de quatro anos consecutivos imediatamente anteriores ao retorno da soberania. Assim, a preços constantes de 2002, o PIB de 2008 atingiu aproximadamente 140,7 mil milhões de patacas, cerca de 3,1 vezes em relação ao valor observado em 1999. Quanto ao PIB per capita, o valor apurado em 2008 (a preços constantes) foi cerca de 39 mil dólares americanos, ou seja, um valor que quase triplicou o registado em 1999.

Aperfeiçoamento da situação do emprego dos residentes. Desde a transferência da soberania, a situação do emprego tem vindo a melhorar gradualmente e a taxa de desemprego a manter, nos últimos anos, na casa dos 3%, evidenciando uma melhoria significativa em relação à situação verificada no período inicial após a transferência de soberania. Relativamente à melhoria da situação do emprego, foram desenvolvidos os seguintes trabalhos: reforço e aperfeiçoamento dos serviços de emprego; resolução do problema de desemprego estrutural, principalmente no que diz respeito aos indivíduos com idade mais avançada, mas com habilitações literárias relativamente baixas e possuidores de uma única ou nenhuma técnica profissional; ajustamento do número de trabalhadores importados, atenta à situação de oferta e procura de emprego no mercado laboral; apoio aos desempregados através da organização de cursos de formação com atribuição de subsídios, que contaram com a participação de mais de 20.000 formandos; garantia de um nível de rendimento básico dos indivíduos empregados, determinando a fixação do salário mínimo dos trabalhadores que prestam serviços de limpeza e de segurança junto do Governo e dos serviços públicos, a partir de 1 de Setembro de 2007; lançamento, desde 2008, das medidas provisórias do subsídio complementar aos rendimentos do trabalho, destinadas aos trabalhadores a tempo inteiro, com rendimentos baixos; empenho na coordenação com os respectivos serviços públicos no combate ao trabalho ilegal, garantindo efectivamente as oportunidades de emprego dos TRs.

Apoio ao desenvolvimento das pequenas e médias empresas. (1) Implementação dos planos de apoio financeiro às PME's. Em Maio de 2003, foi lançado o Plano de Apoio a PME's e, subsequentemente, em Agosto do mesmo ano, promulgaram-se os diplomas legais relativos aos Planos de Garantia de Créditos a Pequena e Médias Empresas e de Garantia de Créditos a Pequenas e Médias Empresas Destinados a Projecto Específico, tendo sido introduzidos, posteriormente, melhoramentos a estes três planos. Desde o início da implementação dos planos de apoio financeiro supramencionados até Outubro de 2009, foram recebidos 5 253 pedidos e aprovados 4 544. De entre estes pedidos apresentados, 5105 referiram-se à solicitação de apoio financeiro consagrado no Plano de Apoio a PME's, 4416 dos quais foram aprovados, envolvendo um montante de 920 milhões de patacas, beneficiando PME's dos diferentes sectores de actividade económica, tais como, do comércio a retalho, da

restauração e hotelaria, do comércio por grosso, da construção civil e obras públicas, dos serviços de interesses públicos, dos serviços sociais e dos prestados a privados. (2) Reforço na prestação de serviços a PMEs. A instalação do Centro de Apoio Empresarial (MBSC) em 2002 e do Núcleo de Serviços às PMEs (SMEC) em 2007 tem por objectivo apoiar as empresas na aplicação de investimento e no desenvolvimento de acções de intercâmbio e cooperação em Macau. (3) Apoio a empresas na elevação do nível de gestão e técnico, bem como da capacidade de exploração, por exemplo, encorajamento e prestação de apoio às empresas para a implementação de sistemas de gestão em conformidade com as normas internacionais e o aperfeiçoamento do sistema de gestão financeira. (4) Prestação de incentivos financeiros a PMEs, tais como o Regime de Bonificação de Juros de Créditos para Financiamento Empresarial e os Incentivos Fiscais. (5) Prestação de assistência às empresas locais no âmbito do estabelecimento de intercâmbio e cooperação com o exterior e da procura de oportunidades de negócios.

Elevação das qualificações dos recursos humanos. (1) Implementação do “Plano de formação para elevação dos recursos humanos” em 2002, com vista a incentivar a participação dos indivíduos empregados para a sua auto-valorização. Até Agosto de 2009, foram subsidiados 14.480 formandos de 1 231 cursos. (2) Implementação das “Acções de Formação da 2ª Aptidão Profissional” em 2007, visando aumentar a capacidade dos cidadãos na selecção de emprego. Até Junho de 2009, registaram-se mais de 4.500 formandos (pessoas físicas). (3) Início em 2005 dos trabalhos inerentes à promoção e à criação gradual, em diversos sectores, do regime de avaliação técnica profissional, adequada à situação concreta de Macau. (4) Realização de cursos de formação destinados aos sectores com maior procura no mercado de emprego. (5) Promoção da certificação da qualificação profissional. Para o efeito, foram criadas, em 2005, a “Unidade Coordenadora em Macau para os Exames de Qualificação Vocacional a Nível Nacional” e, em 2006, a “Unidade de Recursos de Exames Profissionais”. Até Agosto do corrente ano, o número acumulado de examinandos que participaram em exames profissionais coordenados pelo CPTTM ultrapassou 5.700. (6) Apoio a pessoas de meia idade para uma formação contínua e para actualização das suas capacidades vocacionais. Desde 2005 até Agosto, o número acumulado de formandos dos cursos de formação pública destinados a estas pessoas foi de 1.862.

Promoção da diversificação adequada da economia. (1) Promoção do desenvolvimento do sector das convenções e exposições. Os principais trabalhos desenvolvidos foram os seguintes: formação dos profissionais do sector das convenções e exposições; prestação aos operadores do sector serviços de troca de informações; fomento à criação de marcas de qualidade locais; incentivo a entidades organizadoras de convenções e exposições do Interior da China e do estrangeiro para a realização de eventos em Macau; implementação do regime de importação temporária de artigos, ou seja, o sistema alfandegário ATA; apoio a comunidade empresarial no aproveitamento dos benefícios conferidos pelo CEPA para estreitar a cooperação entre o sector das convenções e exposições de Macau e as instituições e empresas congéneres do Interior da China. (2) Promoção do desenvolvimento do sector logístico. Foram alterados, em 2003, a Lei do Comércio Externo e o Regime da Actividade

Transitória, com vista ao melhoramento do ambiente de negócios dos sectores relacionados com o comércio externo e as actividades logísticas locais. (3) Promoção da reconversão da indústria do vestuário em direcção a uma indústria de alto valor acrescentado, proporcionando, para o efeito, a "House of Apparel Technology", estabelecida pelo CPTTM, serviços respectivos, às empresas interessadas; criação do Parque Industrial Transfronteiriço Zhuhai-Macau por forma a captar para a Zona de Macau investimentos diversificados; promoção da imagem empresarial, produtos e marcas de qualidade de Macau.

Consolidação e aperfeiçoamento do sistema de monitorização das actividades do sector do jogo. Aperfeiçoamento da estrutura orgânica e competências da DICJ; reforço da supervisão dos promotores do jogo, implementando o sistema de monitorização computadorizada das actividades dos casinos e aplicando os Requisitos Mínimos de Controle Interno às concessionárias dos jogos de fortuna ou azar. Além disso, foi determinado o ajustamento e controlo da dimensão do crescimento do sector do jogo, promovendo o seu desenvolvimento apropriado, ordenado e sã, conforme o consenso atingido com as operadoras do jogo quanto à não expansão ilimitada do sector do jogo local. Foi acordada ainda, após negociações com as mesmas operadoras, a regulamentação das comissões pagas aos promotores de jogo, determinando 1,25% do valor total apostado como o montante máximo a pagar, por forma a fomentar a concorrência saudável e regular do sector. Por outro lado, procedeu-se gradualmente à revisão e aperfeiçoamento dos diplomas legais relativos à supervisão das actividades do jogo.

Reforço da cooperação económica com o exterior. (1) Consolidação do Acordo do Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais entre o Interior da China e Macau. Desde a entrada em vigor do CEPA em 2004 até Setembro de 2009, o valor total de mercadorias locais com isenção de direitos aduaneiros, exportadas para o mercado chinês totalizou 87,90 milhões de patacas, tendo-se poupado 7,45 milhões de patacas de impostos correspondentes. As facilidades concedidas pelo Interior da China para o acesso ao mercado chinês de 41 ramos de actividades do sector de serviços de Macau, têm proporcionado maior espaço para a expansão do sector, tendo a cooperação consagrada no âmbito da facilitação do comércio e investimento cobrido nove áreas. Além disso, representando uma componente importante do CEPA, a implementação da política de "Vistos Individuais" tem vindo a proporcionar resultados positivos. Até Agosto deste ano, registaram-se 32,29 milhões de turistas, portadores de "Vistos Individuais", entrados a Macau, provenientes do Interior da China. (2) Participação activa na cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas. Desde a entrada em vigor da cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas em Junho de 2003, Macau tem participado activamente nas actividades de cooperação, e celebrado com os membros da Região, mais de 70 acordos de projectos de cooperação. (3) Construção de uma plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (PLP). Realizou-se, em Outubro de 2003 em Macau, a 1ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa (Macau). No ano seguinte, foi criado o Gabinete de Apoio ao Secretariado Permanente do Fórum de Macau, para presta-

ção de apoio ao Secretariado na concretização dos variados projectos delineados. Em 2006, teve lugar no território a 2ª Conferência Ministerial do Fórum. Após vários anos de esforços ininterruptos desencadeados, o papel de Macau como plataforma de serviços para a cooperação económica e comercial entre a China e os PLP foi amplamente reconhecido e consolidado, conseguindo a devida valorização do seu estatuto. (4) Reforço e aprofundamento contínuos da cooperação Guandong-Macau. Registaram-se progressos de diferentes níveis na cooperação bilateral, nomeadamente nas áreas de turismo, logística, convenções e exposições, PMEs, actividades financeiras, protecção dos direitos e interesses dos consumidores, formação técnico-profissional, segurança do trabalho, entre outras. (5) Estreitamento da cooperação entre Fujian-Macau nos domínios de convenções e exposições, exploração conjunta dos mercados dos PLP e da União Europeia, turismo, etc. (6) Intensificação da cooperação entre Hong Kong e Macau nas variadas áreas, tais como, nas actividades económicas e comerciais, nos assuntos laborais, na administração financeira, entre outras, tendo os respectivos trabalhos sido alcançados avanços de diferentes níveis. Além disso, empenhou-se no cumprimento das obrigações da Organização Mundial do Comércio enquanto membro, tendo-se participado em actividades e eventos relacionados com o mesmo organismo.

Administração eficaz das finanças públicas. Cumprimento do princípio de “favorecimento do desenvolvimento da diversificação adequada da economia, do progresso geral da sociedade, e da racionalização da aplicação com alta eficácia dos recursos financeiros públicos” para administrar as finanças públicas, intensificar e regulamentar a cobrança e a administração de impostos, bem como aplicar com eficácia e razão as receitas financeiras. Foi verificado, entre 2000 e 2008, um orçamento superavitário em 9 anos consecutivos, com saldo acumulado a situar-se em 77,5 mil milhões de patacas no final de 2008. Para além disso, realizaram-se acções destinadas ao aperfeiçoamento do regime relacionado com a administração das finanças públicas, destacando-se, para o efeito, o seguinte: publicação em 2006 do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 que visa introduzir melhoramentos a este Regime; melhoria das leis fiscais e dos trabalhos sobre a cobrança e o controlo de impostos; reforma dos regimes de auditoria e de contabilidade, tendo sido elaborados, em 2004 e 2005, as Normas de Auditoria e as Normas de Contabilidade, respectivamente.

Reforço da monitorização e da supervisão financeiras. Para além de se ter persistido na adopção de critérios de supervisão prudenciais e rigorosos, envidaram-se esforços na intensificação contínua da execução de inspecções regulares aos bancos, companhias de seguros e outras instituições autorizadas, incluindo inspecções “on-site” e “off-site”, recorrendo ainda a outros mecanismos de comunicação regular com agentes operadoras e associações do sector, para o aperfeiçoamento gradual da regulamentação vigente e a punição dos actos ilegais, por forma a promover o desenvolvimento estável do mercado. Em simultâneo, procedeu-se ao aperfeiçoamento dos diplomas e instruções de supervisão financeira, tendo sido reforçados os trabalhos de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo e executada a gestão prudente da Reserva Cambial e do Fundo de Reserva da RAEM. A supervisão do sistema financeiro de Macau foi alvo de reconhecimento por parte das organizações internacionais, após as avaliações efectuadas pela APG em 2001 e pela

OGBS em 2006, em matéria dos requisitos de supervisão adoptados por Macau, no âmbito das matérias de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo. Por outro lado, Macau também obteve um elevado grau de reconhecimento atribuído pelo Fundo Monetário Internacional após efectuadas, em 2001 e em 2008, avaliações sobre a supervisão financeira do território.

Aperfeiçoamento do sistema de segurança social. (1) Melhoria do actual regime de segurança social. Em primeiro lugar, procedeu-se, de forma gradual, ao alargamento da cobertura da segurança social aos trabalhadores por conta própria. Até à presente data, passam a ser contribuintes do Fundo cerca de 16.000 trabalhadores por conta própria, provenientes de 30 ramos profissionais. Por outro lado, alteraram-se o montante e a idade para a atribuição da pensão de velhice. Foi aumentado, por diversas vezes, o valor da pensão de velhice que passou das 800 patacas no início do estabelecimento da RAEM para as actuais 1,700 patacas, permitindo ainda, a partir de 1 de Setembro de 2008, a apresentação do pedido de atribuição antecipada da pensão de velhice por quem que tenha completado 60 anos de idade, conforme a taxa estipulada para o efeito. (2) Promoção do estabelecimento do sistema de segurança social de dois níveis. Lançou-se em Novembro de 2007 a “Proposta de Consulta da Reforma do Sistema de Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, visando a criação de um sistema de segurança social de dois níveis, constituído pela pensão de velhice/outras subsídios e o fundo de previdência central. Decorrido o período de consulta assim estipulado que foi de 6 meses e com base nas opiniões entretanto recolhidas, foi definida a “Proposta da Reforma do Sistema e Segurança Social e Protecção na Terceira Idade”, segundo a qual, o primeiro nível do sistema tem por objectivo aperfeiçoar o actual regime de segurança social, tendo o projecto do respectivo diploma legal sido concluído, devendo, posteriormente, ser remetido para a apreciação da Assembleia Legislativa. No que toca ao segundo nível, ou seja, o Fundo de Previdência Central, este irá ser implementado de forma faseada. A primeira fase consiste na abertura, no âmbito do Regime de Poupança Central, de contas individuais a favor dos residentes permanentes qualificados da RAEM, atribuindo o Governo, uma verba de activação que irá ser igualmente dividida e transferida para essas contas. Relativamente à questão sobre as contribuições não obrigatórias de trabalhadores e empregadores, irá ser objecto de regulamentação complementar.

Defesa dos direitos e interesses dos consumidores. Melhoramento e reforço dos trabalhos de atendimento ao público nas queixas e pedidos de informações; estabelecimento do mecanismo de “Lojas Aderentes” e do regime de “Lojas Certificadas” e os respectivos dísticos de qualidade; intensificação dos serviços prestados pelo Centro de Arbitragem dos Conflitos de Consumo; criação dos regimes de exame dos produtos perigosos por amostragem e da divulgação das respectivas informações; prosseguimento dos planos sobre a colheita de amostras de produtos de ouro para efeitos de testes do seu teor de ouro, tendo, para o efeito, sido criado o regime de “Certificado de Ouro de Qualidade”; intensificação das acções de testes e análises dos produtos alimentares e aperfeiçoamento da legislação sobre a rotulagem dos respectivos produtos; desencadeamento das actividades relacionadas com a investigação dos preços de produtos de consumo, proporcionando aos consumidores

informações sobre preços dos diferentes produtos colocados à venda; promoção das campanhas de sensibilização junto dos consumidores sobre a defesa dos seus interesses, empenhando-se no estudo e acompanhamento das matérias inerentes à protecção dos direitos dos mesmos relativamente aos serviços de utilidade pública.

Aperfeiçoamento do sistema de produção estatística e realização de recenseamentos. Conclusão dos trabalhos dos “Censos 2001” e dos “Intercensos 2006”, tendo sido realizado estudo sobre a previsão do total da população de Macau nos próximos 25 anos. Elaboração de novas publicações respeitantes às “Estimativas Trimestrais do Produto Interno Bruto”, as “Estatísticas do Investimento Directo” e as “Estatísticas Trimestrais do Sector das Convenções e Exposições”. Foi alargado o âmbito estatístico, passando também a abranger as actividades económicas dos sectores de jogo, da publicidade, da intermediação imobiliária, dos agentes económicos das convenções e exposições e dos serviços de segurança e limpeza. Divulgação trimestral dos principais indicadores de emprego da população local; participação no “Programa de Comparação Internacional” a nível mundial, no âmbito das estatísticas de preços e determinação dos indicadores estatísticos muito importantes da “Paridade de Poder de Compra” do território. Foi ainda aperfeiçoado o sistema de serviços de consulta de informações.

Aperfeiçoamento contínuo das condições do ambiente de negócio. (1) Revisão e alteração dos diplomas e regulamentos legais da área da economia e finanças. De entre os diplomas e regulamentos legais de maior importância que foram revistos ou elaborados, destacam-se o seguinte: Lei do Comércio Externo; Regime Geral da Segurança dos Produtos; Lei das Relações de Trabalho; Lei da Contratação de Trabalhadores Não Residentes; Regulamento do Imposto sobre Veículos Motorizados; Regulamento do Imposto Profissional; Regulamento do Imposto Complementar de Rendimentos; Regulamento do Imposto do Selo; Normas de Contabilidade, etc... (2) Optimização dos serviços administrativos prestados. Os trabalhos prioritários desenvolvidos a este respeito consistem em: melhoramento da estrutura administrativa e das competências dos diferentes serviços públicos desta tutela; simplificação dos procedimentos administrativos; melhoramento e divulgação contínuos dos serviços “One-Stop”; promoção da electrónica dos serviços governamentais por forma a aumentar a sua eficiência; elevação da transparência das acções governativas; implementação do serviço “Carta de Qualidade”; concretização dos objectivos delineados no programa da reforma da Administração Pública com vista a elevar a qualidade dos serviços administrativos prestados. Nos dois relatórios de avaliação feita a Macau em 2001 e 2007, a Organização Mundial do Comércio reconheceu que Macau, não obstante da transferência da sua soberania, continuava a ser uma das regiões mais livre e aberta de todo o mundo, em termos do comércio e das políticas de investimento. Além disso, conforme o relatório sobre o “Index of Economic Freedom” para o ano de 2009, divulgado pela entidade americana “Heritage Foundation” em Janeiro deste ano, Macau foi classificada, pela primeira vez, em 6º lugar entre os países da região da Ásia Pacífica e em 21º em relação às 179 economias mundiais, no que diz respeito ao ranking de liberdade.

Área da Segurança

Ao ano de 2009 decorreu sob o signo da crise financeira que afectou o mundo inteiro, com a agravante para a RAEM de nos ter surpreendido num surto de crescimento da actividade económica e do comércio, que arrastou consigo um enorme crescimento da população e do trânsito, para além de muitas alterações ambientais, o que reclamou das autoridades de segurança não só uma continuidade das suas boas práticas mas também um reforço das políticas de prevenção, especialmente tendo em atenção o enquadramento nos actos eleitorais para o cargo de Chefe do Executivo e para a Assembleia Legislativa, bem como para as actividades comemorativas do 60.º aniversário da RPC e do 10.º Ano do Estabelecimento da RAEM. Podemos revisitar o ano de 2009 com a satisfação de reconhecer que o pessoal empenhado na actividade de segurança, correspondeu com prontidão aos chamamentos da sua missão.

Ao longo do ano seguimos, pois, as linhas de acção governativa definidas, desenvolvendo um trabalho que conta com o empenho de todo o pessoal no sentido de cumprir os seguintes objectivos: consolidar o sistema de segurança quanto ao combate à criminalidade, aperfeiçoar a gestão, reforçar a qualificação das forças policiais, reforçar o espírito de *integridade*, aprofundar a interacção entre a polícia com o cidadão, acelerar o recrutamento do pessoal qualificado para as FSM, intensificar a capacidade de salvamento, aperfeiçoar as suas funções de vigilância e da reinserção, bem como desenvolver amplamente a cooperação policial.

Para manter a segurança da sociedade, prevenir a criminalidade e garantir a tranquilidade da vida quotidiana dos cidadãos, as autoridades de segurança esforçam-se por que do cumprimento da sua missão resulte uma ajuda para a prosperidade, e, uma vez identificados os factores de perturbação do desenvolvimento as policias alinham os seus recursos por forma a contrariar tais antagonismos, para tanto corrigindo opções do passado que eventualmente mereçam ser corrigidas, sem prejuízo da especial atenção à criminalidade mais grave, não se negligencia o combate à criminalidade mais ligeira.

No que diz respeito às medidas concretas, continuamos a dar atenção ao policiamento de proximidade e a criar equipas especializadas que mantenham em vigilância permanentes os locais mais sensíveis, e a combater os crimes ocorridos na rua. Para a articulação com o desenvolvimento do sector do turismo, foi destacado mais pessoal nos feriados públicos, festividades importantes, e para as actividades de campanha eleitoral, para a patrulha diurna e nocturna, sendo reforçada a intercepção de viaturas para prevenção e combate de criminalidade. Mantivemos uma boa comunicação e cooperação com serviços responsáveis pelos assuntos laborais, pelo turismo e pela economia, no sentido de conjuntamente combater o emprego de mão-de-obra ilegal. Através de alteração ao Regulamento sobre a entrada, permanência e autorização de residência e de aumento de a multa, reforçámos o combate cerrado às pessoas que entram ilegalmente em Macau e às que permanecem em Macau fora do prazo legalmente permitido.

No combate ao tráfico de droga, a polícia desenvolveu um reforçado trabalho de prevenção e combate, vigiando os suspeitos de tráfico nos postos fronteiriços, reforçando a recolha de informações, jamais descurando a intervenção em locais mais próprios ao consumo, no sentido de conter o alastramento desta prática ilícita, bem como do tráfico que lhe está associado. Ao mesmo tempo, foi reforçada a educação e a sensibilização para os jovens no sentido de prevenir o consumo de drogas leves. Em Maio deste ano, a PJ desmantelou sucessivamente dois casos de transporte de droga em grande quantidade através do Aeroporto Internacional de Macau, o primeiro caso com 2 kilos de heroína e o segundo com 1,8 kilos da mesma substância ilícita que constitui o caso mais grave de transporte no corpo humano nos últimos anos.

Na prevenção e investigação da criminalidade, demos atenção às actividades criminosas mais complexas e mais modernas, enfrentando-a com oportunidade e eficácia, tratando imediatamente os crimes que prejudicam gravemente a sociedade ou crimes de nova tipologia ou de índole especial. Tendo em conta o aumento de crimes leves, foram tomadas várias medidas para a sua prevenção, incluindo: mobilizar as forças policiais para prevenir e combater activamente os crimes leves que perturbam a vida quotidiana dos cidadãos, reforçar a patrulha nos pontos de atracção e estabelecimentos, procedendo às operações anti-criminais nos sítios de ocorrência frequente de crime, reforçar a interacção com bairros comunitários e diversos sectores sociais, a fim de transmitir a mensagem de prevenção e de repressão.

A PJ tomou uma série de medidas de prevenção e combate aos crimes relacionados com o jogo, procedendo à colocação de pessoal, nos casinos de grande envergadura e em locais estratégicos, 24 sobre 24 horas, reforçando a patrulha nos casinos ou em sítios estratégicos para purificar o ambiente de segurança aquando da prevenção de criminalidade. Em Março deste ano, foi desmantelado um caso de apropriação de fichas no valor de 50 milhões de patacas. Através de serviços específicos, preveniu, investigou e perseguiu os crimes de fogo posto, sendo capturados malfeitores que perturbaram a tranquilidade pública. Em 16 de Maio, foi resolvido um caso de fogo posto em série em que foi apanhado um homem envolvido em 11 desses incidentes.

Para corresponder ao desenvolvimento rápido da sociedade, pretendemos o reforço permanente da coesão policial no sentido de melhor servir o cidadão. Os SPU incrementaram as suas atribuições de comando e direcção, coordenando nos termos da lei, as operações dos órgãos policiais subordinados, promovendo uma boa complementariedade dos trabalhos de investigação criminal para recolha, análise, tratamento e divulgação de “inputs” policiais, controlando a execução dos planos de acção, directivas e operações por parte dos organismos subordinados, e avaliando a capacidade de execução.

Os SPU deram prioridade à actualização e ao aperfeiçoamento do sistema de informações policiais existente, consolidando o sistema de integração de informações criminais a

cargo dos SPU. Em 11 de Agosto, as polícias de Guangdong, Hong Kong e Macau celebraram em Cantão um memorando sobre a cooperação na plataforma de internet, que cria boas condições para trocar e partilhar as informações e reforçar o combate ao crime transfronteiriço.

Aperfeiçoar a função de gestão interna das corporações, reforçando gestão, bem como a fiscalização, no sentido de melhorar performance, aferida por critérios de eficácia e integridade, o que tem constituído um dos nossos objectivos principais. De acordo com o Programa da Reforma da Administração Pública, mudámos as mentalidades no sentido de que se assimilem a prevalência do interesse público sobre os interesses particulares, elevando os níveis de probidade dos agentes policiais, aumentando o grau de transparência da sua prestação, simplificando os procedimentos administrativos, por forma a poder oferecer um serviço de qualidade, consolidando a relação entre a polícia e os cidadãos. Para manter a estabilidade dos quadros do pessoal, simplificámos e acelerar o processo de recrutamento do pessoal. Através do mecanismo de formação em exercício, dotamos os nossos colaboradores de melhor qualificação. A consolidação de uma força policial íntegra, capaz, eficaz, disciplinada e profissional cria a necessidade de otimizar incessantemente a administração e a gestão interna, de desenvolver a formação do pessoal, de elevar a capacidade de resolução da sua casuística e, permanentemente, de manter bons índices de coesão disciplinar, a fim de assegurar o desenvolvimento sustentável da corporação, de prestar serviços que satisfaçam adequadamente as expectativas dos cidadãos, de informar a ideia de “servir melhor os cidadãos”

Articulámo-nos com o funcionamento da Comissão de Fiscalização da Disciplina criada e desenvolvida para corresponder à expectativa dos cidadãos. Com a entrada em funcionamento das novas instalações da Comissão em Março deste ano, o seu funcionamento ganhou independência e melhores condições para o desempenho das suas competências de fiscalização e, assim, melhor servir o cidadão.

Sabemos que para promover um serviço de qualidade é necessário otimizar os procedimentos internos, revendo as formalidades administrativas no sentido de sua simplificação, melhorando o sistema informático. Para articulação com a implementação do plano do governo electrónico, incrementamos a utilização telemática dos trabalhos de segurança, para atingir um objectivo de normalização, razoável, rápido e eficaz, simplificando o processo de participação dos crimes, no sentido de aumentar o nível de qualidade da prestação de serviço aos cidadãos. Para articulação com o plano geral de reforma da administração pública do governo da RAEM, continuámos a implementar novas modalidades de compromisso de serviço no sentido de elevar a qualidade e a eficiência de trabalho. Para implementar as medidas de facilitação aos cidadãos, o Departamento de Trânsito instalou uma secção de informações na sala de piquete. A PJ está a elevar o sistema de participação de crime pela linha aberta 993. O Estabelecimento Prisional de Macau proporcionou mais facilidade e segurança nas visitas aos reclusos.

Empenhámo-nos na intensificação da relação com associações cívicas a fim de reforçar a confiança e cooperação. Foram realizadas actividades temáticas de combate conjunto ao crime no sentido de promover medidas que facilitem os cidadãos abrindo-lhes mais canais de participação, fomentando uma relação de confiança mútua.

Acelerámos o recrutamento para FSM e apostamos na intensificação da formação para melhor a qualidade dos recursos humanos. A nossa selecção enquadra-se em padrões que além das habilitações académicas, da capacidade física e psicológica, privilegia a conduta moral dos candidatos. Tirámos o máximo rendimento dos nossos estabelecimentos de ensino, concretamente das funcionalidades da ESFSM, da Escola da Polícia do CPSP, da Escola da Polícia da PJ e da Escola de Bombeiros para facilitar a aprendizagem adequada aos diversos níveis de intervenção do pessoal das forças e serviços de segurança.

A ESFSM continua a ministrar os CFO dos Bombeiros e do CPSP. Quanto ao curso de promoção, tendo em conta as necessidades reais, abrimos cursos de promoção de chefes de polícia e de bombeiros, de promoção de sub-chefes de polícia e de bombeiros, de promoção de guardas principais e bombeiros principais, facultando-lhes formação profissional complementar. Prosseguimos, através da realização dos 10.º e 11.º CFI, o recrutamento e formação de pessoal para as carreiras de base das FSM. Continuamos a ministrar cursos de formação em exercício para elevar a capacidade profissional e a eficácia de trabalho.

Mais do que reprimir, damos atenção aos trabalhos de prevenção, mantendo uma permanente actuação em prole do cumprimento de lei, educando e sensibilizando os cidadãos, alcançando assim, o nosso objectivo através de uma boa articulação entre a sanção e a sensibilização, mantendo a segurança rodoviária, reduzindo a ocorrência de acidentes e promovendo a sensibilização. Articulámo-nos activamente com os respectivos serviços, que se ocupam dos assuntos rodoviários para reforçar a execução da lei nos pontos mais propícios a acidentes. Articulando com os sistemas de dados e informações, procedemos, de forma mais extensiva e eficaz, às operações de intercepção regular, recorrendo aos existentes sistemas de controle de velocidade em pontos fixos, bem como sistema de radares móveis, para assim combater as manobras ilegais e outras condutas perigosas que põe em risco a vida e integridade física dos demais utentes rodoviários.

Quanto às infra-estruturas e equipamentos, foram concluídas as obras de ampliação do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco. Não só a extensão de sala do Posto Fronteiriço das Portas do Cerco foi ampliada, como também os balcões de verificação de documento foram aumentados. Foram acrescentados 80 canais ao sistema de auto-passagem. No fim do ano, o número total dos canais do sistema de passagem automática em diversos postos fronteiriços vai atingir o número de 147, o que intensificará a eficácia dos procedimentos e a poupança dos recursos humanos. Para além de tomarmos uma série de medidas destinadas a assegurar a fluidez da passagem pelos postos fronteiriços, foram implementadas programas informáticos visando facilitar a vida a quem nos visita. Aproveitámos cabalmente o mecanismo de cooperação policial entre os postos fronteiriços entre Zhuhai e Macau, o

que se tem traduzido em bons resultados no combate ao crime e no apoio aos cidadãos e turistas que têm necessidades.

Promover a facilidade de comércio, criar o novo modelo de fiscalização dos SA foram a orientação de trabalhos a desenvolver pelos SA em 2009. Portanto, os SA em articulação com o desenvolvimento económico da RAEM prosseguiram o reforço das medidas alfandegárias, melhorando o processo de desalfandegamento e os seus equipamentos hardware o que foi levado a cabo em articulação com o reforço dos recursos humanos e através da exploração das virtualidades que lhe proporcionam a ciência e a tecnologia, prevenindo e contendo actos de burla alfandegária, actividades de tráfico ilícito e protegendo a propriedade intelectual. Quanto às infra-estruturas, a remodelação das instalações para o novo edifício do comando do Departamento de Inspeção Marítima da Ilha Verde. O posto de patrulhamento dos SA foi transferido da sede dos SA para o novo edifício referido, o que resultou na melhoria da capacidade de inspeção marítima dos Serviços de Alfândega e no incremento de área dedicada ao armazenamento. Foi, ainda, renovada e actualizada a frota dos SA. Em relação ao desenvolvimento dos assuntos alfandegários, os SA prosseguiram a negociação com a Direcção Regional de Guangdong da Administração Geral dos Serviços da Alfândega da RPC das medidas que facilitam a passagem alfandegária. Intensificou-se e melhorou-se a inspeção aduaneira, reforçou-se a troca de informações com a polícia de Macau, os serviços de alfândega e policiais das regiões vizinhas, no sentido de reprimir o tráfico ilícito e o transporte ilegal, combatendo os crimes transfronteiriços como o tráfico de drogas, e ao mesmo tempo, em conciliação com os trabalhos de controlo sanitário dos serviços competentes, tomaram-se medidas de incremento das condições higieno-sanitárias dos alimentos importados. Quanto à patrulha marítima e costeira, os SA, em parceria com os serviços de posto fronteiriço do interior da China, empenharam-se na fiscalização das embarcações clandestinas. No âmbito da protecção da propriedade intelectual, os Serviços de Alfândega cumpriram rigorosamente as suas atribuições e competências, reforçando as adequadas medidas de prevenção e de investigação, combatendo os diversos actos de violação, como a pirataria das fotocópias e de outros bens de consumo.

O CB definiu programas concretos de dispositivos nas áreas de operação de prevenção contra incêndio, de gestão do pessoal, de formação e, bem assim de infra-estruturas e equipamentos. Tendo em conta o congestionamento rodoviário resultante das obras de construção de metro ligeiro e do crescimento das viaturas em circulação fazemos avaliação periódica em ordem a poder tomar medidas de reacção. Neste ano, foram adquiridas 2 viaturas de salvamento com almofada pneumática, 14 motocícos equipados com kit's de primeira intervenção de emergência, no sentido de assegurar a partida das viaturas em 1 minuto e a chegada a local de ocorrência dentro de 6 minutos. O CB continua a cooperação com os serviços de saúde e afins por forma a se manterem em permanente actualização as questões médicas mais prementes, reforçando a prevenção de doenças epidémicas e contagiosas, particularmente num momento em que a Gripe H1N1 afecta Macau. Foi criado o grupo de crise da Gripe H1N1, sendo tomada a medida de 2.º grau em 1 de Maio. O pessoal de socorro e de combate o fogo foi separado no sentido de assegurar a segurança do pes-

soal da linha frente e da sua capacidade de salvamento. Neste momento, o CB está mantem-se em estado de alerta permanente, observando de perto a situação da Gripe H1N1.

A protecção civil constitui igualmente uma importante parte dos objectivos que caminham para a garantia do serviço público. Elevar a qualidade e eficiência do trabalho de protecção civil e reforçar a capacidade de prevenção e combate das catástrofes e dos incidentes imprevistos são temas que nunca negligenciamos. Com a experiência de inundações provocadas pela tempestade tropical Hagupit, a protecção civil dirige a sua acção para a prevenção dos fenómenos associados, designada e particularmente com as inundações, sendo relevante o investimento levado a cabo em recursos humanos e equipamentos, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de alerta e emergência, tendo ainda reforçado a comunicação e a cooperação com os membros de estrutura da protecção civil e acompanhado os trabalhos de limpeza com recurso a equipamentos pesados, assim melhorando o sistema de drenagem, prosseguindo melhores condições de salvamento e diminuindo os efeitos negativos das calamidades.

Para uma melhor reinserção social dos reclusos, o EPM manteve uma estreita cooperação com outros serviços públicos, entidades académicas e associações voluntárias. Aumentando o espaço e instalações de aprendizagem, estimulando os reclusos a participarem nas actividades de reintegração social, organizando uma série de palestras para os reclusos sobre diversos temas, tais como, a “liberdade condicional”, “reinserção social”, o “gestão stress funcional”, etc.; elevou-se a iniciativa de aprendizagem através da dinamização de núcleos, de que constitui exemplo, o núcleo de interesse pela leitura, o núcleo de prevenção do jogo e o núcleo de divulgação do malefícios da droga, entre outros. Em Fevereiro deste ano, o EPM celebrou com Instituto Cultural de Macau um acordo de cooperação sobre utilização da biblioteca. Foram criados vários cursos de formação adequadas às necessidades actuais para intensificar a capacidade de subsistência depois da libertação, por exemplo, a formação de camareiros de hotel, de técnicos de cosmética, de vendedor, etc., sempre com a preocupação de a cada acção corresponder um certificado de formação profissional. A unidade de padaria e pastelaria entrou em funcionamento em Janeiro. Com o objectivo de tornar pública a dedicação ao trabalho e ao estudo daqueles que estão em reclusão prosseguimos a organização de exposições temáticas. Foi criado o Grupo de Gestão e Acompanhamento de Zona de Celular, no sentido de incrementar a segurança e a gestão sanitária nas celas.

Para garantir uma distribuição e utilização racional dos recursos, implementámos a simplificação dos procedimentos administrativos através da informática, ajustando e instalando novo sistema de passagem automática pelos postos fronteiriços, optimizando o sistema informático de passagem pelos postos fronteiriços, o que contribuiu para a elevação da eficácia de execução das tarefas. O plano de ampliação do sistema de passagem automática vem decorrendo sem incidentes. 147 canais de passagem automática estão a ser instalados, 80 dos quais colocados no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco, 33 dos quais no Posto Fronteiriço do Terminal Marítimo. Os 33 canais existentes no Posto Fronteiriço das Portas do Cerco vão ser instalados no Posto Fronteiriço do COTAI. Na optimização das informa-

ções sobre os serviços de saída e entrada, a DSFSM divulga, em colaboração com outros serviços públicos, dados estatísticos do fluxo e a actualização das mensagens através das instalações de grande ecrã nos postos fronteiriços e do website das FSM, no sentido de aumentar o grau de transparência de funcionamento dos postos fronteiriços.

Ao longo dos nove anos de Governo da Região Administrativa Especial de Macau, temo-nos empenhado na implementação das políticas definidas para a área de segurança pública interna. Através do desempenho das missões próprias, de cada uma das corporações e serviços, bem como da respectiva colaboração mútua e de uma boa coordenação dos meios e recursos disponíveis foram alcançados resultados positivos na manutenção da segurança da sociedade na processuação eficaz de controle de migração e de gestão alfândegária, no melhoramento de gestão de estabelecimento prisional e no apoio da reinserção dos reclusos, no combate às drogas e outros tráficos ilícitos e ao crime em geral, bem como também, na prestação pronta e eficaz do socorro e emergência. Após vários anos de esforço e de aperfeiçoamento, a estrutura da segurança interna não só se tornou mais sólida, como também se tornou mais eficaz quanto à capacidade de protecção de segurança e quanto às acções dirigidas ao cumprimento da lei. Tudo isto, constitui, o nosso ver uma base firme para um desenvolvimento sustentável.

No primeiro ano após o regresso à Pátria, as autoridades de segurança sob a superior orientação do Chefe do Executivo e sempre ajudadas pelo suporte, jamais regateado, dos cidadãos, direccionaram-se para o combate à criminalidade violenta organizada, ao tempo caracterizada por uma dimensão preocupante e ameaçadora do controle do estado da segurança. Seguiu-se na nossa preocupação o desenvolvimento de organização dos serviços, tarefa no âmbito da qualse há-de destacar a reestruturação do Estabelecimento Prisional e a implementação dos Serviços da Polícia Unitários e dos Serviços de Alfândega; no ano 2001, prosseguimos o esforço de optimização das condições de funcionamento dos diversos serviços, procurando elevar a qualidade do pessoal e melhorar a imagem da Polícia; no ano 2002, centramos a nossa atenção no melhoramento da gestão interna, na elevação da eficiência dos serviços, designadamente planeando uma resposta adequada à abertura do sector do jogo e reforçando a cooperação com o exterior; no ano 2003, estabelecemos de novo a prioridade da formação do pessoal, demos também atenção à introdução das tecnologias avançadas, bipolarizando o desenvolvimento, por um lado, no reforço da qualidade dos recursos humanos e, por outro lado, na eficácia do serviço policial, direccionado, no dia a dia, para bem servir a população. No ano 2004, o trabalho mais importante foi a regularização dos serviços prestados e fiscalização eficaz, tendo-nos esforçado por implementar “a prossecução do interesse do cidadão, assumindo, por critério, a responsabilidade”. Em 2005, promovemos o acompanhamento activo do desenvolvimento rápido do sector de turismo, tomando medidas para facilitar o comércio e a qualidade dos serviços, melhorando as operações dos postos fronteiriços, assim garantindo um ambiente seguro para turismo. Em 2006, foi concluída a reestruturação dos organismos, melhorando a gestão e a comunicação interna e elevando a eficácia operacional. Ao longo de 2007, promovemos a ideia de “integridade e de qualificação profissional” no seio das corporações e organismos. Em 2008,

prestamos especial atenção a ajustamentos a gestão disciplinar e controlo interno, elevando a integridade dos agentes policiais no sentido de uma evolução dinâmica e sustentável do sistema de segurança interna.

1. A reestruturação do sistema de segurança pública interna

Após o estabelecimento da RAEM, introduzimos consideráveis mudanças no sistema de segurança pública interna. Estas alterações reflectem-se designadamente, na revisão da regulamentação orgânica das corporações e organismos, na criação dos Serviços da Polícia Unitários e dos Serviços de Alfândega, na nova definição do regime de recrutamento dos militarizados, bem como no ajustamento levado a efeito na legislação de migração e na legislação de segurança interna, afirmando as suas responsabilidades no contexto do desenvolvimento da economia e da sociedade de Macau. Ao longo de 10 anos, fizemos muitos trabalhos na reestruturação do sistema de segurança pública interna: em 2000, a preparação para a criação dos SPU e dos SA, o que veio a efectivar-se em 2001. A partir de 2001, foi consolidada a estrutura do EPM revista a lei orgânica da PJ acrescentado-lhe atribuições e competências, redefinido o sistema de recrutamento dos militarizados, reestruturadas as carreiras das Corporações e Serviços de Segurança das FSM, optimizados os mecanismos de promoção e actualizado o estatuto remuneratório. Até 2006, a maioria de organismos das FSM ficaram reestruturados, a gestão e a comunicação interna foram aperfeiçoadas, e elevada a eficiência do trabalho.

A partir da criação dos SA em Novembro de 2001, foram envidados grandes esforços quanto ao controle e repressão de contrabando e tráfico, combatendo principalmente a produção ilegal e venda de CD's contrafeitos, bem como outros crimes contra a propriedade intelectual, no que se obtiveram bons resultados, contribuindo para simultaneamente garantir os interesses da RAEM e defender e consolidar a sua reputação e imagem internacional.

2. Os trabalhos de segurança pública

Quanto às operações policiais de manutenção, prevenção e combate ao crime, os planos definidos pelas autoridades de segurança foram concretizados com eficácia. Foi complementado um sistema de combate e prevenção, através do qual se preveniu e procurou reduzir e garantir o apoio aos cidadãos eventualmente afectados pelas respectivas operações. As corporações e organismos desmantelaram rapidamente os casos mais graves, a saber: vários casos de tráfico internacional de droga por ingestão; os casos graves de roubo; de falsificação de cartão de crédito transnacional; de falsificação de notas, este, resolvido com a colaboração de polícia de Guangdong. Por outro lado, foram resolvidos crimes leves que perturbaram a vida quotidiana de cidadão, desmanteladas várias grupos criminais dedicados ao furto e à burla na rua. Acompanhamos as mudanças registadas na exploração do sector do jogo e respectiva dinâmica. Foram também intensificados o controlo, a prevenção e o combate de crimes relacionados com o jogo e outros conexos, sendo desmantelada uma série de actividades ilícitas relacionadas com os casinos.

Reforçou-se a investigação dos crimes de droga, resolvendo alguns casos de tráfico de droga em grande quantidade. Em 2005, foi desenvolvido um mecanismo regular de transferência de consumidores de droga transfronteiriços por parte de polícias de Guangdong e de Macau. Para proteger as pessoas e os seus bens, o CPSP ajustou o dispositivo das suas operações, reforçando o patrulhamento e a fiscalização, a fim de assegurar a segurança e estabilidade das zonas residenciais. Acompanhámos as mudanças registadas na exploração do sector do jogo e sua dinâmica promovendo o planeamento adequado. Não só foi revisto o Regulamento Administrativo relativo à orgânica da PJ, elevando as atribuições e competências respectivas, mas também mobilizando adequadamente os recursos humanos, reforçando a formação e fiscalização do pessoal.

3. Trabalhos de gestão interna

Aquando do reforço de execução da lei, prevenção e combate ao crime, prestámos ainda atenção à deontologia e disciplina dos agentes policiais. Nesse sentido optimizamos o controle interno, obtivemos apoio dos respectivos serviços para organizar várias acções de formação e palestras a fim de lhes avivar as noções de integridade e de ética, para além de lhes proporcionar conhecimentos jurídicos. Em função das necessidades de desenvolvimento da RAEM e das exigências dos cidadãos, foram desenvolvidas medidas de melhoramento de gestão interna das corporações e organismos sob a tutela da Secretaria para a Segurança, revendo e aperfeiçoando as instruções policiais, aplicando rigorosamente o regime de elogio e de punição. Ao mesmo tempo, articulámo-nos activamente com o funcionamento da Comissão de Fiscalização da Disciplina das FSM para implementar mecanismos de controle e de melhores procedimentos disciplinares internos.

Reforçar a formação do pessoal e elevar a sua qualidade tem vindo a ser um dos aspectos mais importantes nas linhas de acção governativa na área de segurança. Ao longo dos anos, em função das experiências colhidas, foram desenvolvidas acções de formação multifacetadas. Através de incessante formação técnico-profissional, obtivemos êxito na qualificação dos recursos humanos e conseqüente elevação da qualidade das corporações. O nível das habilitações literárias do pessoal das Corporações e Organismos das FSM regista uma elevação considerável. Em comparação com o ano de 2000, a proporção das habilitações académicas do ensino primário reduziu de 39% para 14%, pelo contrário, a do ensino secundário elevou para 39%, a do ensino universitário atingiu 20%. Foi igualmente reforçada a valência da formação de formadores. Quanto ao recrutamento dos instruendos, a DSFSM melhorou o procedimento de recrutamento, o qual decorre de forma faseada. Após a criação da RAEM, foram organizados 8 cursos de formação (5.º curso a 12.º curso) para os oficiais do CPSP e do CB e foram formados 119 alunos. Os alunos do 5.º curso a 8.º ano já se formaram e desempenham neste momento funções de oficiais, 28 alunos ingressaram como oficiais no CPSP, e 16 no CB. Em 2011, haverá mais 14 oficiais para ingressar no quadro de carreira superior do CPSP. Por outro lado, no curso de formação de instruendos

ministrado pela Escola Superior das FSM, foram formados cerca de 2366 elementos policiais da linha frente, bombeiros, agentes alfandegários e guardas prisionais. Assim, a estabilidade de ambiente de segurança de Macau ficou assegurada. Perante a diversificação de turistas, cerca de 3120 agentes frequentaram cursos de mandarim e de inglês. Ao mesmo tempo, o número de participantes em work-shop de qualidade, técnica de atendimento, curso de formação básica dos funcionários públicos foi de 6900.

Apoiámos também com todo o esforço o recurso à ciência e à tecnologia mais sofisticada para elevar a eficácia de trabalho, foi concretizada a progressivamente informatização da gestão administrativa e gestão de documentação, sendo aperfeiçoada a respectiva eficácia, ampliada e melhorada a base de dados de registo criminal bem como outras técnicas de peritagem científica. A Direcção dos Serviços de Forças de Segurança de Macau em 2006 utilizou o novo sistema rádio digital, o que elevou a eficácia dos trabalhos da polícia. O sistema de verificação de ultrapassagem de semáforo aplicado na gestão rodoviária deu bons frutos. Para a articulação com o uso do Bilhete de Identidade de tipo Cartão Inteligente e a exigência de rapidez de passagem pelo posto fronteiriço, foi aperfeiçoado o sistema de auto-passagem pelo posto fronteiriço. O sistema de verificação de patrulha e o sistema de facturação electrónica foram bem implementados.

4. Os serviços de migração

Relativamente aos serviços de migração, para acelerar a passagem pelos postos fronteiriços e atenuar a pressão resultante do fluxo, cada vez mais crescente, esforçamo-nos por melhorar a gestão e a eficácia dos recursos humanos e materiais, no sentido de assegurar a fluidez da passagem e prevenir que pessoas com cadastro criminal entrem em Macau. Com a abertura da política de vistos individuais aos cidadãos do interior da China, o número de visitantes tem vindo a aumentar constantemente, o que reclamou um reforço dos recursos humanos para agilizar a passagem nos postos de controle de migração. Damos importância à formação constante, com o objectivo de elevar a eficácia de trabalho e assegurar um acolhimento do turista em ambiente de cortesia. O sistema de passagem automática entrou em funcionamento em 2005, sendo objecto de aperfeiçoamento contínuo. Neste momento, foram já abertos 34 canais para o sistema de passagem automática nas Portas do Cerco. Até ao fim do ano, entrarão em funcionamento um total de 147 destes sistemas. Foram implementadas programas informáticos visando facilitar a vida a quem nos visita. O Serviço de Migração do CPSP implementou várias modalidades de compromisso de serviço, estabelecendo um horário sem interrupção para o almoço. O mecanismo de cooperação policial nos postos fronteiriços Zhuhai e Macau contribui para a fluidez de passagem e para a segurança naqueles locais. Ao mesmo tempo, foram conseguidos resultados positivos no combate à imigração clandestina, permanência ilegal, mão-de-obra ilegal, em colaboração com a Direcção dos Serviços para os Assuntos Laborais no sentido de assegurar um ambiente de pleno emprego aos trabalhadores residentes.

5. Segurança rodviária

Por outro lado, empenhámo-nos em reforçar a reordenação rodoviária, sendo uma das nossas preocupações fundamentais a garantia da fluidez e segurança no tráfico rodoviário, para o que têm sido instalados nas vias principais o sistema de controle de velocidade por radar e o sistema de fiscalização electrónica. Incrementámos a fiscalização inopinada, designadamente quanto ao controlo da velocidade por radar e instalámos sistema de controlo automático de 24 horas em locais de ocorrências frequentes, prevenimos e sancionamos as condutas dolosas que violam as regras de trânsito e prejudicam gravemente a segurança de outros utentes rodoviários. Para além de controlar e combater a condução perigosa, dedicando, ainda, maior atenção aos trabalhos de prevenção através de educação e da aplicação de sanções, foi instalado o Centro de Educação para a Segurança Rodoviária, promovendo o refrescamento dos conhecimentos mediante a realização de actividades promotoras de segurança rodoviária. A colaboração activa com as associações dos moradores, instituições de ensino, e associações cívicas, constituiu uma forma eficaz de sensibilização de segurança rodoviária.

6. Missões de socorros

O Corpo de Bombeiros tem vindo a dar importância à situação do desenvolvimento urbano de Macau, elevando constantemente as capacidades de prevenção do fogo e de socorro. Perante o surgimento de várias construções de grande envergadura, vem desenvolvendo o programa da “prevenção funcional de fogo”, assimilando as melhores das experiências da região, normalizando e agindo de acordo com métodos científicos. O CB vem-se dotando dos mais avançados equipamentos de combate e prevenção do fogo e de prestação de socorro, no que inclui viaturas, auto-escadas e equipamentos contra ataque químico. Às 9 viaturas de prestação de socorros, antes de transição, acrescentou 25 viaturas standarizadas. Tendo em conta as zonas antigas e os arranha-céus, foram adquiridas viaturas com escada de 18 metros, e com plataforma de 68 metros. O novo comando do CB entrou em funcionamento com a conclusão das obras do Comando e Posto Operacional “Lago Sai Van”. Foi reforçada a fiscalização sistemática dos equipamentos de prevenção do fogo, sendo criado um grupo operacional de resposta rápida para o seu combate, e um grupo especializado no tratamento e manuseamento de produtos perigosos. Foram implementados o compromisso de qualidade de serviço de “chegada ao local de ocorrência em 6 minutos” e uma nova classificação dos imediatos de incêndio.

7. Cooperação e apoio mútuo

Após a transferência de soberania, no âmbito do reforço da cooperação transnacional e da participação na cooperação internacional/inter-regional, foram alcançados progressos significativos. No que diz respeito à cooperação com o interior da China, empenhámo-nos na criação de um mecanismo de encontros periódicos com os serviços de segurança do interior do País, em especial com os órgãos da segurança pública do Guangdong, de Hong

Kong e de Xangai e incrementámos canais directos de cooperação policial, em especial no âmbito temático de determinados crimes, designadamente, através da criação de uma linha telefónica directa para assuntos criminais, trocando informações sobre terrorismo, promovendo reuniões dos oficiais de ligação da Polícia e criando mecanismos de coordenação nas operações conjuntas transfronteiriças de grande envergadura.

Quanto à relação da polícia com os cidadãos, a situação de segurança melhorou consideravelmente após o regresso à pátria. A confiança e o apoio à polícia por parte de cidadãos aumentaram. Especialmente, no ano de 2004, as autoridades de segurança equacionaram a prevenção e combate à pequena criminalidade pelos efeitos nefastos que a mesma produz na vida normal das pessoas, nesse sentido adoptando operações concretas e eficazes, o que permitiu a captura de vários malfeitores, acções que constituem paradigma do modelo de policiamento comunitário, o qual vem produzindo resultados significativos ao nível da análise, bem como campanhas de sensibilização para o cumprimento da lei em áreas como o código da estrada e a prevenção do fogo, para além da sensibilização para a prevenção do fogo e dos crimes contra o património. Por outro lado, foram criados vários serviços especializados para aperfeiçoar a comunicação e a cooperação entre a polícia/cidadão, por exemplo, Centro de Atendimento às queixas, Grupo de Negociação, Grupo de Estudo de Relação Polícia/Cidadão, bem como Secção de Investigação de Fogo Posto que combateram fogo posto e queima de viaturas muito prejudiciais para a segurança dos cidadãos.

Relativamente à questão dos jovens, intensificámos a ligação com outros serviços públicos, escolas, associações cívicas e bairros sociais para estudar contra-medidas e modos de prevenção. Além de visita periódica às escolas para tomar conhecimento da situação interior das escolas e dar orientação aos estudantes, as autoridades incrementaram as funcionalidades do Núcleo de Apoio aos Menores de outros serviços e desenvolveram programas de apoio externo organizando com escolas e associações, palestras de sensibilização de prevenção de delinquência juvenil e de cumprimento da lei.

8. Protecção Civil

Após o estabelecimento da RAEM, a estrutura da protecção civil foi alterada e aperfeiçoada segunda as novas exigências, o que contribuiu para um melhor padrão de segurança pública. Quanto à matéria de segurança pública e protecção civil, incrementamos as atribuições do Gabinete Cordenador de Segurança no sentido de assegurar o desenvolvimento saudável do sector dos jogos de Macau e o sucesso de realização de eventos de grande envergadura. O melhoramento em tempo oportuno da estrutura de segurança pode elevar as capacidades de prevenção contra as calamidades, de serviços de bombeiros e de prestação de socorros. Foram incrementadas medidas de luta contra terrorismo promovendo-se ligação com os serviços de segurança no estrangeiro. Por volta do ano de 2003 em que alastrou o síndrome gripal denominado de SAR, os serviços e corporações desenvolveram sua interação das respectivas capacidades profissionais, concedendo o seu contributo. Quanto à garantia de segurança pública, envidamos todos os esforços nos trabalhos de

segurança e seu planeamento, quer nas actividades de visita oficial dos dirigentes máximos do país, nos 4.^{os} Jogos da Asia Oriental, no Fórum de Cooperação Económica e Comercial Luso-Chinesa, nos Jogos Desportivos de Lusofonia de 2006, bem como aquando da visita de equipa de futebol Manchester United, na cerimónia de abertura de eventos de turismo de grande envergadura e na realização dos 2.^{os} Jogos Asiáticos Indoor e na passagem da chama olímpica em Macau. Com a experiência de inundações provocadas pela tempestade tropical Hagupit no ano passado, a protecção civil tomou medidas adequadas para prevenir fenómenos associados e investimos nos recursos humanos e equipamentos, esforçando-nos por aperfeiçoar o mecanismo de emergência de incidentes calamitosos bem como os sistemas de alarme.

9. Trabalhos a desenvolvidos pelo EPM

O Estabelecimento Prisional de Macau traçou como objectivo atingir padrões de qualidade e de segurança de nível internacional. No ano 2001, iniciou um programa de gestão de informática, criou um sistema de identificação e ainda um grupo de emergência de resposta a acontecimentos imprevistos. Foi alterado o modelo dos uniformes dos Guardas Prisionais. Foi concluída uma série de trabalhos de reestruturação orgânica, sendo revista e actualizada a dotação do pessoal, aumentados os compromissos de serviços e as medidas de facilitação dos cidadãos, nesse sentido tendo sido criado por exemplo, o Centro de Apoio e Consulta na cidade de Macau. Para reforçar a cooperação com as entidades de regiões vizinhas, em 2006 foram assinados os protocolos de cooperação respectivamente como os serviços prisionais de Hong Kong e Singapura. O acordo sobre a transferência dos reclusos entre Macau e Hong Kong assinado em Junho de 2006 teve muito êxito, tendo sido transferidos, de Macau para Hong Kong 22 pessoas condenadas. Para melhorar fazer face aos problemas decorrentes da sobrelotação, além de se proceder a obras de remodelação de determinadas infra-estruturas, vêm sendo incrementados os trabalhos de construção do novo estabelecimento prisional.

10. Trabalhos de produção jurídica e legislativa

Quanto à actividade de produção legislativa, articulamo-nos com o procedimento da reforma jurídica, procedendo a actualizações e revisões, nomeadamente, a Organização e Funcionamento da Direcção dos Serviços das Forças de Segurança de Macau, o regime de admissão e frequência do Curso de Formação de Instruendos das Forças de Segurança de Macau, a Lei de Segurança Interna da RAEM, regime das carreiras, dos cargos e do estatuto remuneratório do pessoal alfandegário, regime do Fundo do Estabelecimento Prisional de Macau, Alteração da organização e funcionamento dos Serviços de Polícia Unitários, Lei orgânica da Polícia Judiciária, Regulamento de Continências e Honras, Alteração do Estatuto dos Militarizados das FSM, o Regulamento de Uniformes das Forças e Serviços de Segurança de Macau, Reestruturação de carreiras nas Forças e Serviços de Segurança, entre outros diplomas de menor relevo e do contributo prestado a outras entidades cujas iniciativas legislativas envolvem os interesses da missão dos organismos das forças e serviços de segurança.

11. Trabalhos conexos

Atendendo ao desenvolvimento da sociedade e à expectativa dos cidadãos na Comissão de Fiscalização da Disciplina, articulamo-nos com o funcionamento desta Comissão, no sentido de ela poder desempenhar bem a função pedagógica de fiscalização, o que não só melhorou a relação polícia/cidadão, mas também elevou os padrões da ética e deontologia dos agentes das corporações e organismos, com reflexos muito positivos na sua imagem externa.

Foi criada em 2007 a Comissão de Acompanhamento das Medidas Dissuasoras do Tráfico de Pessoas, a qual ficou alojada sob tutela da área de governação da segurança, não obstante se assumir como um órgão de natureza interdepartamental e multidisciplinar. Foi instalada a linha telefónica aberta e desenvolvidas uma série de actividades com vista à coordenação quer dos organismos públicos, quer destes com associações cívicas envolvidas na prevenção e repressão do tráfico de pessoas, bem como na ressocialização das suas vítimas.

Através da retrospectiva dos trabalhos desenvolvidos nos últimos 10 anos, podemos constatar que o êxito da execução de linhas de acção governativa só foi possível graças ao empenho e espírito de corpo do pessoal de todas as corporações e organismos para desempenhar as missões de “combater e prevenir o crime, garantir a segurança da vida e bens dos cidadãos, manter a paz e a estabilidade social”, adquirindo experiências e conhecimentos muito ricos, sendo verdade que sem a sua entrega à causa pública jamais seria possível consolidar um tão elevado grau de satisfação os nossos objectivos, conferindo-nos o direito de encararmos a próxima etapa com grande optimismo.

Para futuro, a RAEM, sob a direcção do novo Governo, tem como objectivo a continuidade e inovação para criarmos harmonia social e a garantia do desenvolvimento sustentável da RAEM.

Quer no passado quer no futuro, temos de transmitir uma imagem de segurança, desde logo sinalizada pela integridade do nosso pessoal, pela sua qualificação profissional, mantendo uma boa coordenação, coesão, esforçando-se por construir o sistema de segurança no combate e prevenção criminal, reformar e elevar a qualidade em articulação com o tempo, aumentar o grau de transparência de trabalho policial, promover a cooperação da polícia com os cidadãos, a fim de garantir a segurança de sociedade harmoniosa. As corporações e organismos das FSM devem ter uma atitude dinâmica e prevalecer-se nas suas próprias experiências para projectar as reformas essenciais ao acompanhamento das mudanças que se registam na sociedade, apenas assim se podendo garantir um bom futuro.

Área dos Assuntos Sociais e Cultura

No ano de 2009, marcado pela celebração do 60.º Aniversário da Implantação da República Popular da China e do 10.º Aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM), Macau entrou no 10.º ano de existência, e passará, em breve, para o seu terceiro Governo.

Este ano, as consequências da instabilidade económica mundial e o surto da Gripe A (H1N1) colocaram-nos perante enormes desafios na execução das linhas de acção governativas na área dos assuntos sociais e cultura. Hoje, passados 10 anos, ao fazermos um balanço das acções desenvolvidas, podemos afirmar que houve períodos de crise e de desafios, mas houve também situações que nos proporcionaram diversas oportunidades. As experiências acumuladas e os progressos efectuados ao longo destes 10 anos na execução da acção governativa permitem-nos enfrentar melhor os desafios que temos pela frente.

Em 2009, os diversos serviços públicos, além de se preocuparem com a execução eficaz das políticas, mantiveram-se também, empenhados e determinados em minimizar os efeitos do impacto negativo sobre a vida da população. Atendendo às necessidades e interesses da população, esforçaram-se pelo prosseguimento dos trabalhos relativos à vida social, assegurando a manutenção dos resultados já alcançados e a obtenção de maiores progressos quanto ao desenvolvimento nas áreas de educação, saúde, acção social, cultura, turismo e desporto.

No domínio da Saúde

Desde o regresso de Macau à Pátria, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau estabeleceu e assegurou, no âmbito da saúde, a linha de acção: “tratamento eficaz em que se privilegia a prevenção” a par do conceito de governação de “melhorar a qualidade geral de vida dos cidadãos”, esforçando-se pela optimização do sistema de saúde e pela elevação da qualidade do seu serviço no sentido de proteger a saúde da população.

Depois de anos de desenvolvimento, estabeleceu-se em Macau, uma rede completa de cuidados de saúde primários, estruturada por centros de saúde, que é considerada como um modelo de referência pela Organização Mundial de Saúde.

Tendo por objectivo elevar o nível geral de saúde da RAEM, o Governo aproveitou a candidatura a cidade saudável e demais actividades para impulsionar aquele conceito através da intensificação do controlo do tabaco e da sua divulgação e da promoção dos programas de escolas e edifícios saudáveis para fomentar o estilo de vida saudável. Concomitantemente, em observância do princípio de “primeiro melhorar, depois reformar” e através do funcionamento na fase inicial do Conselho Consultivo de Reforma da Saúde de Macau, foram impulsionados e aprofundados sistematicamente os projectos destinados à reforma da saúde. Por outro lado, foi criado, no momento oportuno, o Centro de Avaliação das Queixas Relativas a Actividades de Prestação de Cuidados de Saúde para coordenar e tratar diferentes tipos de litígios relativos às actividades de cuidados de saúde. Foram cumpridas integralmente as políticas para assegurar os benefícios médicos, prolongado o horário de serviço dos centros de saúde, iniciado o serviço de consulta externa do foro de medicina tradicional

chinesa e introduzidos novos equipamentos médicos. O Governo da RAEM, em paralelo com o estabelecimento das infra-estruturas, esforçou-se pela optimização do ambiente de serviço e pela diminuição do tempo de espera pelos cuidados de saúde e empenhou-se em melhorar e reformar os serviços médicos. Para além disso, o Governo da RAEM reforçou, ainda mais, a cooperação com as instituições médicas privadas e com as sem fins lucrativos, tendo sido utilizados racionalmente os recursos de saúde disponíveis na comunidade, dos quais o Programa de Participação nos Cuidados de Saúde constitui uma nova iniciativa de cooperação entre os sistemas de saúde público e privado para apoiar a promoção do desenvolvimento na comunidade do regime de médico de família. Por outro lado, através da celebração de protocolos de cooperação, o Governo da RAEM estreitou a colaboração com o Interior da China em diversas áreas, nomeadamente, na segurança alimentar, inspecção e quarentena, desenvolvimento da medicina tradicional chinesa, supervisão, gestão de medicamentos e educação e formação médica, o que fomentou o progresso e desenvolvimento sustentado das actividades de saúde de Macau.

Nos últimos dez anos, o Governo da RAEM tem-se empenhado no reforço do regime jurídico, do sistema de prevenção e de controlo da saúde pública, tendo sido aperfeiçoadas a Lei de Prevenção, Controlo e Tratamento de Doenças Transmissíveis e os diplomas complementares. Aproveitando a experiência acumulada face à febre de dengue, gripe das aves, SRAS e gripe A H1N1, foram melhorados em profundidade os mecanismos de contingência e coordenação inter-serviços, bem como a capacidade de prevenção e controlo.

No corrente ano, durante o qual o Governo da RAEM irá mudar de mandato, a actual Administração continuará a exercer as suas políticas seguindo o espírito da lei, assegurando a sustentabilidade das diversas actividades de cuidados de saúde prestando atenção especial à propagação da gripe A H1N1 e defendendo-se contra as possíveis alterações do vírus e a eventual eclosão do próximo surto epidémico. Em simultâneo, acelerar-se-á a construção das instalações importantes destinadas à prestação dos cuidados de saúde, sobretudo, aquelas relativas ao serviço de urgência e às doenças transmissíveis.

No domínio da Educação

Em 2009, o desenvolvimento do ensino superior de Macau entrou numa nova fase. No mês de Junho, o Comité Permanente da Assembleia Popular Nacional da República Popular da China aprovou a concessão ao Governo da RAEM de um terreno para instalação do novo campus da Universidade de Macau, por arrendamento, na Ilha da Montanha até 2049, delegando na RAEM o exercício de jurisdição sobre aquele terreno. No novo campus, a UM manterá as suas características educativas e o seu sistema de administração, bem como iniciará o seu plano de desenvolvimento para os próximos dez anos. Por outro lado, registaram-se progressos no desenvolvimento de outras instituições de ensino superior. No ano lectivo de 2008/2009, o número de estudantes matriculados atingiu os 31000. As instalações das instituições de ensino superior tendem a ser cada vez mais aperfeiçoadas e a qualificação dos docentes a tornar-se mais elevada, criando um melhor ambiente para o ensino e a

investigação científica. De assinalar que o Gabinete de Marcas e Patentes dos Estados Unidos aprovou um projecto de tecnologia microelectrónica da UM. Além disso, um projecto de investigação na área da medicina tradicional chinesa, foi patenteado pela respectiva instituição da República Popular da China. Para elevar a posição do ensino superior de Macau, as instituições de ensino superior promovem o intercâmbio e a cooperação com instituições de fora de Macau. Além disso, com vista a corresponder ao desenvolvimento social e académico, as instituições de ensino superior criaram e alteraram alguns cursos que incidem sobre diversas áreas profissionais, tais como, Gestão de Venda Turística e de Promoção de Marketing, Gestão do Jogo e da Hospitalidade, Relações Internacionais e Políticas Públicas, Criminologia, Música, Educação, Psicologia, entre outras. O Governo de Macau continuará a incentivar as instituições de ensino superior para intensificarem a educação geral e promoverem o desenvolvimento humanista. Pretende-se que o ensino superior de Macau possibilite a formação de quadros qualificados com conhecimentos profundos e variados contribuindo, dessa forma, para o desenvolvimento sustentado da RAEM.

Em 2010, o Governo de Macau irá cooperar plenamente com o Governo da Província de Guangdong na progressão do projecto de construção do novo campus da UM na Ilha da Montanha. O Governo de Macau continuará a promover o desenvolvimento das instituições de ensino superior segundo o seu papel e o tipo de ensino ministrado, a apoiar os planos actuais de ampliação dos campus e de melhoramento dos equipamentos didácticos das instituições de ensino superior, no sentido de proporcionar aos estudantes melhores condições de aprendizagem. Além disso, o Governo de Macau continuará a acompanhar o trabalho de revisão legislativa sobre o “Regime do Ensino Superior” e dos diplomas complementares. Para uma maior eficácia da recolha e organização dos dados do ensino superior, o Gabinete de Apoio ao Ensino Superior, em colaboração com um grupo de trabalho da UM, está a criar, progressivamente, um sistema de “Base de dados para o ensino superior”, coordenando a recolha de dados junto das instituições de ensino superior. Pretende-se com esta iniciativa contribuir para o desenvolvimento do ensino superior de Macau a longo prazo.

Ao longo de dez anos, após o estabelecimento do Governo da RAEM, sob a estratégia orientadora da aceleração do desenvolvimento educativo e promoção do progresso da sociedade, foram reforçados, de forma dinâmica, os investimentos educativos; implementada, com sucesso, a escolaridade gratuita de quinze anos; melhorado o sistema do ensino não superior; incentivada a reforma do regime escolar e dos currículos; reforçada a criação de um mecanismo de salvaguarda da qualidade educativa e impulsionada a melhoria do ambiente do desenvolvimento integral dos jovens. Em 2009, o Governo da RAEM aumentou os apoios financeiros do Fundo de Desenvolvimento Educativo, elevou os montantes do subsídio da escolaridade gratuita, implementou o “subsídio para aquisição de manuais escolares” e optimizou os diversos subsídios e apoios financeiros aos alunos, ajudando, de forma activa, as escolas na criação de um ambiente de crescimento saudável e de qualidade para os alunos. Para incentivar o desenvolvimento profissional do pessoal docente e desenvolver uma atmosfera social de respeito pelos docentes e pela educação, foi promovida, com entusiasmo, a criação do quadro geral do sistema do pessoal docente e criado o “Dia do Profes-

sor". Para aumentar a qualidade educativa, optimizaram-se, ainda mais, os rácios turma/professor e professor/alunos; foram admitidos, de forma contínua, especialistas em educação e ensino para fazerem intercâmbio em Macau; concluíram-se a elaboração do quadro da organização curricular de todos os níveis de ensino e das exigências das competências académicas básicas de todas disciplinas do ensino primário; concluiu-se o novo teste do Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA); bem como desenvolveram-se, de forma contínua, os trabalhos das avaliações escolares globais e específicas. Para satisfazer as necessidades do desenvolvimento da sociedade, o Governo da RAEM envidou esforços para impulsionar o desenvolvimento dos cursos do ensino técnico-profissional; publicou materiais didácticos sobre a educação de pais; alargou os recursos do Plano de Leitura na Internet e incentivou os cidadãos, de todos os sectores, a participarem activamente na educação contínua, nomeadamente os agentes dedicados aos sectores do jogo e do turismo. No âmbito da Juventude, o Governo da RAEM reforçou a educação moral dos jovens através da cooperação interdepartamental e com os recursos da sociedade, proporcionou aos jovens uma série de serviços optimizados. Mediante a execução do plano da "Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau", elaborou o "Projecto dos serviços juvenis na área dos comportamentos desviantes"; criou uma base de dados sobre os indicadores da juventude na Internet e uma plataforma de intercâmbio para o desenvolvimento dos trabalhos juvenis para apoio do desenvolvimento das associações juvenis, bem como encorajou a participação dos jovens, optimizando o seu ambiente de crescimento e elevando a qualidade dos trabalhos juvenis.

Em 2010, o Governo da RAEM continuará: a desenvolver o sistema educativo, bem como a aproveitar os bons resultados obtidos; a promover, activamente, o desenvolvimento do ensino não superior; a aumentar, de forma enérgica, o investimento educativo; a ajudar de forma específica as escolas na implementação dos seus planos de desenvolvimento e a alargar a cooperação regional. No sentido de aumentar a qualidade educativa, dará prioridade à reforma curricular e do ensino, à melhoria em maior grau das condições do ensino em turmas reduzidas, à criação de um corpo docente de excelência, ao desenvolvimento múltiplo dos diversos tipos de ensinamentos, à inovação dos trabalhos de avaliação escolar global e dos apoios eficazes para o crescimento saudável dos alunos. Para formar jovens com boas qualidades morais e habilidades, o Governo da RAEM, tendo como linhas orientadoras "juntar as forças da sociedade, crescer em conjunto com os jovens", irá, com vigor e energia, promover estudos sobre os jovens; implementar, de forma ordenada, o plano da "Estratégia do desenvolvimento integral dos jovens de Macau"; alargar, de forma contínua, os serviços juvenis diversificados de acordo com as necessidades dos jovens, por forma a desenvolver os seus talentos e alargar os seus horizontes internacionais e boas qualidades morais, criando condições para que estes possam contribuir para o desenvolvimento da sociedade.

No domínio da Acção Social

Desde o seu regresso à Pátria, Macau tem sido palco de um desenvolvimento em múltiplos aspectos da sua vida socioeconómica. A liberalização da indústria do jogo originou

enormes alterações na economia da Região e concomitantemente na vida da população, o que originou grandes desafios na área da acção social. Assim, no sentido de apoiar os grupos sociais mais carenciados e construir uma sociedade harmoniosa, o IAS tem, oportunamente, vindo a adoptar as medidas consideradas mais adequadas, com vista a dar resposta às necessidades que se fazem sentir para promover o desenvolvimento social e proteger os grupos sociais mais vulneráveis. Após a transferência de soberania, foram criados diversos serviços destinados à assistência das famílias monoparentais, à resolução dos problemas relacionados com a violência doméstica, às vítimas de tráfico de pessoas e aos imigrantes recém-chegados, bem como, criadas várias novas subunidades por forma a melhorar os serviços com vista ao desenvolvimento saudável quer do indivíduo isoladamente quer da família. Além disso, foram criadas paralelamente com o Conselho de Acção Social, comissões especializadas como sejam, a Comissão para os Assuntos do Cidadão Sénior, a Comissão de Luta contra a Droga e a Comissão para os Assuntos de Reabilitação, como forma de proporcionar uma ampla recolha de opiniões da sociedade em geral e das diversas áreas profissionais, destinadas a melhorar as respectivas políticas de actuação e consequentemente os serviços. De referir que, gradualmente, aumentou-se o investimento nos recursos comunitários e estabeleceram-se os planos de profissionalização e gestão no âmbito de optimização dos diversos serviços sociais. Assim, a par das acções de formação temática promovidas por iniciativa própria do Governo, foram lançados os correspondentes projectos de apoio financeiro, a fim de estimular o reforço espontâneo da formação de pessoal por parte das instituições particulares.

No corrente ano de 2009, o Governo da RAEM aumentou o valor do subsídio de risco social como forma de dar resposta às necessidades da população, na sequência da crise financeira mundial que abalou, de vários modos, o estrato social economicamente mais débil da população. A fim de prestar, a título provisório, apoio alimentar aos mais necessitados, foi implementado o Programa de Apoio Alimentar de Curto Prazo. Como forma de divulgar informações, proporcionar o aconselhamento e apoio aos indivíduos e famílias necessitados, foi criado um centro de prestação de serviços gerais à família denominado “Centro de Educação e Apoio à Família na Ilha da Taipa”. Apoiaram-se, de forma contínua, as instituições particulares na prestação de serviços gerais de assistência aos recém-chegados para fixar residência ou trabalhar em Macau, contribuindo assim, para a construção de uma comunidade harmoniosa. No combate à violência doméstica, procedeu-se ao estudo dos meios mais adequados para a avaliação deste problema social, tendo-se também realizado reuniões interdepartamentais para a elaboração da Lei de Prevenção da Violência Doméstica. Quanto à prevenção e tratamento do jogo problemático foram envidados esforços, tendo sido prestado apoio financeiro às instituições particulares na implementação do Projecto de Apoio através da Internet. Em articulação com a entrada em vigor da Lei de Combate ao Crime de Tráfico de Pessoas foram prestados serviços de apoio. No que se refere ao aumento da qualidade dos serviços das creches, foi implementado de forma continuada o Projecto de Optimização das Creches. Promoveu-se, também, o Projecto de Acolhimento Familiar e de Residências. Para a promoção da Convenção sobre os Direitos da Criança e a consulta de opiniões sobre a revisão da Lei de Adopção, mantiveram-se contactos permanentes com os

serviços competentes. Acompanhou-se, em especial o projecto sobre a gestão do Sistema Indicador do Envelhecimento Populacional e aplicou-se, gradualmente, o sistema unificado de avaliação e de transferência para os lares. Desenvolveu-se junto da comunidade o Serviço de Urgência de Teleassistência Doméstica. Baseado na consulta de opiniões, concluiu-se o relatório sobre o estudo das normas a aplicar para a protecção dos idosos e reforçou-se a comunicação com os respectivos Serviços do Interior da China, no sentido de intensificar a cooperação dos serviços de apoio aos idosos, bem como, estudar a viabilidade do desenvolvimento da cooperação noutras áreas de serviço social. Intensificaram-se os trabalhos de implementação e divulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, por forma a concretizar a sua aplicação em Macau, tendo-se criado o centro de coordenação e estabelecido um mecanismo eficaz de fiscalização. Através da cooperação com as instituições particulares, foi criado na zona Norte um centro de serviço externo nocturno, com vista a reforçar, ainda mais, os trabalhos de prevenção e tratamento da toxicod dependência dos jovens de alto risco. Criou-se, ainda, o Sistema de Registo Central dos Toxicod dependentes de Macau que permite controlar e conhecer melhor a situação dos toxicod dependentes de Macau.

Relativamente ao ano de 2010 ir-se-á dar especial atenção à tendência crescente dos custos de vida e estudar, em profundidade, os projectos de apoio económico destinados às famílias economicamente carenciadas e as diversas medidas complementares. Potenciar a capacidade das famílias, alargar a rede de serviço para a prevenção da problemática do jogo, disseminar a ideia de uma comunidade coesa, são alguns dos objectivos previstos. Para responder ao aumento da taxa de natalidade, ir-se-ão criar, nas ilhas, mais creches com vista a uma optimização geral da qualidade desses serviços. Reforçar-se-ão os serviços para idosos e dar-se-á continuidade à revisão das normas de protecção dos direitos dos idosos, incrementando-se a melhoria da qualidade do serviço de apoio aos mesmos. Proceder-se-á à revisão do Regime da Prevenção, Integração e Reabilitação da Pessoa Portadora de Deficiência, pondo em prática as regras da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e aperfeiçoando os respectivos serviços. Reforçar-se-á o trabalho de prevenção e repressão do vício da droga nos jovens, assim como, aperfeiçoar-se-á o serviço externo. Proceder-se-á, ainda, à optimização dos serviços prestados pelos equipamentos sociais através do Projecto de Desenvolvimento Profissional dos Trabalhadores do Serviço Social, destinado a elevar o nível profissional dos seus trabalhadores, com vista a aumentar a eficácia geral dos serviços prestados à população.

No domínio do Turismo

Em 2009, a RAEM celebrou vários memorandos de cooperação com diversos serviços de turismo do Interior da China, designadamente com a Região Autónoma de “Zhuang” de Guangxi e com a Província de Shanxi e assinou o “Acordo de Cooperação da Região do Grande Delta do Rio das Pérolas (9+2) no âmbito do Turismo”. Ao mesmo tempo, foram desenvolvidas várias promoções de grande escala no Interior da China que obtiveram bons resultados, entre as quais a “Semana de Macau em Xangai”, em Abril de 2009.

Continuaram a usar-se os slogans “Sentir Macau” e “Num Mundo de Diferença – a Diferença é Macau”, como temas das actividades promocionais que contribuíram para a promoção da diversidade e dos vários tipos de projectos turísticos de Macau junto dos turistas. Envidaram-se grandes esforços na promoção de Macau como “Cidade de Turismo diversificado e de qualidade” e como um “destino único na Ásia para lazer, diversões, convenções e reuniões”. Além disso, coordenaram-se várias actividades promocionais a realizar por ocasião do 10.º Aniversário do estabelecimento da Região Administrativa Especial de Macau em Macau e nos principais mercados-alvo.

Em 2009, os Serviços de Turismo receberam vários prémios internacionais de turismo. O vídeo promocional e o impresso publicitário da campanha “Sentir Macau” foram distinguidos com vários prémios internacionais.

Para desenvolver o Turismo de Negócios, foi criada uma plataforma de cooperação para profissionais da indústria: o “Industry Partner Program”, através da qual se implementaram um conjunto de medidas que visa incentivar os parceiros da indústria a participarem nas mais importantes actividades internacionais de MICE, bem como promover o turismo de reuniões e exposições de Macau nos mercados internacionais. O “11.º Congresso de Seguros da Ásia Pacífico”, o “International Indian Film Academy Award 2009” e a “2.ª Exposição do Património Mundial” confirmaram, uma vez mais, a nossa capacidade como destino privilegiado para organização de actividades do Turismo de Reuniões e Exposições.

Para impulsionar activamente o desenvolvimento do sector de turismo, os Serviços de Turismo lançaram em Maio e até ao final do ano de 2009, o “Plano de Estimulação ao Sector Turístico de Macau”. Através destas estratégias destinadas ao turismo de lazer, reuniões e exposições e ao sector aéreo, esperamos manter os bons resultados conseguidos nos últimos anos de desenvolvimento e competitividade de Macau como destino internacional de turismo.

No âmbito da qualidade dos serviços turísticos, a DST empenha-se na revisão legislativa, com vista a aperfeiçoar os diplomas legais da área do turismo. Serão revistos os diplomas reguladores das actividades turísticas com vista a melhorar a legislação deste sector. Ao mesmo tempo, serão envidados esforços no combate às “pensões ilegais” e, tentar-se-á, sensibilizar os operadores para elevar o seu espírito de observância da lei.

No próximo ano, iremos aprofundar a diversificação adequada para o desenvolvimento do turismo e os nossos objectivos prioritários serão continuar a impulsionar a diversificação dos produtos turísticos e dos mercados de origem. Através das oportunidades oferecidas pelo quadro de cooperação regional, os Serviços de Turismo irão continuar a intensificar a cooperação turística com a Administração Nacional de Turismo da R. P. da China (CNTA), as Regiões do Grande Delta do Rio das Pérolas e as Províncias de Guangdong/Hong Kong/Macau, Guangdong/Macau, Fujian/Macau e as Quatro Regiões dos dois lados do Estreito. Além disso, através da melhoria da cooperação e do intercâmbio regional, irão conseguir-se melhores condições para a interligação dos diversos produtos turísticos no sentido da criação de uma marca turística própria da Região.

Ao mesmo tempo, continuar-se-á a reforçar as medidas de publicidade e promoção nos mercados turísticos no interior e no estrangeiro. Os Serviços de Turismo da RAEM irão continuar a impulsionar a maximização dos efeitos do “Plano de Apoio à Indústria Turística” e, consoante as situações reais da economia e do mercado em geral, rever-se-á oportunamente o referido plano.

No domínio da Cultura

Em 2009, no que respeita ao património cultural, seguiu-se a orientação de “detectar, assegurar a sua salvaguarda e aproveitar de forma adequada apelando à participação de todos”, tendo-se alargado o âmbito de trabalho e registado um grande progresso na salvaguarda do património cultural.

Em Setembro de 2005, foi inaugurado o “Curso de Técnica de Dança” em regime completo. Dando cumprimento à orientação de “promover a divulgação da educação artística e preparar activamente os talentos locais”, a Escola de Dança viu surgirem, este ano, os primeiros finalistas. Também em 2009, foi lançado o “Curso de Técnica de Música” em regime completo na Escola de Música. Isto representa uma profissionalização gradual do ensino artístico no Conservatório de Macau.

Após 10 anos de esforços, Macau já dispõe de 4 marcas culturais internacionais, a saber, o Festival Internacional de Música de Macau, o Festival de Artes de Macau, a Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau. A insistência na alta qualidade e no desenvolvimento do sentido estético do público são o objectivo da realização de espectáculos culturais que contribuem, de forma significativa, para a elevação do nível cultural e de vida da população. Enquanto que o Festival Internacional de Música de Macau e o Festival de Artes de Macau evoluíram constantemente com o tempo, a Orquestra de Macau e a Orquestra Chinesa de Macau efectuaram reformas estruturais, tendo como objectivos a divulgação musical e a elevação do nível cultural da população. Desta forma, são criadas com sucesso as nossas marcas culturais.

No que respeita ao trabalho museológico, têm sido desenvolvidos esforços no sentido de promover a investigação sobre exposições por forma a enriquecer o conteúdo daquelas com os resultados obtidos. Este ano, os trabalhos de escolha de espólio, de conservação e decoração da Casa do Mandarim foram acompanhados com a organização, edição e publicação de documentos e textos do Sr. Zheng Guanying, contribuindo desta forma para o avanço na abertura da Casa do Mandarim ao público. Por outro lado, após a inscrição com sucesso, em 2008, da “Escultura de Ídolos Sagrados de Macau” na Segunda Lista do Património Cultural Intangível Nacional, iniciou-se, no ano corrente, o processo de candidatura dos projectos “Naamyam – Canto narrado cantonense”, “Música Taoista” e “Festival do Dragão Embriagado” a Património Cultural Intangível Nacional.

Em 2010, no que respeita ao trabalho de salvaguarda do património cultural, será acelerado o trabalho legislativo da Lei de Salvaguarda do Património Cultural. Os dois festivais

continuarão a prosseguir o objectivo de “desenvolvimento do sentido estético no público”, enquanto que as duas orquestras consolidarão os resultados positivos das reformas estruturais. Na educação artística, o Conservatório de Macau tem como orientação a atribuição de “igual importância ao ensino geral e ao ensino profissional” e os dois cursos em regime completo significam o sucesso na profissionalização dos cursos do Conservatório de Macau, que passam a valorizar mais a qualidade do que a quantidade.

No domínio do Desporto

Em 2009, o Governo da RAEM tem-se empenhado na generalização do desporto para todos, no melhoramento da gestão das instalações desportivas, na formação dos agentes desportivos, na prestação de apoio e assistência ao funcionamento das associações desportivas com vista a promover com eficácia o desenvolvimento do desporto para todos e do desporto de rendimento. Registou-se um aumento progressivo do número de praticantes desportivos, e os atletas alcançaram resultados de excelência nos eventos desportivos internacionais. No corrente ano, a fim de concretizar as acções governativas, tais como, o reforço da condição física e a intensificação da qualidade de vida da população, bem como o estabelecimento da sociedade harmoniosa, o Governo deu grande prioridade à generalização do desporto para todos. Através do aumento das actividades recreativas e desportivas, foram organizadas cerca de 1200 classes de recreação e manutenção do desporto para todos. As actividades do Dia de Desporto para Todos passaram a ser organizadas mensalmente. O estabelecimento do “balcão de informação de saúde desportiva” que funcionou, de forma rotativa, em diferentes locais e a criação do sítio na Internet sobre nutrição permitiram divulgar informação relevante sobre saúde desportiva e orientações para a prática adequada do desporto, para além da generalização do desporto para todos. A Rede das Instalações Desportivas Públicas tem vindo a sofrer melhoramentos contínuos, quer ao nível do seu funcionamento, quer através do acréscimo das instalações desportivas, e o aumento das instalações desportivas proporcionou aos cidadãos mais espaços desportivos e oportunidades para fazer exercício físico, sensibilizando o público em geral para a importância da prática desportiva. No âmbito do desporto de rendimento e com o intuito de dar continuidade às medidas que proporcionaram o reforço do nível de competição, foram implementadas medidas de apoio que passam pela atribuição criteriosa dos apoios às associações desportivas. Simultaneamente, a disponibilidade de instalações para formação, o reforço dos serviços de medicina desportiva, a revisão da legislação das actividades desportivas contribuíram para o desenvolvimento de excelência das respectivas modalidades. No âmbito do reforço das técnicas de competição, foram proporcionadas aos atletas oportunidades para o melhoramento e a evolução das suas técnicas através da participação nas diversas formações programadas, nas competições e nos intercâmbios no exterior. As delegações desportivas locais participaram nos grandes eventos multidesportivos internacionais, tendo alcançado um total de 2 medalhas de ouro, 5 de prata e 7 de bronze. A organização de grandes eventos desportivos internacionais e de reuniões e a participação nas actividades desportivas internacionais alargaram o espaço de cooperação com os organismos desportivos estrangeiros, bem como reforçaram a internacionalização do desporto local.

Em 2010, o Governo da RAEM continuará a implementar a política do desenvolvimento paralelo do desporto para todos e do desporto de rendimento. O desenvolvimento do desporto para todos constituirá um patamar para o crescimento das modalidades. O desporto para todos será promovido pelo Governo da RAEM através da generalização do conceito de prática desportiva entre a população e da sensibilização para a participação, quer organizada quer espontânea, nas diversas modalidades e níveis de prática desportiva. Será assegurado o desenvolvimento contínuo do desporto de rendimento em colaboração com as associações desportivas na formação dos agentes desportivos. Por outro lado, será levada a cabo a segunda avaliação da condição física da população de Macau e reforçada a aplicação da ciência ao desporto. O Governo da RAEM desenvolverá mecanismos de colaboração com as associações desportivas, nomeadamente, através da atribuição de incentivos práticos e técnicos e da adequação da legislação desportiva a um desenvolvimento sustentado. Os agentes desportivos serão apoiados com um novo sistema de formação especializada para atletas e gestores que funcionará para diversas modalidades. Com o objectivo de promover a internacionalização do desporto de rendimento da RAEM, o Governo continuará a investir na concentração e na uniformização de instalações vocacionadas para a formação de atletas.

Área de Transportes e Obras Públicas

As tarefas na área dos Transportes e Obras Públicas estão intimamente relacionadas com a vida da população. Na última década têm-se actuado segundo os princípios “melhor servir a população” e “desenvolvimento sustentável” a fim de responder às necessidades da sociedade, aumentar o grau de transparência da acção governativa, otimizar os circuitos de trabalho e elevar a eficiência dos trabalhos, bem como incentivar a participação e a fiscalização por parte do público. Temos envidado esforços nomeadamente nos empreendimentos urbanos, no aperfeiçoamento das redes rodoviárias e dos sistemas de transportes, na preservação do ambiente, na criação de um ambiente ecológico favorável à vida da população, à economia, e ao desenvolvimento harmonioso da economia e no desenvolvimento cultural, de modo a desenvolver um centro urbano habitável, otimizando em geral a qualidade de vida da população.

Aperfeiçoamento do plano urbano e promoção dos trabalhos de reordenamento dos bairros antigos

Desde o estabelecimento da RAEM, o Governo tem prosseguido na promoção de trabalhos referentes ao planeamento urbanístico. Em 2008, foi criado o Grupo de Estudo do Planeamento Urbanístico, destinado a estudar, em termos gerais, o aperfeiçoamento do regime jurídico sobre o planeamento urbano de Macau. Nos finais de 2008 foi publicado um texto de consulta do Estudo sobre a Criação de Um Sistema de Planeamento Urbanístico Moderno e Científico e foi aplicado o “Plano Destinado a Fixar as Cotas Altimétricas Máximas Permitidas para as Construções nas Imediações do Farol da Guia”, envidando-se esforços para se atingir um balanço entre o desenvolvimento e a protecção do ambiente.

Para construir um sistema de planeamento urbanístico moderno e científico, o Governo encarregou respectivamente ao Departamento de Construção da Província de Guangdong e a Sociedade de Planeamento Urbanístico da China, a realização do “Estudo mais aprofundado sobre o sistema de elaboração e de gestão do planeamento urbanístico de Macau” e do “Estudo conceptual do plano director de Macau”, que estão já iniciados. Para este ano, para além da continuação dos trabalhos de estudos do sistema de planeamento urbano, temos realizado de forma gradual, em harmonização com o progresso social e a missão de conquistar o objectivo de revitalizar os bairros antigos, o aperfeiçoamento dos planos de pormenor das várias zonas de Macau, os quais compreendem o “Plano de Urbanização da Zona de Seac Pai Van, em Coloane”, o “Plano de Optimização da Vila da Taipa”, o “Estudo de Viabilidade sobre a Optimização da Vila de Coloane” e o “Plano de Optimização das Imediações da Avenida do Conselheiro Ferreira de Almeida”, entre outros. Por outro lado, com vista a melhorar a imagem turística de Macau e promover o desenvolvimento harmonioso das zonas urbanas, foi criado nos finais de 2005 o Conselho Consultivo para o Reordenamento dos Bairros Antigos de Macau (CCRBAM) a fim de promover o reordenamento dos bairros antigos e elaborar as respectivas legislações. No ano corrente, foi introduzido novas alterações ao projecto do Regime Jurídico de Reordenamento dos Bairros Antigos e começou-se

atempadamente a elaborar os regulamentos administrativos complementares. Em 2007 foi promovido o plano de embelezamento das ruas que se deu início há três anos, abrangendo em primeiro a zona de protecção do Património Cultural e em seguida as zonas antigas.

Foram iniciadas, a título experimental, através da liderança de associações comunitárias e em combinação com o apoio de especialistas privados, os trabalhos de consulta relativo ao plano urbano da zona de San Kio, que tem fim de encorajar a população a participar nos trabalhos de elaboração do plano urbano comunitário e de criar um ambiente de habitação agradável.

No respeitante ao aumento de transparência no âmbito do planeamento urbano, os diversos planos de pormenor de Macau vigentes há mais de duas décadas foram tornados públicos em 2009. A par disso, as circulares vigentes ao longo de vários anos destinados a regulamentar a altura dos edifícios e definir as condicionantes urbanísticas dos terrenos foram traduzidas para a língua chinesa e ainda introduzidos os devidos acertos no sentido de compilá-las e pô-las em forma de orientações administrativas.

Aperfeiçoamento da gestão dos solos e criação de espaços para desenvolvimento

A protecção e aproveitamento adequado do recurso de solos é um dos objectivos da acção governativa. O melhor aproveitamento deste recurso poderá criar espaços e condições para o desenvolvimento sustentável socioeconómico.

Este ano, obtivemos sucesso na prossecução dos trabalhos de protecção dos recursos de solos, em que foram efectuadas várias acções de combate à ocupação ilegal de terrenos e conseguimos recuperar vários terrenos da Administração espalhados pelas Ilhas e Península de Macau. Os terrenos restituídos serão aproveitados para desenvolvimento de acordo com o plano urbano definido ou para serem recuperados conforme o seu estado inicial. Além disso, o Governo vai intensificar os trabalhos de supervisão e patrulha, para prevenir e combater as actividades de ocupação ilegal de terrenos.

Relativamente à questão da residência dos habitantes naturais da Vila de Coloane, já encontramos uma solução viável. Em Outubro, o Governo decidiu conceder por forma de arrendamento e sob condição de conformação com o plano urbano, aos naturais que permanece na Vila antes da Transição, as suas residência habitacionais ou actividades comerciais. Desejamos que este método pode balançar a necessidade do desenvolvimento e o interesse de conservação do ambiente, tanto para revitalizar a mesma zona e elevar a qualidade de vida da população local.

Desde o estabelecimento da RAEM, seja a paisagem urbana seja a estrutura económica, ambas sofreram profundas mudanças. O aumento da população e da quantidade de turistas, encarrega cada vez mais pressão nas infra-estruturas e no tráfego. Tendo isto, o Governo precisa preocupar e focar mais atenção para criar condições favoráveis ao desenvolvi-

mento sustentável socio-económico da cidade. Assim, em 2006, o Governo da RAEM submeteu ao Governo Central um estudo preliminar para a criação de novas zonas urbanas por aterros em Macau e na Taipa, no intuito de dispor reserva de solos para aplicação futura. Além disso, a fim de aproximar mais o valor dos prémios das concessões de terrenos do valor praticado no mercado, procedeu-se a revisão do Método de Determinação do Montante do Prémio de Concessão, tendo-se ainda estabelecido um mecanismo de revisão constante do cálculo do prémio.

Quanto ao assunto do aumento de transparência nas concessões de terrenos, em 2007, foi criado o Grupo Consultivo para o Desenvolvimento de Terrenos, o qual é composto por profissionais privados e por funcionários do Governo, responsabilizando-se o mesmo pela realização de estudos e pela emissão de pareceres sobre a concessão e a troca de terrenos. E implantado em 2008, o Regime de Sessões de Audiência Pública sobre as Concessões de Terrenos, permitindo ao público assistir a audiências referentes aos processos de pedidos de concessão de terrenos e de alteração de finalidades dos mesmos. No mesmo ano, deu-se início à revisão da “Lei de Terras” e das legislações subsidiárias, e o funcionamento da “Rede de Informação Cadastral”, disponibilizando-se ao público mais um meio de obtenção de informações cadastrais.

Aperfeiçoamento do regime de apreciação dos projectos e fortalecimento da fiscalização

A fim de otimizar o sistema de concursos e de apreciação de empreitadas públicas, foi estabelecido durante o corrente ano o mecanismo de apreciação inter-departamental “one stop” relativo aos projectos de obras públicas de pequena e média escala, podendo-se assim encurtar o tempo de apreciação. Foi também implementado o Regime para a Sistematização do Processo de Consulta das Empreitadas de Obras Públicas.

Nos primeiros anos do estabelecimento da RAEM, a economia de Macau estava em situação desfavorável, para combater os prejuízos da pneumonia atípica de 2003 e do “Tsunami Financeiro” dos finais de 2008, o Governo tem promovido adequadamente e oportunamente as empreitadas públicas, para criar mais postos de emprego e assistindo garantia ao desenvolvimento estável e harmonioso da cidade. No ano corrente, foram lançadas mais de 100 empreitadas públicas de pequena, média e grande dimensão, garantindo a primazia de recrutamento dos operários locais. E ao mesmo tempo, com vista de proteger os interesses da mão-de-obra local e prevenir a contratação de mão-de-obra ilegal nas empreitadas públicas, foi aplicado o regime de utilização do “Cartão de Trabalhador”.

Além disso, a fim de aperfeiçoar o regime de concurso público, regularizar os trabalhos de avaliação de propostas, aumentar a eficiência administrativa e reforçar os trabalhos de supervisão, foi implementado no ano passado, a título experimental, as “Instruções Referentes às Despesas de Aquisição de Bens, Serviços e Obras” e que foi procedido no ano corrente, à execução plena.

Optimização dos circuitos de trabalho e elevação da eficiência administrativa

Tendo em conta o desenvolvimento social e as exigências da sociedade em relação ao tratamento das obras ilegais, o Governo da RAEM tem empenhado activamente no acompanhamento dos trabalhos de revisão dos diplomas legais inerentes à construção civil, tais como, o “Regulamento de Segurança contra Incêndios”, as disposições técnicas e administrativas do “Regulamento Geral da Construção Urbana”, o regulamento administrativo relativo ao “Regime Jurídico de Urbanizações e Edificações (Licenciamento das Obras Particulares)”. Entre os trabalhos realizados destacam-se as consultas públicas que decorreram durante o corrente ano sobre o “Regulamento de Segurança contra Incêndios” e as disposições administrativas do “Regulamento Geral da Construção Urbana”.

Em resposta às necessidades da sociedade, foi lançado em 2008 um plano de optimização dos circuitos internos de trabalhos, tendo-se optado pela sua aplicação, a título experimental, nos Serviços de Obras Públicas responsáveis pela apreciação de projectos e de emissão de licenças de obras, por serem os que estão em maior contacto com o público. Decorrido um ano da aplicação desse plano, temos observado melhorias marcantes na eficiência dos trabalhos de apreciação de projectos e de emissão de licenças de obras. Por conseguinte, este plano foi alargado a mais de dez tipos de serviços, tendo-se melhorado muito a eficiência da prestação dos serviços mediante a utilização de modelos e boletins de requerimento.

Empenho no melhoramento das instalações do ambiente urbano em conformação com o impulso geral

Dando coordenação ao desenvolvimento geral da sociedade e com a realização dos grandes eventos desportivos internacionais, os 4.^{os} Jogos da Ásia Oriental de 2005, os 1.^{os} Jogos da Lusofonia de 2006 e os 2.^{os} Jogos Asiáticos em Recinto Coberto de 2007, o Governo da RAEM construiu consecutivamente mais de dez recintos desportivos de grande dimensão, entre os quais, a Nave Desportiva dos Jogos da Ásia Oriental de Macau faz um novo obra fascinante das construções do Território, e que faz também um novo ponto de interesse para actividades desportivas dos cidadãos. Além disso, também foram concebidas várias infra-estruturas de grande dimensão, tal como, A Ponte Sai Van, que é a terceira ligação entre a Península de Macau e a Ilha de Taipa, a nova Praça do Tap Seac, a reformulada Rotunda Ferreira do Amaral, o “Golden Strip” na Estrada do Istmo, no COTAI, o próximo Centro de Ciência de Macau projectado pelo arquitecto chinês de renome internacional Arq. Ieoh Ming Pei e etc.

Ajustamento em tempo oportuno das acções governativas e concretização da construção de habitação pública

No apoio às famílias mais carenciadas e a fim de satisfazer as suas necessidades em termos de obtenção de habitação, o Governo da RAEM tem vindo a proceder a ajustamentos oportunos às políticas de habitação pública, implementando estratégias de desenvolvimento rápidas no âmbito da habitação pública e estabelecendo políticas a curto, médio e longo

prazos. Foi ajustado em tempo oportuno o plano de habitação pública e implementado o plano para aquisição de habitação própria a fim de apoiar a classe média, bem como o plano de abono de residência a agregados familiares constantes nas listas dos candidatos a habitação social. Na construção de habitação pública, estabelecemos o objectivo de construir antes de 2012, de forma faseada, 19.000 fracções de habitação pública, e neste momento, os planos de construção concebidos estão todos em plena marcha.

Desde do estabelecimento da RAEM até Setembro do ano corrente, foram ajudados 2.290 agregados familiares a adquirirem habitação económica e 2.382 agregados a serem abrangidos por habitação social. A população com habitação pública constitui 16,50% da população residente de Macau. O recente regulamento administrativo relativo a “Atribuição, Arrendamento e Administração de Habitação Social”, publicado no corrente ano, admitiu o reinício de concurso de candidatura a Habitação Social e por conseguinte, realizou um novo concurso de candidatura no passado mês de Setembro, que durou três meses. E o processo legislativo de revisão dos outros diplomas de habitação económica está neste momento, na sua fase final.

No sentido de acelerar o ritmo de construção de habitação pública e reforçar a iniciativa e flexibilidade na execução das obras de construção, foi alterada a antiga forma de contrapartida de fracções, passando as mesmas a serem construídas com financiamento directo do Governo e não através das empresas de construção privada, a fim de garantir o andamento da construção, a atribuição e a venda de forma mais oportuna, criando-se uma situação inovadora na política de habitação pública.

Em 2007 foi criado o “Fundo de Reparação Predial” e foram lançados 4 planos de atribuição de apoio financeiro a fim de incentivar os proprietários a repararem e manterem os respectivos edifícios. Em 2009 foi criado o “Centro de Inter-serviços para Tratamento de Infiltrações de Água nos Edifícios”, que é composto pelo Instituto de Habitação, a Direcção dos Serviços de Solos, Obras Públicas e Transportes, o Instituto para os Assuntos Cívicos e Municipais, os Serviços de Saúde e a Direcção dos Serviços de Assuntos de Justiça, os quais têm como missão a coordenação dos casos de infiltração de água nos edifícios.

No intuito de fomentar o desenvolvimento saudável do mercado imobiliário privado, o Governo tem-se empenhado no aperfeiçoamento dos diplomas legais com ele relacionados, incluindo o acompanhamento de trabalhos de legislação da “Lei da Actividade de Mediação Imobiliária”, do “Regulamento do Centro de Arbitragem de Administração Predial” e do “Regime Jurídico do Exercício da Actividade de Administração de Edifícios e da Profissão de Pessoal Administrativo”.

Aperfeiçoamento da rede de transporte marítimo, terrestre e aéreo e melhoramento da capacidade de ligação com o exterior para aumentar a competitividade da região

Desde o estabelecimento da RAEM, o Governo da RAEM tem envidado esforços em interligar as redes de trânsito, introduzir reformas nos meios de transportes internos e exter-

nos, formular a estratégia de atribuição de primazia aos transportes públicos, introduzir em Macau o sistema de transportes colectivos a fim de melhorar a qualidade geral da prestação de serviços de transporte público, otimizar as redes de transportes marítimo e aéreo, promover a incorporação intensiva de infra-estruturas de transportes com Guangdong e Hong Kong, alargar o espaço urbano de Macau, a interacção das populações e dispor mais condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável.

A fim de acompanhar o desenvolvimento da sociedade, aliviar a pressão causada na rede rodoviária pelo crescimento da quantidade de trânsito, o Governo tem vindo a construir novas vias rodoviárias, a alargar as artérias principais, a otimizar as intersecções com maior fluxo de trânsito, assim como a aumentar e valorizar os equipamentos de trânsito e introduzir um sistema de transportes inteligente, para além de propor uma estratégia de desenvolvimento assente na primazia do transporte público. Em Maio de 2008, foi criada a Direcção dos Serviços para os Assuntos de Tráfego que se empenha na promoção das políticas de trânsito. Aproveitando a oportunidade do fim do Contrato de Concessão dos Serviços Públicos de Transportes Colectivos de Passageiros no ano 2008, o Governo celebrou com as duas empresas de transportes públicos um contrato provisório de concessão com a duração de 2 anos e cujo concurso público para a exploração de serviços terá lugar já ainda no ano corrente, introduzindo-se assim um modelo de funcionamento de aquisição de serviços completamente novo. Tornando os serviços de autocarros públicos mais flexíveis e a fim de responder com eficácia às aspirações da sociedade em relação aos transportes públicos.

A fim de se adaptar às procuras do mercado, o Governo emitiu entre 2005 e 2007 um total de 230 alvarás de táxis com prazo de validade limitado. Além disso, foram aproveitados terrenos disponíveis para se construírem mais instalações de estacionamento de veículos. Ao longo dos últimos 10 anos, o Governo construiu mais 10 parques de estacionamentos públicos que podem proporcionar cerca de 3.090 lugares para automóveis ligeiros, 2.700 lugares para motociclos e ciclomotores e 730 lugares para automóveis pesados. Entretanto, foram criadas zonas de estacionamento nocturno num comprimento total de cerca de 8,6 km e 9.300 lugares com parquímetros nas vias públicas a fim de aumentar a rotatividade na ocupação dos lugares de estacionamento. E para elevar a consciência do público sobre a segurança rodoviária, para além da campanha de sensibilização regular, foi criado ainda o “Centro de Informação da Segurança Rodoviária”.

Em 2002, o Governo deu início ao estudo preliminar de viabilidade para a introdução do sistema de transportes públicos. Em Novembro de 2007 foi criado o Gabinete para as Infra-estruturas de Transportes, especializado na construção do sistema de metro ligeiro. No início do corrente ano, o Governo concluiu os trabalhos de adjudicação da “Prestação de Serviços de Gestão de Projecto e Assistência Técnica para a Implementação da 1.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”. No segundo semestre do mesmo ano, foi também iniciada a “Empreitada de Execução dos Trabalhos de Preparação da Plataforma de Trabalho do Parque de Materiais e Oficinas”. Além disso, de forma a confirmar o posicionamento da directriz do futuro desenvolvimento do sistema de metro ligeiro na região, e atendendo às

exigências para o transporte de metro ligeiro na zona oeste da Península de Macau, foi efectuado o “Estudo de Viabilidade da 2.ª Fase do Sistema de Metro Ligeiro de Macau”.

Sob enquadramento dos mecanismos de cooperação entre Guangdong e Macau e entre Hong Kong e Macau, intensificou-se a cooperação com a província de Guangdong e Hong Kong na área do planeamento e ligação dos transportes inter-regional. Com forte apoio do Governo Central e dos governos das três regiões, tomaram a decisão de implementar o projecto de construção da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. No passado Outubro de 2009, o Conselho do Estado aprovou oficialmente o relatório da viabilidade da Ponte Hong Kong-Zhuhai-Macau. Em que as obras da parte estrutural da Ponte vão iniciar de forma faseada a partir dos finais deste ano, e se prevê a sua conclusão entre a data de 2015 a 2016. Além disso, a empreitada da construção da ilha artificial do posto fronteiriço Zhuhai-Macau, que faz parte da Ponte, está neste momento na fase de concurso público, que mais tarde, os Governos das três regiões vão acelerar o ritmo da sua construção e da Ponte, atribuindo primazia aos trabalhos de análise e de avaliação das propostas. Actualmente, ao nível interno, o Governo da RAEM está a coordenar a sua parte da construção, em particular no que se refere ao planeamento urbanístico e disposições de trânsito da RAEM, para além de efectuar os respectivos estudos e dar início à realização dos trabalhos de apoio necessários.

Os números de turistas de Macau, via marítima, têm aumentado, de 10,64 milhões de pessoas do ano de 2003 para 20,42 milhões de pessoas do ano de 2008, aproximadamente o dobro do ano 2003. Tendo em conta o acréscimo anual do número de visitantes, o Governo começou, em 2005 a preparação da construção de um novo terminal marítimo de passageiros na Ilha da Taipa. E em Outubro de 2007, concluídas as obras, o Terminal Marítimo Provisório de Passageiros da Taipa entrou em funcionamento, aliviando a carga excessiva que recaía sobre o Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Exterior. Além disso, com o novo Terminal Marítimo de Passageiros do Porto Interior, as infra-estruturas dos terminais marítimos foram optimizadas. Em função do desenvolvimento prevista no sector de transporte marítimo, é necessário ajustar a função da instalação permanente, o Terminal Marítimo de Passageiros da Taipa, deixando do carácter auxiliar e passando para uma das fronteiras marítimas principais de Macau. O Terminal está projectado para ter uma capacidade de recepção máxima prevista de 20 milhões de pessoas por ano, prevendo-se a sua inauguração no ano de 2012. Além disso, foi promulgado o Regulamento Administrativo de Transporte Marítimo de Passageiros com vista a implementar um regime de administração de transporte marítimo de passageiros, introduzindo-se um sistema normativo para a exploração do serviço, facilitando a abertura de novas rotas e viagens, fomentando a diversificação do mercado de transporte marítimo de passageiros.

Na vertente da Aviação Civil, o Governo da RAEM tem adoptado uma política liberal no sector da aviação (open sky), incentivando e apoiando a indústria da aviação em Macau em alargamento do mercado, e no aumento de rotas e viagens. E atrair mais companhias aéreas do exterior abrir rotas para Macau. Ao longo dos dez anos, conseguimos estabelecer rotas aéreas com mais de vinte cidades da Ásia e do Interior da China. Ao mesmo tempo, o aeroporto de Macau tem vindo a transformar-se num “aeroporto de destino”, deixando de ser

somente um “aeroporto de trânsito”. A situação do mercado de aviação de Macau tem vindo a melhorar em grande parte devido ao crescimento progressivo das companhias aéreas de baixo custo. Exceptuando o Interior da China e Taiwan, os destinos internacionais têm vindo a aumentar substancialmente desde 2000 até hoje, de 5 para 14, tornando o mercado de aviação civil mais diversificado. Exceptuando os passageiros do Interior da China e de Taiwan, a proporção de visitantes a Macau provenientes do resto da Ásia registou um grande aumento, de 4% no ano 2000, para 35,1% do actual.

Tendo em conta das conluídas obras de expansão do Terminal de Carga do Aeroporto Internacional de Macau e das obras de renovação do Aeroporto que ainda estão em curso. E no intuito de aumentar a competitividade do sector de aviação civil de Macau, foi criado, em ano 2008, um “Grupo de trabalho para o planeamento e desenvolvimento do aeroporto”. Este grupo tem por objectivo levar a cabo estudos sobre o planeamento da configuração do terreno e a coordenação das redes de transporte das regiões vizinhas inerente à ampliação e expansão do aeroporto, bem como o plano de desenvolvimento do Aeroporto para os próximos vinte anos.

A política de protecção do ambiente e de energia acompanhado com a pulsação mundial

O Governo da RAEM, desde o seu estabelecimento, prestou sempre atenção nos assuntos de protecção do ambiente. Para melhor prossecução da coordenação e promoção dos trabalhos de protecção do ambiente e harmonização com a estratégia do desenvolvimento urbano, foi criada em 2009, a Direcção dos Serviços da Protecção Ambiental (DSPA), que se dedica em trabalhos de legislação, fiscalização, detecção, planeamento, avaliação ambiental e divulgação e sensibilização da ideia de protecção do ambiente, com vista a harmonizar mais eficazmente com a estratégia do futuro desenvolvimento urbano.

Para melhorar o ambiente urbano, temos desenvolvido a obra de ampliação da central de incineração, tendo conseguido de elevar a capacidade de tratamento diária dos resíduos de 864 toneladas métricas para 1.728 toneladas métricas, mediante a conclusão no ano de 2008, da instalação adicional de 3 incineradores, contando ainda os trabalhos de modernização executados aos 3 incineradores antigos conforme a obra de ampliação, intensificando nestes termos as instalações para tratamento de poluição e acompanhando a sua conformidade com os critérios mais recentes da União Europeia. No mesmo ano, foi introduzido o primeiro “Sistema de Recolha Automática dos Resíduos Sólidos Urbanos”, podendo minimizar nestes termos os problemas levados pela ocupação de vias públicas pelos caixotes de lixo convencionais e os ruídos devido à operação da recolha de lixos no horário nocturno, como podem melhorar também as situações de higiene no ambiente dos arruamentos envolventes. Além disso, temos envidado esforço em aperfeiçoamento das instalações de tratamento de águas residuais, em criação de zonas ecológicas, em optimização dos combustíveis diesel consumados pelos veículos motorizados, reduzindo o teor de enxofre no gasóleo para um nível ultra baixo.

No âmbito da legislação do ambiente, foi elaborada a “Fixação dos Limites de Emissão de Gases Poluentes a que Devem Obedecer os Motociclos e Ciclomotores Novos, Aquando da sua Importação” e mandada a proibição da importação e venda de veículos com motor de combustão interna a dois tempos. Em 2008, iniciou-se a revisão do diploma que regula o ruído ambiental, visando, nomeadamente, a supressão dos equipamentos que produzem elevados níveis de poluição sonora, utilizados em obras e trabalhos de construção nas zonas de grande densidade habitacional, em que está concluída a 1.ª auscultação da respectiva proposta. Por outro lado, temos vindo a realizar um estudo sobre as emissões dos veículos motorizados e continua a aprofundar a pesquisa sobre a inspecção da qualidade do ar nos recintos públicos.

Além disso, o Governo empenhou-se continuamente na elevação do nível da cooperação regional. Através da assinatura do “Protocolo de Cooperação do Grande-Delta do Rio das Pérolas na Área de Protecção do Ambiente”, foi promovido o desenvolvimento de uma plataforma para indústrias de protecção ambiental. Entretanto, foram realizados gradualmente estudos ambientais visando a uma melhor articulação com as diversas convenções ambientais internacionais aplicáveis na RAEM. O “Protocolo de Quioto”, aplicado em Macau desde 2008, que por sua vez o Governo da RAEM desenvolveu esforços de divulgação e sensibilização, procurou-se fazer uma análise preliminar das alterações climáticas com vista a elaboração de medidas de reacção.

No âmbito de assuntos Meteorológico. Desde os anos 90 do século passado, iniciaram a instalação de diversos sistemas de monitorização automático, tais como o de observação, de permuta de dados e a automatização na produção de cartas meteorológicas, etc. A Direcção dos Serviços Meteorológicos e Geofísicos(DSMG) evoluíram de uma simples instituição de fornecimento de dados meteorológicos observados para um órgão para prestação de serviços e de previsão do tempo.

No aspecto dos equipamentos físicos, foram gradualmente introduzidos aparelhos meteorológicos de novo modelo, para que os meteorologistas possam ter uma visão completa das variações das condições do tempo mais célere. Por outro lado, em resposta ao desenvolvimento de sociedade e as aspirações da população, a prestação de serviços meteorológicos torna-se cada vez mais diversificada. Assim se disponibilizam previsões que são comunicadas à população por diferentes meios.

Para aperfeiçoar o mecanismo de divulgação dos avisos de “mau-tempo”, temos intensificado os mecanismos das previsões de tufões e dos fenómenos naturais severos e para que a população tenha tempo suficiente para tomarem medidas preventivas e diminuir os prejuízos. Foi implementado no ano corrente, o aviso de “Storm Surge” dotado com um sistema de três graus. Através de estações de vigilância de inundações instaladas nas zonas baixas, que monitoriza a altura da maré, das ondas e demais fenómenos, poderá alertar-se a população com antecedência, a fim que possam tomar atempadamente medidas de prevenção, atenuando-se assim os prejuízos que as marés de tempestade podem trazer.

Para responder às necessidades do desenvolvimento, foi criado, em 2005, o Gabinete para o Desenvolvimento do Sector Energético, dedicado ao incentivo e coordenação do desenvolvimento do sector da energia. Desde 2005, foram previstos a construção gradual de três ligações de cabo eléctrico entre o Interior da China a Macau, reforçando, cada vez mais, as infra-estruturas de transmissão de electricidade entre as duas regiões. No qual a primeira interligação de 220 kV foi colocada no 2008, aumentando o volume e extensão da pressão eléctrica entre Zhuhai e Macau. No mesmo ano, foi celebrado com a *China Southern Power Grid Corporation, Lda.*, o “Protocolo de Cooperação no Âmbito da Electricidade 2010 a 2020”, para elaborar o planeamento, a médio e longo prazo, do fornecimento de electricidade a Macau.

No âmbito do planeamento de energia, a introdução, em 2008, do gás natural para produção de electricidade, mudou assim a história da produção de electricidade somente com petróleo de combustível pesado (*Heavy crude oil*), e permitindo a redução, em cerca de 40% das emissões resultantes da produção de electricidade. Com os objectivos de optimização da estrutura energética e de protecção ambiental, o Governo da RAEM lançou, simultaneamente, de forma organizada, vários trabalhos com vista à aplicação do gás natural nos sectores empresarial, residencial e nos transportes públicos. Uma vez que o contrato de concessão de electricidade vai expirar em breve, estamos a planear o futuro desenvolvimento do mercado da energia eléctrica, a sua evolução gradual a partir da liberalização parcial do mercado.

Em resposta a tendência mundial em conservação de energia e redução de emissões, realizaram-se várias acções de divulgação e promoção de trabalhos ligados à educação, de forma persistente e focalizada. Foram realizadas acções de promoção da educação sobre eficiência e conservação de energia junto das escolas e da sociedade. E o Governo encabeçou o programa para conservação energética e definiu a meta de redução do consumo energético, de 5%. No ano corrente, está em decurso estudos e testes de tecnologias no âmbito do aquecimento de água e produção de electricidade através da energia solar, e, de recolha de calor e de aparelhos de mutação de frequência, visando promover os trabalhos de conservação energética e utilização das energias renováveis.

Para enfrentar e resolver o problema da maré salgada que aconteceu nos últimos anos, foi executada a ampliação da Estação de Bombagem de Pinggang, a colocação da terceira conduta de abastecimento de água a Macau e a obra de construção do Reservatório de Zhuyin, combinado com o controlo do volume do corrente do Rio das Pérolas, podemos resolver o problema da maré salgada a curto e médio prazo. Que em paralelo, se desenvolve activamente a empreitada de construção do Eixo Hídrico de Datengxia, em Guangxi, com vista de resolver a termo longo o problema de abastecimento de água.

Em 2006, foi criado o Grupo de Intervenção contra a Salinidade da Água, que elaborou em primeiro lugar, o “Plano de Contingência para a Salinidade da Água”, estabelecendo a Escala de Índices de Salinidade. Em 2008, foi criado o “Grupo de Trabalho para a Construção de uma Sociedade Economizadora de Água”, no sentido de promover a ideia de construção

duma sociedade economizadora de água, para alcançar o objectivo de explorar mais fontes e poupar água.

Nos assuntos de abastecimento de água, o contrato de concessão de abastecimento de água celebrado entre o Governo e a Sociedade de Abastecimento de Águas de Macau vai expirar em meados do próximo ano. Com vista de assegurar o normal abastecimento de água, o Governo vai participar directamente nos assuntos relativos ao abastecimento de água bruta, e a companhia de abastecimento de água responsabiliza-se principalmente pelo tratamento de água e de abastecimento de água potável. Em Julho, foi celebrado com o Governo Popular da Província de Guangdong, o “Protocolo de cooperação sobre abastecimento de água entre Guangdong e Macau”, esforçando a troca de informações sobre a situação de abastecimento de água, elevando a segurança de abastecimento e criando condições para o desenvolvimento conjunto.

Liberalização dos Serviços de Telecomunicações, optimização dos serviços postais e da promoção da popularização da Ciência

Após o estabelecimento da RAEM, atendendo às necessidades de desenvolvimento das telecomunicações e tecnologias da informação, foi continuamente aperfeiçoar as funções da entidade fiscalizadora de telecomunicações. Criou no ano 2006, a Direcção dos Serviços de Regulação de Telecomunicações(DSRT), a fim de aumentar a eficiência dos trabalhos relevante no âmbito da gestão das telecomunicações.

Em Novembro de 2009, o Governo da RAEM e a Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. celebraram o contrato de concessão de revisão intercalar, antecedendo o ritmo do plano de liberalização global do serviço de circuitos alugados e do serviço de trânsito local e internacional. E os restantes serviços vão liberalizar depois do termo do contrato de concessão, em 31 de Dezembro de 2011. O Governo da RAEM esperando-se que o fornecimento dos serviços de telecomunicações aos cidadãos se faça com boa qualidade e a preços baratos.

Na retrospectiva dos últimos dez anos, a mais marcante mudança do mercado de Telecomunicações foi a liberalização dos mercados dos serviços móveis de telecomunicações e dos serviços de acesso à rede internacional (Internet) em 2000, proporcionando um grande avanço da indústria de telecomunicações local. Até neste momento, estão implantados em Macau quatro redes de serviço 3G e quatro redes de serviço 2G, que significa a concretização da diversificação das instalações da rede dos serviços móveis de telecomunicações. Em Outubro de 2006, foi implementado o plano de aumento de dígitos dos números telefónicos, em que aumentaram 2 dígitos para os números de telefone fixo, passado a ter 8 dígitos em vez de 6. E os respectivos procedimentos foram finalizados com sucesso no dia 31 de Dezembro de 2008.

A “Lei de Bases das Telecomunicações”, uma lei reguladora e quadro das actividades de telecomunicações, foi publicada em 2001, e que foi elaborados, também, os respectivos regulamentos suplementares e específicos, para preencher o vácuo de legislação naquele sector.

No âmbito dos serviços postais, temos envidado esforços para as empresas privadas e a população local podem gozar um serviço de correio fiável, eficaz, diversificado e de preço razoável. Desde o estabelecimento da RAEM, os Correios actuou de acordo com as políticas do Governo, optimizou os circuitos de trabalho, elevando a qualidade dos serviços. E tem-se promovido o desenvolvimento e aplicação do Governo Electrónico e Comércio Electrónico na Internet. Em Janeiro de 2006, a Entidade de Certificação Electrónica, eSignTrust, iniciou oficialmente a sua prestação de serviços aos Serviços Públicos, empresas privadas e a população em geral.

Tendo em consideração o conceito “Balcão Único de Governo Electrónico” (One-Stop) definido nas LAG’s do Governo, a Caixa Económica Postal(CEP) estabeleceu uma Plataforma de Pagamento Electrónico em 2006, tendo o serviço de Pagamento Electrónico entrado oficialmente em funções em 2008. Neste momento, há 7 Serviços Públicos a utilizarem esta plataforma, com a oferta de 16 serviços através da Internet. Para promover a actividade de filatelia e popularização da ciência de telecomunicação, foi inaugurado em 2006 o Museu das Comunicações, sendo o primeiro museu interactivo, vocacionado para o conhecimento científico e o divertimento, com temas sobre ciência de telecomunicações, filatelia e operações postais.

Nos trabalhos de popularização da Ciência. Em 2005, foi assinado o “Acordo sobre o Estabelecimento do Comité de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau” com o Ministério da Ciência e Tecnologia da China, ao abrigo do qual ambas as partes consentiram a criação do “Conselho de Cooperação de Ciência e Tecnologia entre o Interior da China e Macau”, procurando promover a cooperação nas áreas de medicina chinesa, de protecção ambiental, de informação, de popularização da ciência e etc. Debaixo do Conselho, é criado quatro grupos de trabalho, nomeadamente: o Grupo de Trabalho para a Indústria e Ciência e Tecnologia da Medicina Chinesa, o Grupo de Trabalho para a Electrónica e Indústria da Tecnologia da Informação, o Grupo de Trabalho para a Conservação de Energia e Indústria e Ciência e Tecnologia Ambiental, e o Grupo de Trabalho de Popularização da Ciência. Estes grupos tem como missão o acompanhamento da criação do Centro de Examinação de Medicina Herbária Chinesa, Centro de Inovação de Medicina Chinesa, Laboratório Nacional Chave – Laboratório Associado de Macau, assim como da inclusão de peritos no programa nacional de ciência e tecnologia.

Foi estabelecido no 2004, o Fundo de Desenvolvimento de Ciência e Tecnologia, para acompanhar os objectivos da política governamentais estabelecidos na área de ciência e tecnologia, e para promover e apoiar a divulgação da ciência, os estudos e as inovações. Entretanto, foi desenvolvido o “Programa de Prémios de Ciência e Tecnologia” e a elaboração do regulamento do próprio Programa. Para o ano corrente, foi concluído uma investigação suplementar posterior intitulada “Estudo sobre o Modo e Estrutura dos Serviços Intermediários de Ciência e Tecnologia em Macau”, que propõe indicar ou estabelecer instituição de responsabilidade para promoção dos Serviços Intermediários de Ciência e Tecnologia em Macau.

A integração regional incentiva a diversificação económica de Macau

Ao longo dos decorridos 10 anos, a cada vez mais estreita cooperação Pan-Delta, Macau-Hong Kong-Guangdong e Macau-Zhuhai têm nos trazidos majestosos frutos e benefícios. No ano corrente, com a publicação e aplicação das “Linhas Gerais do Planeamento para a Reforma e Desenvolvimento da Região do Delta do Rio das Pérolas”, são definidos a posição e funções dos centros urbanos encontrados naquela região, onde a Macau foi atribuída uma posição de centro turístico e de lazer internacional, que beneficiou ambas as partes com rápido crescimento económico e aproxima-se a relação de Macau com as outras regiões vizinhas. Em que através da partilha de recursos, optimização das instalações e equilíbrio dos interesses, seja possível aumentar a capacidade de competição de ambos os territórios, de forma a concretizar por sua vez o objectivo pretendido, a devida diversificação da economia de Macau.

O Governo tem prestado muita atenção às suas ligações com as outras cidades vizinhas, investido esforço no aperfeiçoamento do plano urbano, as infraestruturas fronteiriças e a rede de tráfego de suporte. A Ilha da Montanha(Hengqin), que o Conselho do Estado, pelo proveito de novas ideias e desafiando com novos modelos de desenvolvimento, iremos construir a Ilha numa zona de exemplo da cooperação intensiva do Delta e de ao serviço a Hong Kong e Macau. Nos finais de Junho, na sua 9.ª sessão, o Comité Permanente da Décima Primeira Legislatura da Assembleia Popular Nacional aprovou a deliberação de “Delegação de poderes na Região Administrativa Especial de Macau para o exercício de jurisdição no novo campus da Universidade de Macau a instalar na Ilha da Montanha”, dando início do primeiro projecto do desenvolvimento da Ilha, o Novo Campus da Universidade de Macau. A concretização deste projecto aproveitou no todo a função dos grupos especializados de cooperação Guangdong-Macau e de cooperação Zhuhai-Macau, em que foram desenvolvidos eficazmente vários trabalhos de coordenação e acompanhamento de trabalhos de ligação, e proporcionando totalmente o apoio político e a facilidade de trabalho ao respectivo projecto de construção.

Decorrida a primeira década da RAEM, temos obtido ricas experiências embora a actuação da Área dos Transportes e Obras Públicas haja ainda espaço para aperfeiçoamento, onde é preciso rever políticas e regimes vigentes relacionados com os assuntos de planeamento urbanístico, de concessão e gestão de terrenos, habitação pública, trânsito e transportes, telecomunicações, energia e o ambiente. Iremos no futuro continuar a aprofundar a reforma administrativa, aumentar a eficiência dos procedimentos, elevar a transparência e abertura da acção governativa, em prol do espírito da integração regional, iremos criar mecanismo inovadoras para harmonizar com o plano geral da Região, ao par de alargar o espaço vital da cidade, fazemos Macau num centro turístico e de lazer a nível internacional e uma cidade agradável e habitável. Iremos também efectuar os trabalhos segundo a estratégia de atribuição de “Primazia ao Transporte Público” e concretizar a revisão da Lei de Terras e seus diplomas complementares, acelerar a construção de habitação pública e aperfeiçoar o regime do concurso de empreitadas públicas. E se actuaremos em harmonia com as aspirações da população e a pulsação do mundo, criar-se-ão mais condições favoráveis ao desenvolvimento sustentável da nossa Região.

Comissariado contra a Corrupção

Em 2009, o Comissariado contra a Corrupção, na prossecução das atribuições que lhe estão conferidas pela lei e atendendo à conjuntura social, continuou a apostar no reforço da vigilância sobre as áreas que continham riscos elevados de corrupção e no alargamento da cooperação com os serviços públicos. Em paralelo, empenhou-se na promoção da melhoria da gestão ética dos funcionários públicos e da generalização de usos e costumes íntegros na sociedade, através da investigação de casos de corrupção e de queixas contra a má administração, da pesquisa de regimes jurídicos e da sensibilização em todas as vertentes. Nos termos do novo regulamento administrativo sobre a “Organização e Funcionamento do Serviço do Comissariado contra a Corrupção”, o CCAC passou a ter mais quatro subunidades orgânicas e um Conselho de Avaliação Técnica e a sua dotação de pessoal aumentou significativamente, passando para 165 elementos. Para além disso, prestou toda a colaboração no decorrer da discussão na Assembleia Legislativa sobre o projecto da lei reguladora da “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, documento que veio a ser aprovado por unanimidade.

Nos primeiros nove meses de 2009, foram recebidas 900 queixas e participações, o que corresponde a um acréscimo de 49,5% em relação ao igual período de 2008. Para esta diferença contribuíram essencialmente as eleições para a 4.ª Assembleia Legislativa da RAEM. As queixas apresentadas com identificação ou com disponibilidade do queixoso para fornecimento de informações pessoais ultrapassaram a metade do total dos casos entrados, o que indica, em certa medida, que os cidadãos estão cada vez mais confiantes no CCAC.

Do total dos casos recebidos, os que reuniram condições para serem investigados foram 218, sendo 87 deles penais e 131 de provedoria de justiça. Foram instruídos 43 processos. Para o Ministério Público foram encaminhados 15 processos e o Tribunal proferiu decisão em 10 processos remetidos pelo CCAC.

No intuito de assegurar a supervisão das eleições para a 4.ª Assembleia Legislativa em 2009, o CCAC criou um “Grupo de Estudos contra a Corrupção Eleitoral” e um “Grupo de Investigação contra a Corrupção Eleitoral”, reforçou o contacto com a Comissão de Assuntos Eleitorais da Assembleia Legislativa e realizou um planeamento minucioso e rigoroso de acções. A opinião pública após as eleições sublinhou que não foram detectadas práticas graves de irregularidades ou de fraude. As queixas relacionadas com as eleições recebidas no CCAC registaram uma quebra assinalável de 40%.

Nos últimos dez anos, com o apoio e a cooperação do Governo e de todos os sectores da RAEM, o CCAC prosseguiu uma estratégia vocacionada simultaneamente para quatro áreas, designadamente “campanha anti-corrupção”, “prevenção”, “promoção de actos legislativos” e “educação”. Empenhou-se em combater o crime de corrupção com todo o seu esforço, valorizar as suas funções na área da provedoria de justiça, realizar estudos sobre a construção de sistemas contra a corrupção, promover uma gestão íntegra na Administração Pública e reforçar o sentido da integridade da população através de acções de sensibilização em todas as vertentes e do desenvolvimento das relações comunitárias. A corrupção, um fe-

nómeno generalizado durante muito tempo, foi gradualmente controlada e a construção de uma sociedade íntegra avançou a passos seguros, tendo já os primeiros resultados.

Ao longo de muitos anos, orientado pelo princípio de “averiguar todas as suspeitas fundamentadas e dar o melhor de si no combate à corrupção” e atendendo às tendências do desenvolvimento social, o CCAC tomou iniciativas no sentido de monitorizar os aspectos susceptíveis de dar origem à corrupção ou fraude, tendo desmantelado grupos praticantes da corrupção organizada em diversos sectores e descoberto casos suspeitos de corrupção de grandes proporções. Por outro lado, na área de provedoria de justiça, o CCAC recebeu anualmente mais de 200 queixas e participações e mais de 500 pedidos de consulta. Desenvolveu cooperação com vários serviços públicos no âmbito da pesquisa de funcionamento e realizou projectos de pesquisa de regimes jurídicos relacionados com áreas como aquisição de bens e serviços, concessão de terrenos, obras públicas, recursos humanos, disciplina e eleições legislativas.

Na área da sensibilização, acções para a generalização do sentido de integridade deram lugar, gradualmente, às acções sistematizadas e com temas escolhidos de acordo com a especificidade dos destinatários, estando criado um ambiente favorável à promoção da integridade social. Nos anos recentes, os participantes nas palestras totalizaram anualmente cerca de 30 mil pessoas. Com a entrada em funcionamento das Delegações do CCAC na Areia Preta e na Taipa, ficou facilitada a apresentação de pedidos de consulta, queixas e participações por parte dos residentes e o contacto com as associações nas respectivas zonas. Nelas há também instalações destinadas à sensibilização da juventude.

O CCAC tem apostado no desenvolvimento do intercâmbio e contactos com o exterior, tendo estabelecido boas relações com as respectivas organizações internacionais. Em 2009, na Reunião da Direcção e IX Conferência do Instituto Internacional de Ombudsman, o Comissário contra a Corrupção foi reeleito como membro da Direcção. Ainda neste ano, o CCAC foi responsável pela organização da 8.ª Conferência Regional da Iniciativa do ADB/OECD contra a Corrupção para a Ásia-Pacífico.

Graças a muitos anos de esforço, a situação da integridade social em Macau conheceu uma melhoria notável. No relatório sobre o “Índice de Tendências de Corrupção na Ásia”, referente a 2009, publicado pela Political & Economic Risk Consultancy, Macau, com 3,75 pontos, foi o quarto melhor classificado de entre os 14 países e regiões asiáticos aí analisados; a nível de corrupção política, obteve 5,84 pontos, surgindo como o oitavo melhor classificado de entre os 17 países e regiões objecto de estudo. Já no “Índice de Percepção da Corrupção 2009” publicado pela Transparência Internacional, a RAEM, com 5,3 pontos, ocupou o 9.º lugar numa lista de 32 países e regiões da Ásia-Pacífico. Há ainda a referir que, de acordo com um inquérito realizado em 2009 por uma instituição académica a pedido do CCAC, os cidadãos deram 65 pontos ao desempenho do CCAC, uma classificação muito melhor relativamente aos 45 pontos atribuídos em 2000, enquanto 80% da população declarou apoio à actividade desta instituição.

Em 2010, o CCAC continuará a combater a corrupção e fraude activamente e a difundir o sentido da integridade, no uso dos poderes conferidos por lei. Empenhar-se-á em aprofundar a cooperação com os serviços e entidades públicos, reforçando a fiscalização relativa à integridade, promover as funções da provedoria de justiça na defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, desenvolver pesquisas de funcionamento e de regimes jurídicos tendentes à supressão de lacunas propícias à corrupção e à fraude, promover uma cultura da integridade na Administração Pública e reforçar continuamente a formação moral dos jovens. No respeitante ao cumprimento das suas funções relativamente à lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, procederá ao reajustamento da distribuição dos recursos, à formação pessoal e ao planeamento de acções de divulgação.

Na área do combate à corrupção, avançará com iniciativas, no âmbito das suas atribuições e competências, no sentido de conhecer e investigar as matérias respeitantes à integridade social e acompanhadas com atenção pelos cidadãos. Ao mesmo tempo, continuará a reforçar a formação do seu pessoal, a otimizar os seus equipamentos técnicos e instalações de apoio e a reforçar os mecanismos de prestação de apoio na investigação de casos, no intuito de melhorar a sua capacidade de intervenção.

Na área da provedoria de justiça, persistirá em investigar as queixas de forma independente e imparcial e em ajudar os cidadãos, por meios diversificados, a resolver os seus problemas com a maior brevidade. As matérias visadas nos casos investigados para as quais não for possível encontrar soluções eficazes mediante investigação serão estudadas e analisadas no âmbito de pesquisas de funcionamento e de regimes jurídicos. À luz do “Protocolo de Colaboração” relativamente ao “Plano para uma Gestão Íntegra”, levar-se-á por diante a cooperação com os serviços públicos, no sentido de ajudá-los a aperfeiçoar a sua gestão interna visando a integridade.

Na área da sensibilização, com base nas acções de generalização do sentido da integridade, serão organizadas palestras subordinadas a temas diversificados e atendendo à especificidade das áreas interessadas, de modo a exortar constantemente os funcionários públicos a criar uma cultura administrativa que preconize a integridade. Serão promovidas amplas campanhas de divulgação, palestras e actividades de intercâmbio, para que os cidadãos tenham, o quanto antes possível, conhecimentos correctos sobre a lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”. Sendo a Taipa um aglomerado de instituições de ensino superior, a Delegação do CCAC na Taipa desenvolverá a sensibilização para a integridade dos estudantes universitários e procurará facilitar aos residentes das duas ilhas a apresentação de pedidos de consulta, queixas e participações.

Promover a integridade social é uma árdua responsabilidade e com um caminho longo. No ano que se avizinha, o CCAC empenhar-se-á no cumprimento das atribuições conferidas por lei. Em resposta à entrada em vigor da lei de “Prevenção e Repressão da Corrupção no Sector Privado”, e tendo presente a evolução social e as expectativas dos cidadãos, reajustará as estratégias da sua actividade e fará tudo o que estiver ao seu alcance para combater a corrupção e a fraude, envidando esforços conjugados com toda a população local para a construção de uma sociedade íntegra.

Comissariado de Auditoria

Primeira parte

Retrospectiva

O Comissariado da Auditoria foi criado ao mesmo momento da criação do Governo da Região Administrativa Especial de Macau. Desde então, o Comissariado nunca deixou de cumprir, de forma determinada e constante, as atribuições cometidas por lei, empenhando-se na realização de auditorias às contas do Governo, de auditorias específicas e auditorias de resultados. Ao fiscalizar a boa execução e o uso adequado das finanças públicas, o Comissariado da Auditoria impulsionava o auto-aperfeiçoamento da Administração Pública, direccionado à consecução duma gestão financeira e duma reforma administrativa sólida e de alta qualidade.

A auditoria financeira às contas do Governo é tarefa importante dentro das actividades anuais do Comissariado da Auditoria. Nos cinco primeiros anos, o Comissariado baseou a auditoria à Conta Geral e às contas de gerência dos serviços autónomos em testes substantivos. Posteriormente, foi definido como objectivo a médio e longo prazo transitar progressivamente para a auditoria orientada por risco baseada em resultados de análise de sistemas.

Correspondendo às novas exigências de operação, o Comissariado da Auditoria procedeu à alteração do Despacho da Comissária da Auditoria n.º 2/2001, que durante largos anos regulou a apresentação das contas de gerência dos serviços públicos, fazendo publicar o Despacho da Comissária da Auditoria n.º 5/2007.

Paralelamente à auditoria à Conta Geral do Governo da RAEM e às contas de gerência dos serviços autónomos, o Comissariado da Auditoria realizou auditorias específicas sobre aspectos que aconselhavam análise mais aprofundada. Nesta linha, foram divulgados os relatórios “Conta do Fundo de Turismo” e “Gestão de fundos do Comité Organizador dos 2.ºs Jogos Asiáticos em Recinto Coberto, S.A.”, entre outros.

Para além de auditorias de contas e específicas, o Comissariado da Auditoria incluiu também na sua actividade regular a auditoria de resultados, uma modalidade de auditoria que, a nível internacional, tem vindo a ocupar um lugar de relevo cada vez maior na auditoria à acção governamental. Sucessivamente, o Comissariado da Auditoria divulgou vários relatórios de auditoria de resultados incidindo sobre áreas e níveis bastante abrangentes de que são exemplos os relatórios “Estudo sobre o regime de pontualidade e assiduidade dos trabalhadores da Administração Pública”, “Gestão das publicações do Governo”, bem como a série de relatórios de auditoria de resultados relativos aos 4.ºs Jogos da Ásia Oriental. Todos esses relatórios foram acolhidos e acompanhados com a devida importância pelos serviços públicos e recebidos com alto grau de aprovação pelo público em geral.

A formação de pessoal é uma actividade basilar do Comissariado da Auditoria. O novo Regulamento Administrativo n.º 12/2007 introduz alterações à organização e ao funcionamento dispostos no Regulamento Administrativo n.º 8/1999, em benefício do desenvolvi-

mento da actividade de auditoria e do recrutamento de pessoal especializado. Ao longo dos anos, o Comissariado da Auditoria tem vindo a convidar especialistas e académicos locais e do exterior para ministrar cursos específicos de auditoria, de contabilidade, de administração, de direito e de técnicas de comunicação, entre outros, dirigidos ao pessoal de auditoria. Simultaneamente, o Comissariado da Auditoria tem enviado pessoal adequado para participar em cursos e seminários internacionais e para a frequência de estágios em Portugal, em Hong Kong e no Interior da China.

Desde a sua criação, o Comissariado da Auditoria obteve sempre da Auditoria Nacional da China os maiores encorajamentos e apoios para o desenvolvimento das suas actividades, existindo entre ambos sólidos e profundos laços profissionais. Em termos de intercâmbio internacional, o Comissariado da Auditoria continuou a manter as boas condições históricas de relacionamento com os países de língua portuguesa e iniciou cooperação com o Tribunal de Contas de Portugal e com as instituições superiores de auditoria de outros países de língua portuguesa.

Ao mesmo tempo que promove a cultura de auditoria junto de serviços públicos, a vários níveis e áreas, o Comissariado da Auditoria tem vindo a intensificar esforços na realização de actividades de divulgação junto do público geral, procurando introduzir a cultura de auditoria nos bairros e nas escolas e aprofundar o conhecimento sobre as atribuições e actividades do Comissariado por parte da população em geral.

Em 2009, o Comissariado da Auditoria prosseguiu os objectivos estabelecidos, desenvolvendo metodicamente as suas actividades. Por força da entrada em vigor do Regulamento Administrativo n.º 6/2006 (“Regime de Administração Financeira Pública”), a Conta Geral de 2007 foi a primeira a ser elaborada unicamente no regime de contabilidade pública. A Conta foi entregue no Comissariado da Auditoria apenas em Fevereiro de 2009. Alguns serviços públicos e entidades com funções específicas, entendendo que não podiam de forma razoável registar as suas “operações financeiras específicas” de acordo com a contabilidade de caixa disposta no regime da contabilidade pública, optaram por elaborar as suas contas em incumprimento da lei, fazendo com que a base para a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de 2007 se afastasse do disposto no regime de contabilidade legalmente em vigor. Esse desvio causou erros materialmente relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas de 2007, pelo que o Comissariado da Auditoria, em observância das normas de auditoria, e pela primeira vez, emitiu uma “opinião com reservas” sobre a Conta Geral o Governo da RAEM.

Devido às situações verificadas na auditoria à Conta Geral de 2007, foram introduzidas alterações ao “Regime de Administração Financeira Pública” através do Regulamento Administrativo n.º 28/2009. O Comissariado da Auditoria analisou aprofundadamente o Regulamento com vista a poder examinar adequada e apropriadamente as demonstrações financeiras consolidadas referentes a 2008, elaboradas pela Direcção dos Serviços de Finanças, bem como as contas de gerência entregues pelos serviços autónomos.

Na prossecução do objectivo de médio e longo prazo – auditoria de sistema, o Comissariado da Auditoria, no exame às contas do Governo referentes a 2008, seleccionou vários serviços públicos para serem campos de experiência na aplicação da auditoria de sistema, com vista a ganhar experiência para a sua implementação.

Em 2009, o Comissariado da Auditoria continuou a realizar auditorias de resultados para aferir a aplicação dos dinheiros públicos e, neste âmbito, fez publicar vários relatórios. O relatório “Funcionamento e gestão da Comissão de Avaliação de Veículos Motorizados” revelou que a Comissão de Avaliação de Veículos Motorizados da Direcção dos Serviços de Finanças reunia anualmente mais de duzentas vezes. Devido à falta dum mecanismo de fiscalização eficaz, vários milhões de patacas dos cofres públicos foram esbanjados durante o período de 2006 a 2008 e, por outro lado, alguns membros da Comissão obtiveram remunerações anuais superiores ao limite anual máximo disposto na lei, por acumulação de várias funções públicas. O Comissariado da Auditoria apresentou no relatório sugestões de melhoramento.

O relatório “Mudança e obras de remodelação das instalações do Conselho do Ambiente”, com base nos aspectos que poderiam ter sido melhor realizados, identificados no processo de mudança das instalações do Conselho do Ambiente, concluiu e apelou para que o Governo da RAEM procedesse ao estabelecimento de normas para disciplinar os processos de mudança, de remodelação e de construção de edifícios administrativos, bem como para criar um mecanismo de fiscalização uniforme, a fim de garantir que o dinheiro público pudesse ser aplicado de forma mais razoável.

Em 2009, o Comissariado da Auditoria realizou, pela primeira vez, em Macau, um seminário sobre o desenvolvimento de técnicas de auditoria no âmbito da Organização das Instituições Superiores de Controlo dos Países de Língua Portuguesa. Sete países membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e o Comissariado da Auditoria de Macau debateram em profundidade e trocaram experiências sobre técnicas de auditoria, fomentando, assim, em conjunto, o desenvolvimento da auditoria do governo. É de salientar que o Auditor Geral da China viajou especialmente para Macau para participar na cerimónia de abertura do evento, onde proferiu o discurso de abertura, apresentando a situação presente das instituições de auditoria na China. A presença do Auditor Geral contribuiu não só para aprofundar a cooperação e o intercâmbio entre a Auditoria Nacional da China e a Organização das Instituições Superiores de Controlo dos Países de Língua Portuguesa, consubs-tanciando assim a função de Macau como plataforma de intercâmbio político, económico e cultural entre a China e os países de língua portuguesa, como também reforçou o relacionamento entre a Auditoria Nacional e o Comissariado da Auditoria de Macau.

A convite da Auditoria Nacional, o Comissariado da Auditoria participou num seminário da Organização das Instituições Superiores de Auditoria da Ásia dedicado à auditoria no âmbito da segurança social, realizado em Pequim, bem como na assembleia geral da mesma organização, decorrida em Islamabad, Paquistão, desta feita como membro da delegação nacional. Noutra vertente, o Comissariado da Auditoria enviou técnicos de auditoria para

participar em trabalhos desenvolvidos pela delegação da Auditoria Nacional na cidade de Wuhan.

Em 2009, o Comissariado da Auditoria prosseguiu a realização de encontros de intercâmbio sobre a cultura de auditoria com dirigentes e chefias de serviços públicos. Por outro lado, em cooperação com os Serviços de Administração e Função Pública, o módulo temático “Conhecer a cultura de auditoria” introduzido no “Curso de formação essencial para funcionários públicos” passou a abranger também técnicos superiores e técnicos, para além de administrativos, técnicos profissionais, operários e auxiliares. O Comissariado da Auditoria manteve a cooperação com a Escola Superior das Forças de Segurança de Macau e com os Serviços de Alfândega, inserindo nos seus cursos de instrução tópicos relacionados com a auditoria do governo, a fim de que os instruendos das Forças de Segurança, dos Serviços de Alfândega, bem como os actuais trabalhadores em cursos de acesso pudessem conhecer os processos e procedimentos dos trabalhos de auditoria do governo e os seus benefícios sociais. Ao mesmo tempo, foi dada continuidade aos “Encontros sobre a cultura de auditoria” em escolas de ensino superior e secundário, para dar a conhecer aos professores e alunos o trabalho e os resultados da auditoria do governo.

Segunda parte

Linhas de Acção para 2010

O ano que se avizinha perspectiva uma nova etapa para Macau. O Comissariado da Auditoria, enquanto parte integrante da RAEM, irá colaborar estreitamente na visão e nas linhas de acção governativa do terceiro Governo da RAEM, perseverar mas sem deixar de reflectir sobre a experiência acumulada ao longo dos dez anos, adoptar um pensamento inovador para examinar as metodologias e as técnicas para as tarefas de auditoria futuras e, com uma atitude de aperfeiçoamento contínuo e continuado na actividade de auditoria, continuar a cumprir a sua obrigação de contribuir para o desenvolvimento sustentável de Macau.

O Comissariado da Auditoria prosseguirá na abordagem de auditoria baseada no risco e, com o conhecimento que detém sobre o funcionamento dos serviços públicos, irá, em breve prazo e de forma metódica, generalizar a auditoria de sistema no âmbito da auditoria às contas do Governo cobrindo a totalidade dos serviços: os serviços públicos cujo sistema de gestão de contabilidade possua mecanismos de controlo interno já a funcionar de forma eficaz serão desde já examinados pela auditoria de sistema, enquanto os que ainda não estejam nesta situação serão acompanhados e instados a aperfeiçoarem-se com o objectivo de se dotarem dos controlos internos exigidos. Durante o processo de exame, esses serviços irão identificar as deficiências existentes nos respectivos sistemas de gestão financeira, com o objectivo último de poderem criar um sistema de gestão capaz de auto-aperfeiçoamento e com o qual serem aptos a aplicar o erário público de forma eficaz e económica.

O Comissariado da Auditoria vai continuar empenhado na realização de auditorias específicas e de resultados, sempre com a prudência profissional exigida, na expectativa de poder identificar as insuficiências e lacunas eventualmente existentes na gestão administrativa e na aplicação do erário público e, conseqüentemente, apresentar sugestões pertinentes e eficazes aos serviços envolvidos, procurando assim estimulá-los ao auto-aperfeiçoamento e à auto-valorização, com o objectivo último de se tornarem mais eficazes, eficientes e económicos na execução das suas funções.

Com base nos resultados positivos conseguidos nos contactos anteriores, o Comissariado da Auditoria vai manter as estreitas relações com a Auditoria Nacional, com vista a alargar e aprofundar a cooperação mútua, nas múltiplas vertentes.

De acordo com as necessidades reais e as circunstâncias objectivas da sua actividade, o Comissariado da Auditoria continuará a organizar, de forma estruturada, cursos de formação especializada e orientada, para cuja realização convidará académicos e especialistas, bem como enviar técnicos de auditoria para participar em estágios realizados no exterior. O Comissariado da Auditoria fará o possível para aproveitar todas as oportunidades para participar em conferências e actividades de intercâmbio realizadas por organizações internacionais de auditoria e pela Auditoria Nacional de forma a reforçar e actualizar os conhecimentos teóricos e a competência prática do seu pessoal de auditoria.

Em 2010, o Comissariado da Auditoria continuará a organizar encontros com dirigentes, chefias e trabalhadores pertinentes dos serviços públicos, com vista a disseminar a cultura de auditoria, numa abordagem vertical. Ao mesmo tempo, vai renovar a cooperação com os Serviços de Administração e Função Pública, mantendo a inclusão do módulo "Conhecer a cultura de auditoria" no programa do "Curso de formação essencial para funcionários públicos". A promoção da cultura de auditoria junto de membros de associações, de alunos da Escola Superior das Forças de Segurança de Macau e de alunos dos ensinos superior e secundário irá manter-se como actividade permanente do Comissariado da Auditoria.